

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A MEMÓRIA CULTURAL SERGIPANA NA PERSPECTIVA DO
DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO
(DCPH, 1970-1975)**

Raianne Pereira de Oliveira

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2019

RAIANNE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A MEMÓRIA CULTURAL SERGIPANA NA PERSPECTIVA DO
DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO
(DCPH, 1970-1975)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador:
Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48m Oliveira, Raianne Pereira de
A memória cultural sergipana na perspectiva do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH, 1970-1975) / Raianne Pereira de Oliveira ; orientador Claudefranklin Monteiro Santos.– São Cristóvão, SE, 2019.
128 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. História - Sergipe. 2. Patrimônio cultural – Sergipe. 3. Política cultural. 4. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). I. Santos, Claudefranklin Monteiro, orient. II. Título.

CDU 94(813.7):719

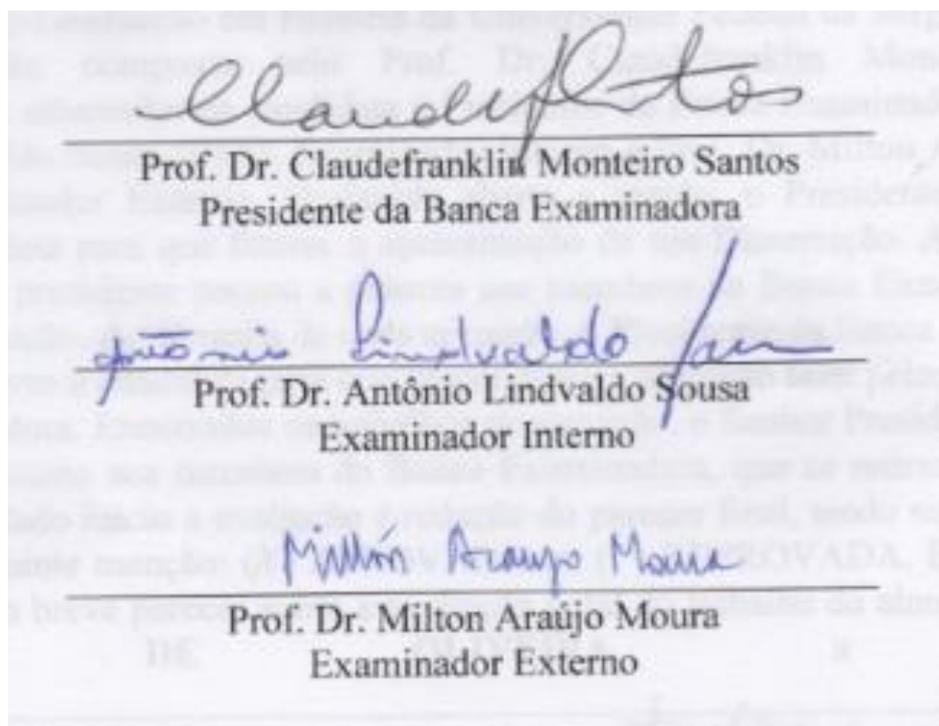
RAIANNE PEREIRA DE OLIVEIRA

**A MEMÓRIA CULTURAL SERGIPANA NA PERSPECTIVA DO
DEPARTAMENTO DE CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO
(DCPH, 1970-1975)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador:
Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos.

Aprovada em 29 de março de 2019.



*Dedico esta dissertação a minha avó
Maria Dionísia Pereira de Oliveira (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Não há sensação melhor do que superar desafios, ver que o objetivo traçado foi alcançado e o sonho, enfim, realizado. Mais gratificante ainda, é olhar para trás e perceber que você não esteve sozinho, que ao longo dessa árdua caminhada uma rede de apoio e afeto foi se formando para tornar tudo mais leve, possível. Portanto, é chegada a hora de agradecer!

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre comigo dando-me forças para persistir no meu propósito e me fazer resiliente ante todos os obstáculos enfrentados nesse processo.

Aos meus pais, Joseane e Valmir, que desde sempre não medem esforços pela minha educação, agradeço por todo incentivo e por me proporcionar todo o suporte necessário para que eu pudesse me dedicar ao mestrado.

A todos que compõem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos, por toda confiança, compreensão e atenção comigo e para com a minha pesquisa nesses anos. Muito obrigada!

Aos professores que compuseram a minha banca, Antônio Lindvaldo Sousa e Milton Araújo Moura, por todas as considerações, conselhos e sugestões ao aprimoramento do meu trabalho.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe pelo financiamento desta pesquisa no período de abril de 2018 a março de 2019.

A Beatriz Góis Dantas, Terezinha Alves de Oliva e Luís Fernando Ribeiro Soutello, pela torcida no meu desempenho e por terem gentilmente me cedido entrevistas, além de outras fontes que me ajudaram neste trabalho de composição.

Aos que fazem parte do Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES e a Biblioteca pública Epifânio Dória, sobretudo a Milton Barboza Silva e Rosina Fonseca Rocha, que se mostraram super disponíveis a me ajudar a localizar a documentação referente ao DCPH, tarefa nada fácil.

A todos os membros da minha família, em especial ao meu irmão e amigo Matheus, Flávia, Rayssa e Dinha pelo apoio e encorajamento de sempre.

Aos meus amigos, Gladston, Thaíse, Valéria, Edla, Ana, Paulinha e Vanessa por todas as palavras de incentivo, amo vocês de coração!

A minha amiga e companheira de caminhada Andrea, por toda troca, pelos conselhos e por ser tão presente no meu dia a dia mesmo estando a quilômetros de distância.

Por fim, agradeço a Gibson por todo carinho, positividade e motivação, você foi muito importante nesse processo e é muito importante para mim, obrigada amor!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de construção e formalização da memória cultural sergipana a partir do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), política pública estadual de preservação criada e atuante em Sergipe no contexto da ditadura civil-militar, especificamente, no período de 1970-1975. A procura de meios para se legitimar e preocupado com os rumos que a produção cultural ia tomando no país pós-64, o Estado autoritário passou a investir de forma massiva na construção de uma política cultural “patrimonialista” cuja prioridade, evidentemente, consistia em ampliar o já existente, mas defasado sistema de proteção do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (concentrado única e exclusivamente em torno da DPHAN (atual IPHAN) desde 1937). A solução para esse problema foi estudada e condensada no “*Compromisso de Brasília*” (1970), documento produzido pelo MEC, que recomendava em caráter obrigatório a criação de órgãos de cultura em todos os estados como caminho à descentralização das ações de preservação no Brasil. Além de valorizar cultural e economicamente a região, essa intervenção direta do Estado tinha como objetivo despertar a sociedade para o civismo, aproximá-la dos símbolos e representações da cultura nacional. Buscando entender as particularidades que envolvem a trajetória do DCPH em Sergipe (os fatores condicionantes, agentes sociais envolvidos, diretrizes, ações e desafios), esta pesquisa utiliza como referência estudos relativos à construção da memória e do patrimônio contemporaneidade e apoia-se na análise de documentos oficiais, fotografias, jornais da época, bem como na metodologia da história oral.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural - DCPH – Políticas Culturais.

ABSTRACT

The present research aims to understand the process of construction and formalization of the Sergipe cultural memory based on the work developed by the Department of Culture and Historical Heritage (DCPH), a state preservation public policy created and active in Sergipe in the context of the civil-military dictatorship, specifically, in the period 1970-1975. The search for the means to legitimize itself and concerned with the direction of cultural production in the country after 64, the authoritarian state began to invest heavily in the construction of a "patrimonialist" cultural policy whose priority, of course, was to expand the existing, but lagging protection system of the "National Historic and Artistic Heritage" (concentrated only and exclusively around the DPHAN (current IPHAN) since 1937). The solution to this problem was studied and condensed in the "Brasília Commitment" (1970), a document produced by the MEC, which recommended the creation of cultural organs in all states as a way to decentralize preservation actions in Brazil. In addition to culturally and economically enhancing the region, this direct intervention of the state in the area was aimed at awakening society towards civility, bringing it closer to the symbols and representations of national culture. Seeking to understand the particularities that involve the trajectory of the DCPH in Sergipe (the conditioning factors, social agents involved, guidelines, actions and challenges), this research uses as reference studies on the construction of memory and patrimony contemporaneity and is based on the analysis of official documents, photographs, periodicals, as well as oral history methodology.

Keywords: Cultural Heritage – DCPH – Cultural Policies.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: Lista de Monumentos históricos inspecionados pelo DCPH na gestão Beatriz Góis Dantas.....	54
Tabela 2: Despesas com Educação e Cultura 1965-1969.....	69
Tabela 3: Previsão de Recursos à Educação e Cultura para o quadriênio 1971-1974.....	70
Tabela 4: Previsão de recursos por setor 1971-1974.....	71

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Situação do acervo do APES na sede da antiga Escola Normal (Atual Centro de Turismo) em 21 de julho de 1970.....	39
Figura 2: Beatriz Góis Dantas acompanhada de Stefânio Alves de Farias, jornalista da Gazeta de Sergipe.....	39
Figura 3: Centro Estadual de Cultura - Década de 1970.....	41
Figura 4: Manchete do jornal Gazeta de Sergipe do dia 21 de agosto de 1970: “Arquivo Público Reduzido a expressão de monturo de documentos históricos”	42
Figura 5: Parte do cervo do APES já organizado.....	44
Figura 6: Estagiária do curso de História atuante no projeto de revitalização do Arquivo.....	44
Figura 7: Situação do Acervo resgatado na Antiga Escola de Música.....	45
Figura 8: Núbia graduando-se em Serviço Social, Aracaju, 1957.....	65
Figura 9: Núbia Marques e Gizelda Moraes no lançamento do Livro Baladas do inútil silêncio, em Salvador-Bahia 1965.....	66
Figura 10: Plenário em uma das sessões de estudo no auditório da Biblioteca Pública do Estado da Bahia,1971.....	75
Figura 11: Núbia Marques em reunião no DCPH. Da esquerda para a direita Urbano Oliveira, Wagner Ribeiro, Núbia Marques, mulher não identificada e Santo Souza.....	83
Figura 12: Índios Pernambucanos (Pankararu) em Apresentação em Sergipe. Ao lado de Núbia Marques estava o colunista social João de Barros.....	85
Figura 13: Capa do Livreto – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.....	87
Figura 14: Noticiário da Gazeta de Sergipe. Edição do dia 22.02.1974.....	105
Figura 15: Comunicado de Terezinha - Pedido de afastamento das atividades do DCPH.....	116

LISTA DE SIGLAS

APES – Arquivo Público Estadual de Sergipe
ASL – Academia Sergipana de Letras
CEC – Conselho Estadual de Cultura
CFC – Conselho Federal de Cultura
CONDESE – Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe
CULTART – Centro de Cultura e Arte
DAC – Departamento de Assuntos Culturais
DCPH – Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico
DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo
FASC – Festival de Artes de São Cristóvão
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PCH – Programa de Reconstrução das Cidades Históricas
PDPH – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica
SEC – Secretaria de Educação e Cultura
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDOPE – Superintendência de Obras Públicas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: A “FASE HERÓICA”: BEATRIZ GÓIS DANTAS E O DESAFIO À IMPLANTAÇÃO DO DCPH EM SERGIPE NO ANO DE 1970.....	30
1.1 O “Compromisso de Brasília” e o surgimento do DCPH.....	30
1.2 O processo de implantação do DCPH e “salvamento” do Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES.....	37
1.3 Gestão Beatriz Góis Dantas (1970-1971): um balanço.....	46
CAPÍTULO II: NÚBIA MARQUES E A CONSOLIDAÇÃO DO DCPH NO CENÁRIO CULTURAL SERGIPANO.....	60
2.1 O caminho até o agenciamento cultural.....	63
2.2 “Nova fase, novas aspirações”: iniciativas ao desenvolvimento institucional do DCPH.....	68
2.3 Gestão Núbia Marques: política, ações e desafios.....	77
CAPÍTULO III: A GESTÃO TEREZINHA OLIVA E O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO DCPH EM SERGIPE.....	91
3.1 “Do estágio à direção”: a trajetória da historiadora junto ao DCPH.....	93
3.2 A administração Terezinha Oliva.....	102
3.3 O desligamento do órgão e a transição para uma nova gestão cultural.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
FONTES.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127

INTRODUÇÃO

“Defender o nosso Patrimônio Histórico e Artístico é alfabetização”

Mário de Andrade

Apesar da relação entre Estado e cultura ser de longa data, o tratamento desse campo sob a ótica das políticas públicas no Brasil é algo contemporâneo, e, segundo Calabre (2009), mais contemporâneo ainda são os estudos que se dedicam à compreensão e análise dessas ações. A tomada de consciência por parte do poder público em relação à cultura e aos “lugares de memória”¹ surgiu no país apenas na primeira metade do século XX, quando intelectuais vinculados ao Modernismo passaram a integrar o funcionalismo público e implementaram, na administração federal, uma política pública direcionada exclusivamente à preservação do patrimônio. Esta iniciativa inaugurou uma tendência das políticas culturais² e marcou historicamente o pioneirismo do Governo Vargas (1930-1945).

Foi a partir da imposição do seu ambicioso projeto “nacional-desenvolvimentista”, consolidado, sobretudo durante o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), que o Estado Brasileiro começou efetivamente a operacionalizar o seu processo de institucionalização da cultura, passando a partir de então a promover e a regular a produção, a distribuição, a divulgação, a preservação e o uso do patrimônio histórico e cultural como instrumentos de integração social e de suporte à construção do espírito da nacionalidade.

Dentre os diversos setores culturais beneficiados pela política ideológica do governo Vargas, *“O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi a política cultural bem mais sucedida em nosso país. [...] um passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma identidade nacional”* (MICELI, 2001, p. 359).

Esse intervencionismo e preocupação com o campo cultural, característica essencial dos regimes antidemocráticos, foi ainda mais reforçado na ditadura civil-militar instaurada pós-64, período marcado por um acelerado processo de crescimento econômico, advindo sobretudo da

¹ Termo criado por Pierre Nora para se referir ao estabelecimento e utilização dos monumentos, datas e símbolos por parte do historiador, como último recurso/mecanismo através do qual a sociedade contemporânea tenta restabelecer o vínculo com a memória perdida.

² Neste estudo, entendemos por política cultural o “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (COELHO, 1982, p. 292.).

modernização das estruturas do Estado desenvolvido sob forte controle da censura e da repressão política.

Segundo Maia (2012), o objetivo dos sucessivos governos militares, nesse contexto em particular, consistia basicamente em ampliar o que já havia sido construído em termos de proteção e valorização do patrimônio e ao mesmo tempo assegurar através deles os valores considerados absolutos e imutáveis à manutenção da ordem social. Através de todo o investimento despendido para a ampliação e ordenamento do aparelho burocrático responsável pelo gerenciamento da cultura nesse momento, buscava-se empreender nesse setor, assim como em todos os outros, aquilo que se convencionou chamar de “*modernização conservadora*”, partindo do princípio de que: era preciso transformar sim, mas para conservar as estruturas.

Segundo Miceli (1984) algumas ideias básicas dessa vertente tornam-se evidentes ao analisarmos a semântica do discurso em torno de definições constantemente vulgarizadas nesse contexto como “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, “memória nacional”, “cultura nacional” e “identidade nacional”.

O desenvolvimento da política sistemática para o campo da cultura nos governos militares ocorreu no fim da década de 1960 e principalmente durante a década de 1970. Sob o forte financiamento do Estado autoritário, foram criadas diversas agências e instituições de fomento à área como: o Instituto Nacional de Cinema (1966); Conselho Federal de Cultura (1966); Embrafilme (1969); Departamento de Assuntos culturais (1970); Centro Nacional de Referência Cultural (1975); Fundação Nacional de Arte (1975); Conselho Nacional de Cinema (1979); Fundação Nacional Pró-Memória (1979).

Além disso, foram organizados Encontros, documentos, programas e campanhas que tiveram grande repercussão nacional: o Compromisso de Brasília (1970); compromisso de Salvador (1971); Programa de Reconstrução das Cidades Históricas (1973); Programa de Ação Cultural (1973); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1975); O Encontro nacional de Dirigentes de Museus (1975), a política Nacional de Cultura (1975).

Em Sergipe, essa ação incisiva do Estado repercutiu de forma positiva na criação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico - DCPH, efeito direto do pacto de responsabilidade assumido pelo governo sergipano com o governo federal, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no I Encontro dos Governadores de Estado e representantes de instituições culturais, realizado em abril de 1970 em Brasília.

Esse evento produziu o primeiro documento brasileiro que estabeleceu recomendações de abrangência nacional para a proteção do acervo cultural do país: o “Compromisso de

Brasília”. Essa carta patrimonial estabelecia que todos os estados, através de suas respectivas instituições, atuassem de forma articulada a DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na preservação dos bens culturais que fossem representativos à memória nacional. Nos lugares onde ainda não existissem órgãos especializados, era preciso criar.

Essa alternativa à criação de uma rede nacional de proteção patrimonial por parte do governo veio à tona nesse momento por dois motivos básicos: primeiro, em função da defasagem em que se encontrava o sistema de preservação no Brasil, centralizado em torno da união desde 1937, ano de fundação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e em segundo, pela necessidade urgente do Estado em buscar caminhos à legitimação e direcionamento da sociedade. A partir dessas demandas, sobretudo políticas, a cultura, e mais precisamente o patrimônio histórico, voltaram a emergir como centro de preocupação por parte do poder público, tal qual se processara durante o Estado novo.

Criado oficialmente pelo Governador Lourival Batista, por meio do decreto-lei nº 405 de 8 de abril de 1970 e desativado meses após o fim da gestão do Governador Paulo Barreto de Menezes em março de 1975, O DCPH foi um órgão do governo sergipano, integrante da estrutura da Secretaria de Educação e Cultura do estado (futuro embrião da Secretaria de Cultura), que comportava no seu organograma o Arquivo Público, o Museu Histórico de Sergipe e a Biblioteca Pública, instituições que naquele ano de 1970 encontravam-se em péssimas condições estruturais e conseqüentemente funcionais. Além disso, cabia sobre ele também a responsabilidade de gerir o patrimônio histórico tombado pelo Governo estadual.

Por não possuir uma legislação específica, o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico sergipano era desprovido de qualquer autonomia institucional, ou seja, na prática, era um organismo que dependia completamente da estrutura da SEC para a realização do seu ofício. A nível local ele era assessorado pelo Conselho Estadual de Cultura, órgão de competência consultiva responsável por aprovar os projetos da instituição, e externamente, era subordinado técnica e juridicamente ao distrito da DPHAN sediado em Salvador.

Sendo um órgão de caráter executivo, destinado ao desenvolvimento do trabalho operacional, O DCPH foi, sem sombra de dúvidas, essencial para oxigenar o cenário cultural sergipano à época, cujas atividades existentes se concentravam em torno de instituições como o IHGSE, a Academia sergipana de letras, raras exposições de artes plásticas, ou seja, programações que não acessavam o grande público, não valorizavam o que havia de mais genuíno na região (as manifestações artísticas populares) e permaneciam apenas restritas ao consumo da ala intelectual do Estado.

Dentre as diversas contribuições prestadas pelo Departamento durante o tempo em que permaneceu ativo, destacam-se: o empenho na promoção de atividades culturais diversas como cursos, exposições, palestras; auxílio de materiais e financeiro a entidades culturais e aos grupos folclóricos da região, Criação de um Fundo Especial para publicação de obras de artistas sergipanos, produção de pesquisas na área do folclore e do patrimônio histórico, fiscalização e levantamento dos bens tombados no estado, além do resgate do patrimônio arquivístico com a reorganização e refundação do Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES em todos os seus aspectos.

O Projeto de resgate ao acervo histórico do Arquivo, certamente o trabalho mais notório da instituição, foi liderado pela professora e pesquisadora Beatriz Góis Dantas, na qualidade de diretora do DCPH e foi executado em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (recém instalada, 1968) através da contratação de alunos vinculados ao curso de história, uma experiência ímpar, que possibilitou posteriormente a consecução do Projeto de Levantamento de Fontes Primárias para a história de Sergipe, bem como a criação de outros centros de memória e documentação, a exemplo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica - PDPH, do Departamento de História da UFS, na década de 1980, e do Arquivo Geral da UFS e do Arquivo do Centro de Cultura e Arte, o CULTART na década de 1990.

Apesar do pouco tempo de existência (cinco anos), o órgão certamente deixou uma marca significativa, sobretudo no que diz respeito a produção do conhecimento histórico, pois *“A reorganização do Arquivo Público Estadual de Sergipe em 1970 é vista como um processo de importância central na renovação dos estudos históricos que caracterizou a hegemonia da universidade na produção historiográfica em Sergipe”* (OLIVA, 2018, p 27). Após a possibilidade de lidar e explorar as fontes, houve um deslocamento no centro de produção da escrita da história de Sergipe, antes centralizado no IHGSE.

Em articulação às iniciativas que promoveram o fortalecimento do ofício do historiador no cenário brasileiro, esse trabalho de reorganização do APES realizado pelo DCPH, *“(…) singulariza a experiência local e responde pelos desenvolvimentos posteriores de uma prática que incorporou novas atitudes, abriu-se a novas metodologias e renovou o pensamento historiográfico”* (OLIVA, 2018, p 27).

Frente às diversas contribuições elencadas e avaliando o impacto social e cultural causado por elas num contexto por si só já historicamente marcante para a história do país, é que elegemos esse órgão como objeto de investigação. Por meio do DCPH, tivemos a oportunidade de mergulhar na história do nosso passado recente buscando refletir sobre maneira

acerca de um estudo ainda pouco comum na historiografia sergipana e nos Programas de Pós-Graduação em História: ação do Estado na preservação do patrimônio cultural.

Nosso objetivo consiste em analisar esse objeto a partir de uma perspectiva construtivista, centrada não apenas no trabalho propriamente dito, desenvolvido pela instituição, mas em todo o processo de constituição desta. Interessa-nos compreender “como os fatos vem a se tornar coisas”, como, porque e por quem eles são instituídos e não menos importante quais os atores sociais envolvidos nesse trabalho de construção, formalização e divulgação do patrimônio local.

Portanto nesta pesquisa intitulada: “*A memória cultural sergipana na perspectiva do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH, 1970-1975)*”, buscamos compreender historicamente a trajetória a atuação do DCPH em Sergipe, bem como a sua importância para a memória cultural sergipana.

O interesse em estudar o DCPH não surgiu, é claro, aleatoriamente. Assim como todo objeto de investigação histórica, ele surgiu em função das escolhas e das demandas que emanam do próprio pesquisador. Como sabemos, fatores como a época, o lugar social do historiador, suas experiências acadêmicas, bem como a sua visão da História acabam por condicionar o recorte do seu problema, posto que, sua investida e olhar sobre o passado são orientados à luz do seu presente.

Desde a graduação, tenho me dedicado, por uma questão de afinidade, ao estudo da cultura, da memória e do patrimônio, sobretudo, acerca da função que essas construções político-sociais desempenharam na formação da nacionalidade no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, passei a investigar a relação Estado e cultura no Brasil, chegando desta forma a ação do Estado brasileiro no campo das políticas culturais.

No trabalho de conclusão de curso, me debrucei sobre os jornais sergipanos para analisar a ressonância da política cultural do Governo Vargas (1930-1945) em Sergipe, buscando compreender como a imprensa repercutia a mobilização do Estado na área e como as instituições criadas durante esse período modificaram o cenário cultural local.

Para o mestrado, continuei a dedicar-me ao estudo do campo das políticas culturais, só que dessa vez sob o contexto dos governos militares, que, por razões de Estado, e em busca de legitimidade, buscaram ampliar, sistematizar e modernizar os mecanismos de estatização da cultura iniciados na década de 1930.

Em conversa com o professor Claudefranklin Monteiro, que já havia orientado o trabalho de graduação e sabia do meu interesse pela área, tomei conhecimento sobre a presença

do DCPH em Sergipe e sobre a participação de Beatriz Góis Dantas, Núbia Marques e Terezinha Oliva junto à instituição, intelectuais sergipanas de grande expressão hoje, mas que na década de 1970 estavam buscando ocupar o seu espaço e encontraram nesse projeto uma forma de contribuir com a sociedade, bem como de crescer profissionalmente com a experiência. Partindo disso, me lancei à pesquisa e comecei a traçar a metodologia em prol da busca das fontes e de referências que me ajudassem a ambientar e compreender esse objeto.

Inicialmente optei pela procura das fontes primárias, aquelas produzidas pela própria instituição nos diversos setores de documentação e arquivos públicos e durante esse processo, me deparei com um problema enfrentado pela maioria dos pesquisadores: os arquivos institucionais, que em sua maioria, não dispõem de um material sistematicamente organizado e as informações encontradas muitas vezes são cheias de lacunas difíceis de serem preenchidas.

Além disso, intrigava-me o fato do DCPH ser praticamente desconhecido no Estado, inclusive por historiadores e pelos próprios órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em Sergipe, salvo exceção de algumas pessoas que atuaram direta ou indiretamente no setor educacional e cultural na década de 1970 e que ainda permanecem em atividade nessas instituições. Apesar de ter sido um órgão voltado à salvaguarda do patrimônio histórico do estado e os efeitos do seu trabalho de preservação sentidos até hoje, sobretudo na própria possibilidade de produção do conhecimento histórico em Sergipe e sobre Sergipe, a documentação referente ao DCPH foi quase perdida por completo³.

Sendo a atuação do Estado no campo das políticas culturais algo recente na história do Brasil, são também recentes e ainda insuficientes o número de estudos que se debruçam a investigar essas ações, sobretudo do ponto de vista histórico. Em sua grande maioria, os trabalhos que versam sobre a temática estão voltados para análise do plano nacional, deixando margem dessa forma, à contribuição de estudos que reflitam sobre experiências da intervenção governamental no âmbito da cultura em outros diferentes contextos e espaços regionais.

Nesse sentido, esta pesquisa vem somar esforços para colaborar com o avanço desse campo historiográfico a partir do estudo de caso do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico em Sergipe, uma política pública estadual de preservação criada em meio as

³Acredita-se que boa parte da documentação do DCPH tenha sido desmembrada e perdida em função das constantes transferências de administração pelas quais o setor da cultura passou até a criação de sua estrutura própria no estado com a Secretaria de Cultura. Para precisar tal informação, pesquisamos no APES, no Arquivo da Atual secretaria de Educação, da SECULT, bem como no do Conselho Estadual de Cultura. O material institucional que aqui utilizamos foi localizado no acervo do antigo INSPAC – Instituto do Patrimônio Cultural lotado numa seção da Biblioteca Pública Epifânio Dória.

contradições do Estado Autoritário instaurado em 1964 e atuante durante o período de 1970-1975.

Além disso, o estudo em torno dessa instituição tão importante para o desenvolvimento do conhecimento em Sergipe, busca colaborar com a historiografia sergipana em particular, por tratar de um tema ainda ausente nas pesquisas e reconhecidamente pertinente para a própria história da historiografia sergipana, haja vista as contribuições ao campo da pesquisa já ressaltadas aqui.

São facilmente contados os trabalhos historiográficos que fazem alguma referência ao DCPH: “*Memória cultural: uma trajetória (alinhando fiapos de memória)*”, artigo produzido por Fernando Soutello em 2011, no qual o autor, engajado a atividade e política cultural sergipana desde a década de 1960, procurou traçar um panorama da ação do Poder Público estadual sergipano na preservação do patrimônio histórico artístico e cultural ao longo do século XX, destacando na década de 1970 a presença do Departamento em Sergipe; e uma publicação recente da historiadora Terezinha Alves de Oliva para a edição de nº 48 da Revista do IHGSE intitulada “*A reorganização do Arquivo Público e a produção historiográfica sergipana*”, no qual a autora mostra como o trabalho de reorganização do APES, realizado pela primeira diretoria do DCPH, contribuiu para a retomada e construção de uma nova etapa da produção historiográfica em Sergipe.

Em um trabalho realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS) a instituição é apenas superficialmente referenciada por conversar de alguma forma com o objeto de pesquisa em questão. No estudo “*Trajétoria de Núbia Nascimento Marques: contribuições para a educação de Sergipe (1978-1999)*”, o DCPH aparece como marco de uma fase importante na vida profissional da biografada, a Prof. Núbia Marques, segunda diretora na linha de sucessão do órgão estadual de cultura.

Atualmente, dispomos de uma vasta bibliografia disponível analisando a atuação do IPHAN e suas escolhas na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Isto não é fato na mesma proporção, em relação aos órgãos estaduais de patrimônio. Apenas o trabalho do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo, tem sua ação já apropriada por análises acadêmicas.

Partindo ainda de uma constatação sempre presente e incômoda de que as instituições ligadas a memória no Brasil raramente documentam sua própria trajetória, esta pesquisa se torna

relevante por remontar e analisar sistematicamente, na medida do possível um capítulo importante e esquecido da experiência do estado sergipano em matéria de preservação.

Sendo o DCPH a primeira agência especializada criada em Sergipe para gerenciar e assistir as atividades de estímulo a preservação da cultura (figurando como um embrião daquilo que seria a futura Secretaria de Cultura do Estado); tendo reunido no seu quadro institucional importantes representantes da intelectualidade sergipana, todas mulheres, que a partir do seu ingresso no Estado encontraram a oportunidade e os meios para realizar sua função social por meio de uma ação cultural efetiva (cujos resultados repercutiram e ainda repercutem na atualidade), e, não menos importante, por ser um órgão idealizado, financiado e estimulado por um Estado autoritário, que para além de atender as demandas culturais do país, visava atender sua necessidade de legitimação, é que julgamos este objeto pertinente e sobretudo potencial à exploração de diversas questões que se alinham a esta pesquisa.

Para dar conta dessa relação entre práticas culturais e ação política no país, perceber como se deu o processamento das mudanças institucionais sofridas pelas políticas culturais brasileiras na contemporaneidade, em escala nacional, e compreender como estas configurações produziram novas formas de agenciamento cultural em escalas locais, recorreremos a estudos clássicos que nos permitissem empreender uma revisão histórica desse segmento no Brasil.

Dando ênfase a literatura específica sobre o assunto, tomamos como referência o trabalho de Lia Calabre, *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*, no qual a autora recupera, numa perspectiva geral a trajetória das ações públicas relativas a cultura no Brasil do início do processo de institucionalização até os dias atuais contemplando as evoluções relativas a ampliação das noções e conceitos e o reflexo disso na gestão pública desse setor no país.

Buscando entender historicamente a relação e contribuição dos intelectuais junto ao Estado brasileiro na organização da cultura, bem como sua atuação na formulação das políticas culturais nos sucessivos governos militares, recorreremos ao trabalho de Tatyana de Amaral Maia, “*Os cardeais da cultura nacional: o conselho federal de cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*”. Seu estudo se debruça sobre trabalho CFC, órgão federal produtor de concepções, políticas e diretrizes que alicerçaram gestão da cultura no Brasil autoritário, a partir de uma análise em torno do grupo intelectual que compunha seu quadro institucional. Além de abarcar todo o processo de construção da identidade nacional (reatualizada à medida que novos contextos históricos são criados), esta pesquisa traça um perfil dessa equipe de agentes institucionais através do estudo das gerações, redes de sociabilidade etc. Outras obras clássicas

da historiografia também foram essenciais à compreensão da formação do campo cultural no Brasil são eles: a coletânea de artigos *Estado e cultura no Brasil* organizada por Sergio Miceli em meio ao contexto de abertura e redemocratização que se processava no país em 1984; e “*Moderna tradição brasileira*” de Renato Ortiz.

Sobre os estudos relacionados às políticas de proteção ao patrimônio propriamente ditas, nos utilizamos dos trabalhos de *FONSECA (2017)*, *GONÇALVES (1996)*, *AZEVEDO (2013)*, referências de interpretação acerca da atuação do IPHAN, bem como das perspectivas e discursos do patrimônio cultural no Brasil. O trabalho de Almir Félix de Oliveira publicado pela editora UFS, “*Memória História e Patrimônio Histórico: Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*”, também nos auxiliou na composição deste trabalho pois se refere, assim como o DCPH, ao trabalho desempenhado pelo IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, instituído em 1971 como resultado dos sucessivos Encontros de Governadores de Estado que deram origem ao Compromisso de Brasília em 1970 e ao Compromisso de Salvador em 1971.

Para ambientar e entender o contexto de criação do DCPH em Sergipe, numa tentativa de estabelecer um paralelo com o que o que ocorria nacionalmente, nos valemos da contribuição de Ibarê Dantas, *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984: (Partidos e eleições num estado autoritário)*, trabalho mais completo da historiografia sergipana sobre as repercussões da ditadura civil-militar no estado. Essa obra é uma versão ampliada de um capítulo do seu livro, também clássico e referência para a história de Sergipe: “*História de Sergipe: República (1889-2000)*”.

Alinhado a perspectiva da Nova história cultural, este estudo realizado em torno do DCPH demanda ao historiador uma série de reflexões acerca do objeto em si e das questões que ele encerra. Sendo uma instituição oficial voltada à preservação da memória e do “seu *áster ego* mais visível e tangível, o patrimônio⁴”, ou, em outras palavras, um espaço destinado ao reconhecimento, valorização e divulgação das representações simbólicas locais que caracterizam e definem a nacionalidade no contexto da década de 1970, buscamos compreender este trabalho à luz de conceitos e discussões como a memória, o patrimônio, a política cultural e os atores sociais que dão vida e personalidade à instituição, os intelectuais.

Partindo da premissa de que a memória é um “produto social, coletivo” e que tem como finalidade estabelecer identidades, legitimar e manter a coesão dos grupos, temos que, ela não é apenas determinada por questões culturais, é erigida e vinculada a outros aspectos

⁴ HARTOG, p. 24.

fundamentais que também estão em jogo na afirmação e autonomia das diversas coletividades. Nesse sentido, podemos dizer que a memória está longe de ser algo puramente natural e da qual partilhamos inconscientemente, ela constitui um sistema seletivo e organizado da qual os diversos grupos se apropriam para fortalecer seus discursos e motivar suas ações, no nosso caso, o Estado.

Em muitos momentos ao longo deste trabalho nos utilizamos e enfatizamos a expressão “memória cultural”. Tomando como referência os estudos de Assman (2011), define-se a memória cultural como aquela “referente a lembranças objetivadas e institucionalizadas, que podem ser armazenadas, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações” sendo constituída por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, objetos e outros suportes que funcionam como gatilho para acionar significados associados ao passado.

Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento. Cientes de que “não há uma auto-organização da memória cultural” e de que esta depende e é determinada tanto por interesses políticos e sociais quanto pela transformação das mídias técnicas (suportes materiais de registro), procuramos situar e entender o nosso objeto como uma iniciativa concreta e historicamente marcante no processo de organização, construção e formalização da memória no Brasil e em Sergipe. Dado o papel centralizador do Estado nesse caso, percebemos a presença desses fatores de forma mais evidente.

Em sua reflexão historiográfica sobre o tempo histórico, Koselleck afirma que cada presente não apenas reconstrói o passado a partir de problematizações geradas na sua atualidade, tal como propunham os Annales e outras correntes historiográficas do século XX, mas também que cada presente ressignifica tanto o passado (espaço da experiência) como o futuro (horizonte da expectativa). Portanto, percebe-se que essa memória, referente a lembranças objetivadas e institucionalizadas, não é estática e imutável, ela é filha de seu tempo, ou seja, se adequa as demandas e escolhas do presente.

Funcionando como um espelho da memória, o patrimônio reflete historicamente a construção de narrativas sobre o passado, mas, do ponto de vista de quem? À luz de que presente? De acordo com o historiador Manoel Luís Salgado Guimarães (2012), devemos compreender as reflexões em torno desse objeto (o patrimônio) em sua estreita articulação com o trabalho de produzir uma forma de escrita sobre o passado, devendo-se tratar essa escrita a partir de uma perspectiva histórica, ou seja, levando em consideração as singularidades dos processos de patrimonialização em seus respectivos contextos de produção, para a partir daí,

pensarmos as diferentes maneiras sob as quais esses resquícios materiais do passado vieram a ser selecionados e tratados sob a forma de patrimônio histórico.

Na década de 1970, por exemplo, período no qual está situado o DCPH, é preciso atentar que a concepção do patrimônio ainda era bastante tradicional e restritiva em termos de representação social, dado que, associava-se em grande parte à noção criada pela constituição do Estado Nacional ainda na primeira década do século XX. Mas, mudanças gradativas começavam a se processar ainda nessa década, em função do avanço da antropologia e da necessidade do governo de ampliar suas bases sociais por meio de política, não pluralistas, mas que valorizavam o que havia de mais genuíno na tradição brasileira, o folclore. Para além do patrimônio de pedra e cal, as manifestações artísticas populares passaram a ser reconhecidas, valorizadas e amplamente divulgadas como forma de integrar o grosso da população à cultura adjetivada como nacional.

Baseado na classificação proposta por Teixeira Coelho, compreendemos a política cultural do Brasil nesse período como uma “política de dirigismo cultural”, ou seja, aquelas ações “postas em prática principalmente por Estados fortes que exercem o poder de modo incontestado e que promovem uma ação cultural em moldes previamente definidos como de interesse do desenvolvimento ou da segurança nacionais”. Essa política de cunho nacionalista, tradicional e patrimonialista, tende nesse sentido, como falamos, a privilegiar aquelas formas culturais consideradas “autóctones”, sejam de oriundas do popular ou do erudito.

Nesse momento em que o Estado caminhava rumo a uma concepção mais ampla e abrangente de cultura, bem como ensaiava novas formas de proteção para o patrimônio, o papel do intelectual foi essencial. Segundo Hansen e Gomes (2016), os intelectuais seriam “(...) *uma categoria socioprofissional marcada, quer pela vocação científica, (no dizer weberiano), ou pela especialização que lhes confere o capital cultural e o poder simbólico nos termos de Bourdieu, quer pelo gosto da polêmica, inclusive a política*”.

Numa acepção mais ampla, os intelectuais neste estudo como sujeitos produtores de conhecimentos e de comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados a intervenção político-social. Porém, no caso DCPH em específico, avaliamos que o papel desses agentes socioculturais junto ao Estado se concentrava sobremaneira no trabalho de mediação cultural, que conforme a clássica classificação proposta por Sirinelli (1998), se relaciona a divulgação e vulgarização do conhecimento.

Por se tratar de um estudo que reflete a produção e divulgação da cultura e que contempla, em função disso, a participação dos sujeitos históricos envolvidos nesse processo,

é que este trabalho se alinha à perspectiva da Nova História cultural, cujas noções e categorias tem permitido uma conversação cada vez maior com a também renovada história política. “Grande parte dos objetos historiográficos e das temáticas mais visitados pelos historiadores, nas décadas recentes, têm apresentado em sua rede de confluências, a presença de uma ou outra, quando não as duas, destas dimensões historiográficas: a Cultura e a Política” (BARROS, 2011, p. 39).

As fontes coletadas para dar forma a este trabalho são diversas e todas elas, indistintamente, foram encaradas como potencialmente relevantes para promover a análise daquilo que Michael Pollak (1992) vai designar em *Memória, Esquecimento, Silêncio*, como “trabalho de enquadramento da memória”, trabalho esse que envolve pensar o processo de construção/organização do sistema objetivado de referências materiais e simbólicas criado por um determinado grupo e/ou organização política para fortalecer sua unidade, manter suas fronteiras sociais ou modificá-las.

Tomando o nosso caso como exemplo, podemos supor, baseado no estudo complementar desse mesmo autor intitulado *Memória e Identidade Social*, que o Estado apostou no desenvolvimento desse trabalho direcionado à preservação do patrimônio histórico como um “investimento”, onde por trás da valorização à memória cultural sergipana, buscava-se cimentar o discurso e os valores que permitiam sobretudo solidificar o social.

Como se sabe, o interesse em despertar o público para os elementos representativos da tradição e da nacionalidade não podem ser concebidos como algo genuinamente cultural, visto que todo trabalho institucional despendido em torno da “representação coletiva” tende a imprimir, segundo Chartier (1990), a visão de mundo do grupo social que a forja.

Para dar conta desse trabalho desempenhado pelo DCPH, nos valem ao longo desta pesquisa de alguns documentos⁵ produzidos internamente por esse órgão como: notificações de tombamento, correspondências (ofícios e requerimentos), relatórios de atividades, projetos e instruções normativas; o Plano Estadual de Educação e Cultura (1971-1974), além de cartas patrimoniais (Compromisso de Brasília 1970 e Compromisso de Salvador 1971), fotografias e as edições de alguns jornais sergipanos do período, a *Gazeta de Sergipe* e o *Jornal da Cidade*

⁵ A documentação citada referente ao DCPH, órgão que na época era subordinado diretamente à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, encontra-se disponível atualmente na seção de arquivo do Departamento de patrimônio ligado à Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). O acesso a essas fontes foi possível graças ao Inventário Geral do Acervo do Patrimônio Cultural, identificado como “acervo do antigo INSPAC”. Esse material, contempla uma parte significativa da documentação produzida pelos diversos órgãos públicos que atuaram nessa área em Sergipe de 1970 ao ano 2000.

⁶; por fim e não menos importante, nos utilizamos também da fonte oral como recurso para abarcar a “experiência” dos atores sociais envolvidos na produção, mediação e operacionalização das atividades de preservação desempenhadas por esse Departamento.

Tendo em vista a diferença tipológica das fontes, bem como a complexidade em torno do trabalho de articulação que elas demandam, buscamos suporte teórico-metodológico à prática desta pesquisa em referências clássicas. Como auxílio à manipulação dos documentos referentes ao DCPH, utilizamos das contribuições de Bacellar (2008), atentando sobretudo para “a necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época”⁷ e ao fato de que “documento algum é neutro”, mas sim produto da subjetividade do indivíduo.

Nas pesquisas com os jornais, fizemos uma seleção de notas e matérias relacionadas à instituição onde pôde-se acompanhar além da repercussão das atividades desenvolvidas, o processo até consecução das mesmas (em função do registro cotidiano), as críticas, os enfrentamentos, os desafios e sobretudo, a participação e posicionamento político do próprio jornal frente ao trabalho cultural apresentado pelo DCPH, seja através do discurso, seja pela recorrência com que a temática patrimonial aparecia nas páginas dos impressos.

O uso do jornal é ainda relevante nesta pesquisa por fornecer subsídios à apreensão do ambiente político e social sergipano no período delimitado. Segundo Luca (2008), em *A história dos, nos e por meio dos periódicos*, a utilização dessa fonte envolve pensar/analisar todo o contexto e processo de produção do discurso, “quem o escreve, por que escreve e pra quem se escreve”, e, tratando-se de um período onde o controle e a censura sobre a imprensa contou com um aparelhamento de vigilância massivo, faz-se necessário “dar conta das motivações que levaram a necessidade de dar publicidade a alguma coisa”⁸.

Afim de contemplar a participação da jovem intelectualidade engajada⁹ ao DCPH, ponto forte deste trabalho, adotamos também a metodologia da história oral, onde buscamos explorar

⁶ Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública Epifânio Dória e online por meio do site <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>

⁷ BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In. Fontes Históricas. (Org.) Pinsky, Carla Bassanezi. Editora Contexto, São Paulo, 2006.

⁸ LUCA, p. 140.

⁹ **Beatriz Góis Dantas** Intelectual sergipana natural de Lagarto/Sergipe, Beatriz Góis Dantas, nascida em 21 de setembro de 1941, filha de Antônio Germano de Góis e Ana Ribeiro de Góis, é Graduada em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e mestra em Antropologia Social pela Unicamp-SP. Professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, instituição onde desenvolveu sua vida acadêmica. Foi dirigente do DCPH e membro do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe na década de 1970. Pesquisadora nas áreas de religiões afro-brasileiras, etno-história indígena, cultura popular e patrimônio imaterial. Entre suas obras destacam-se *A Taieira de Sergipe* (Rio de Janeiro, 1972), *Vovô Nagô e Papai Branco* (Rio de Janeiro, 1988), *Rendas e Rendeiras no São Francisco* (Bahia, 2006), *Nagô Grandma & White Papa: Candombé and the Creation of Brazilian Identity* (USA, North Carolina Press, 2009). Aposentou-se da atividade docente em 1991 e atualmente desenvolve pesquisas e consultoria na área de Patrimônio Imaterial.

por meio da entrevista temática com os agentes culturais envolvidos, os significados subjetivos da experiência vivida, remontar redes de sociabilidade, dar conta das expectativas em relação a essa política na época e da relevância que ela teve, tanto para a memória cultural sergipana, quanto para a carreira profissional dos mesmos.

Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio dessa experiência vivenciada pelo entrevistado, “que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado.” (ALBERTI, p. 170).

Partilhando dessa compreensão em torno da responsabilidade do historiador sobre a fonte oral por ele utilizada como instrumento de pesquisa, é que desenvolvemos este trabalho sob rigor metodológico que lhe é necessário, respeitando todas as etapas que envolvem o seu processo de produção da fonte oral desde o estudo e coleta de dados, preparação e elaboração do roteiro, gravação do depoimento em áudio, transcrição, revisão e por fim a análise desse conteúdo, estando cientes, segundo Alberti (2008), de que tais narrativas são fontes e como tal não são a realidade, mas “pistas”, ou ainda “versões” de um passado que existiu e que cabe ao historiador perguntar “o que podemos aprender especialmente com elas”.

A decisão pela escolha dos entrevistados, conforme já pontuamos aqui, baseou-se em critérios qualitativos, ou seja, em função da posição que estes ocupavam no grupo e o significado de sua experiência para compreensão da atividade institucional do DCPH. Inicialmente, foi elaborado um roteiro geral de entrevista e a partir desse, outros dois que contemplavam perguntas específicas relativas a gestão de cada agente cultural.

Como nos afirma Portelli (2016), a história oral é uma arte da escuta, uma arte baseada em um conjunto de relações: Primeiramente, da relação entre entrevistado e entrevistadores

Terezinha Alves de Oliva é natural de Riachão do Dantas-Se, formou-se em história em 1971. Coursou o Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, cuja dissertação transformou-se no livro *Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985) com recente reedição pelo IHGSE/UFS. Fez o Doutorado em Geociências, na Universidade Estadual Paulista (Rio Claro), em convênio com o Mestrado de Geografia da UFS, estudando o Pensamento Geográfico em Manoel Bomfim. Além de sua presença marcante no ensino, devem ser lembradas suas ações na área cultural, com enfoque no setor de documentação e patrimônio. Na década de 70, ainda bastante jovem, Terezinha tornou-se dirigente de importantes instituições como o Arquivo Público do Estado de Sergipe e o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), órgão que à época integrava a Secretaria de Educação e desenvolvia a política cultural no âmbito estadual. Entre 2009 e 2014, dirigiu a IV Superintendência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sediada em Sergipe e, em sua gestão, concluiu-se o processo de elevação da Praça de São Cristóvão a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Por cinco anos (2004-2009) foi diretora do Museu do Homem Sergipano, vinculado à Universidade Federal de Sergipe, ocupou a chefia do Departamento de História e do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), além de atuar em vários conselhos.

(diálogo); em segundo, da relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); terceiro, da relação entre a esfera pública e a privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e as histórias; e por último, da relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador.

A presente pesquisa encontra-se dividido em 3 capítulos. Por se tratar de um estudo que se debruça a contemplar a trajetória institucional do DCPH (1970-1975) a partir da intelectualidade engajada nesse processo, optamos por adotar uma perspectiva linear na composição e organização dos capítulos, respeitando dessa forma o período relativo as gestões de cada agente cultural.

No capítulo I, intitulado “*A fase heroica*”: *Beatriz Góis Dantas e o desafio à implantação do DCPH em Sergipe*”, abordamos a história e as experiências relativas a fase inicial da instituição, que compreende todo o seu processo de construção, desde a concepção da ideia, passando pela criação, organização, implantação até o funcionamento propriamente dito. Baseado sobretudo no relato da Prof. Beatriz Góis Dantas, responsável direta por dar forma e efeito a esse polo de preservação do patrimônio histórico e artístico local, buscamos dimensionar o papel do agente, os primeiros resultados, além de captar as expectativas e os desafios inerentes a essa experiência inovadora tanto para ela enquanto profissional que iniciava no campo do agenciamento, quanto para o Estado sergipano, que se adaptava a uma instituição cultural com esse formato, caráter e função.

No Capítulo II, “*Núbia Marques e a consolidação do DCPH no cenário cultural sergipano*”, apresentamos ao leitor a segunda fase da instituição, classificada como fase de consolidação por simbolizar a continuidade e o pleno exercício do órgão estabelecido pós transição do governo. Seguindo a metodologia do capítulo anterior, buscamos dar ênfase a atuação da professora Núbia Nascimento Marques como gestora do Departamento, atentando para as particularidades que caracterizaram esse segundo momento: a criação de uma rotina de trabalho, o fomento e o incentivo às ações culturais com base na aplicação do primeiro Plano de Educação e Cultura formulado pelo Estado, os problemas recorrentes ao desenvolvimento institucional, as críticas, a resistência do intelectual pela causa e sobretudo as políticas e realizações.

Seguindo nossa linha de raciocínio, no Capítulo III, intitulado “*O ponto final: a Gestão Terezinha Oliva e o encerramento das atividades do DCPH em Sergipe*”, recorreremos aos jornais, documentos do DCPH e, sobretudo, à metodologia da história oral para recompor momentos da trajetória da historiadora junto ao Departamento, a saber, sua passagem do estágio

à direção, características de sua administração propriamente dita, e também o contexto de desligamento do órgão sergipano por parte da administração estadual em 1975.

CAPÍTULO I

A “FASE HERÓICA”: BEATRIZ GÓIS DANTAS E O DESAFIO À IMPLANTAÇÃO DO DCPH EM SERGIPE EM 1970

A década de 1970 é, reconhecidamente, um dos períodos de maior efervescência no campo da atividade cultural no Brasil, quer em função das transformações havidas no âmbito do mercado de bens culturais sob a tutela da iniciativa empresarial privada, quer na área da produção cultural oficial por meio da criação de diversas instituições especializadas.

Segundo Renato Ortiz, a intervenção do Estado no setor cultural nesse momento relacionava-se, sobretudo, à compreensão dos governos militares acerca do papel da cultura na organização e no direcionamento da sociedade, para o autor, o movimento cultural iniciado pós-64 “(...) se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado se define pela repressão ideológica e política, por outro é um momento da história onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais” (ORTIZ, 1989, p. 115-116).

É dentro desse contexto, marcado pela participação incisiva do Estado como agente financiador e organizador de projetos culturais em defesa da nacionalidade, que surge o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico – DCPH em Sergipe, órgão subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, que tinha por propósito figurar como uma base de apoio a DPHAN (atual IPHAN) no trabalho de preservação dos bens culturais locais representativos à memória e a identidade nacional.

Fruto das recomendações estabelecidas pelo pacto federativo firmado em abril de 1970, foi pelas mãos da professora e pesquisadora Beatriz Góis Dantas que o Departamento adquiriu forma e efeito em Sergipe.

O “Compromisso de Brasília” e o surgimento do DCPH

Valendo-se de suas atribuições como ministro do MEC, aos três primeiros dias do mês de abril de 1970 o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho convocou todos os representantes executivos estaduais a Brasília para participarem do 1ª Encontro Nacional dos Governadores de Estado e representantes de instituições culturais. O evento tinha como finalidade votar “o estudo de complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico

nacional¹⁰”, algo até então impensado, ou pelo menos, não posto em prática desde a criação do IPHAN na década de 1930.

Das resoluções aprovadas pelas autoridades presentes nesse encontro resultou o *Compromisso de Brasília*, documento que selou o acordo de cooperação estabelecido entre as esferas de poder (municipal, estadual e federal) com o objetivo de atuarem conjugadamente no desenvolvimento de uma campanha ou rede nacional que tinha como princípio básico as ideias de conscientização, preservação e valorização do patrimônio.

Ao entrar em contato direto com a área de atuação do IPHAN (à época denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN¹¹), sua complexidade, importância e deficiências sentidas ao longo das quatro décadas de existência, o governo reconhecia como inadiável a necessidade de promover uma ação supletiva entre os estados recomendando que, para tanto, fossem criados onde ainda não houvessem órgãos especializados articulados aos seus respectivos Conselhos Estaduais de Cultura e a já referida Diretoria para fins de uniformidade.

Para suprir a falta de uma legislação específica, os órgãos recém-criados, a exemplo do DCPH em Sergipe, deveriam ser assessorados pelas estruturas competentes com o intuito de buscar atender as diretrizes gerais estabelecidas pela política cultural do governo, formulada pelo Conselho Federal de Cultura – CFC, e além disso serem instruídos especificamente acerca das práticas, técnicas e posicionamentos empregados nos trabalhos de preservação.

No dia subsequente à reunião em Brasília, 04 de abril de 1970, já era possível sentir o impacto da iniciativa do Estado na imprensa. Entre nós, o jornal *Gazeta de Sergipe* repercutia positivamente a determinação do Ministério, não só pelo seu ineditismo frente as ações culturais já realizadas no Brasil republicano referentes ao patrimônio, mas, sobretudo, pelo entusiasmo que marcou o evento. Contando com um número expressivo de participantes¹², o conclave sem dúvida alguma, foi um marco importante para desencadear o que hoje compreendemos como “o processo de descentralização das responsabilidades em torno do patrimônio”.

¹⁰ Segundo o art.1 do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis ou imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

¹¹ A referida Política de Preservação Federal teve várias nomenclaturas ao longo de sua trajetória institucional. Sphan – no momento de sua criação, em 1937, posteriormente, em 1946, passou a se chamar Dphan e a partir da Reforma administrativa do MEC, em julho de 1970, Iphan.

¹² Autoridades que participaram assiduamente do evento: Augusto Radmaker, vice-presidente da República; Ministro Iberê Gilson; presidente do Tribunal de Contas da União; Renato Soeiro, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Dom José Newton, arcebispo de Brasília, além de governadores, representantes dos governos dos estados e outras autoridades.

Dirigidas sob a coordenação de Arthur Cesar Ferreira Reis, presidente do CFC e Pedro Calmon, Presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do mesmo órgão, as comunicações realizadas no evento direcionavam-se essencialmente à discussão dos caminhos possíveis à consecução dessa política inédita de preservação, com o objetivo de propiciar as condições mínimas necessárias à realização das expectativas expressas no *Compromisso de Brasília*.

Centrando-se no protagonismo de Jarbas Passarinho, frente a campanha de conscientização do governo em prol da memória nacional, a reportagem do referido jornal sergipano trazia como destaque algumas passagens do seu discurso na cerimônia de abertura do Encontro, no dia 1º de abril de 1970. Após consulta minuciosa ao relatório apresentado pelo então diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro, o ministro do MEC indagava em tom apreensivo: *“Seria de caráter do brasileiro esse desamor ao patrimônio ou não será uma falha na educação? Será uma perda de tempo despertar o público para as riquezas históricas?”*¹³.

Segundo Maia (2012), as palavras de Jarbas Passarinho àquela ocasião podem ser interpretadas como um ato de manifestação pública aos constantes ataques promovidos por uma parcela da imprensa, que combativa, não poupava em criticar as intenções, nem tampouco a forma do mesmo em conduzir o processo de administração cultural. Durante o seu pronunciamento, citou ainda com pesar a notícia de um periódico dominical que informava a respeito da situação do patrimônio no país: “Brasil, um passado sem futuro”. Reagindo às acusações de inoperância do setor, seu apelo se dirigia as autoridades ali presentes com o intuito de buscar alternativas ao descaso manifesto pelo poder público e também pela população, que não só ameaçava o patrimônio, mas também o comprometia com perdas irreparáveis (descaracterização, saque etc.).

Até aquele momento, apenas os estados da Bahia, da Guanabara¹⁴, de São Paulo, do Paraná e de Minas Gerais possuíam órgãos especializados que funcionavam articuladamente à DPHAN. Em função disso, durante o seu pronunciamento, Soeiro destacou a importância de participação de todos os estados pois “reconhecia a dificuldade de preservar os conjuntos arquitetônicos diante das pressões provocadas pela urbanização e modernização das cidades” e ressaltava ainda que “a política de proteção proposta não aparecia como um obstáculo ao

¹³ “Ministro quer patrimônio histórico protegido”. Gazeta de Sergipe. 04/04/1970.

¹⁴ A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território do atual município do Rio de Janeiro. Em sua área, esteve situado o antigo Distrito Federal.

processo de desenvolvimento econômico, pelo contrário, ela movimentava positivamente a economia do país pelos recursos gerados com o turismo” (MAIA, 2012, p. 167).

Ao trazer à público os problemas que envolviam o setor de preservação brasileiro nos anos 1970, como: a escassez de recursos destinados à área, a concentração das atividades em torno da União e não menos importante, a falta de civismo por parte da população, que impedia o culto aos símbolos históricos, justificava-se no discurso, a urgência de colocar em prática um planejamento específico para o campo do patrimônio dentro da política de cultura do governo e ressaltava-se além disso, a necessidade de conversação e complementaridade entre as duas linhas de ação que compunham o ministério à época, visando o alcance de um objetivo em comum: despertar o público para a nacionalidade.

Definindo a importância do culto ao passado como elemento básico de formação da consciência nacional e buscando alternativas para uma mudança de mentalidade no que concerne a valorização e reconhecimento dos bens culturais, o compromisso estabelecia entre outras medidas, a necessidade de inclusão da temática patrimonial no currículo das instituições de ensino (escolas e universidades) e dava as seguintes recomendações:

Deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento, a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina moral e cívica; no nível superior, a exemplo do que já existe nos cursos da Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil, a introdução, no currículo das escolas de Arte, de disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional.¹⁵

Longe de ser um paliativo, o referido acordo tratava-se de algo realmente inovador no campo das políticas públicas, pois ia além do reconhecimento legal do bem cultural, o tombamento (único recurso de que dispunha a política federal de preservação), se preocupava em fazer o público conhecer e vivenciar o patrimônio, ou seja, aquilo que atualmente denominamos “educação patrimonial”. Através das reformulações no ensino, bem como da promoção e divulgação dos símbolos históricos, buscava-se introjetar no indivíduo “o civismo como lugar da nacionalidade”. Educar e incentivar o culto ao patrimônio histórico significava para o governo, naquela conjuntura, muito mais do que o pleno desenvolvimento de um campo,

¹⁵Compromisso de Brasília. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>.

estrategicamente, essa política tinha um alcance muito maior: visava ser um elo de aproximação da sociedade civil com o Estado, um terreno onde sedimentar o nacionalismo.

O momento de criação do DCPH se insere num contexto de recrudescimento da Ditadura, no Governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), caracteristicamente marcado por empreender ações de repressão e tortura aos que se opunham ao regime, contando inclusive com a criação de instituições especializadas para esse fim, censura aos órgãos de imprensa, investimentos em infraestrutura e acelerado crescimento econômico. Todos “estes aspectos aliados ao largo uso da propaganda política pelo governo resultaram na relativa estabilidade adquirida pelo Estado autoritário na década de 1970” (SANTOS, 2014, p. 20).

Em Sergipe, na esfera do executivo, governava à época Lourival Batista, que logo após sua participação no I Encontro dos governadores em Brasília criou oficialmente o DCPH por meio do decreto-lei nº 405 de 8 de abril de 1970. Dado a emergência de resposta ao compromisso estabelecido com o governo federal, é lógico que o referido departamento permaneceu por um bom tempo apenas no plano das ideias. Após o ato de criação, deu-se início ao processo de preparação, etapa importante, desafiadora e sobretudo determinante no futuro desempenho da instituição.

A criação do DCPH foi uma das últimas ações aprovadas por Lourival Batista a frente do governo do estado. Motivado a concorrer a uma vaga no Senado, na eleição vindoura estabelecida para novembro do ano em curso, ele renuncia ao cargo em 14 de maio de 1970 deixando para o seu substituto a árdua missão de colocar o departamento em funcionamento. Segundo Dantas (2014), Lourival Batista “terminou o governo como um administrador operoso e conciliador, embora não tanto quanto esteve a propagar no seu *slogan* Pacificação e Desenvolvimento”¹⁶.

Alinhado à política de desenvolvimento econômico nacional, sua gestão se beneficiou sobremaneira em termos de recursos, o que lhe possibilitou realizar numerosas construções e investimentos em diversos setores. Somado a isso, a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)¹⁷, durante o período de sua administração, também trouxe repercussões bastante positivas para o Estado que vivenciava nesse momento a exacerbação do autoritarismo.

¹⁶ DANTAS, Ibarê. A exacerbação do autoritarismo. In: *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984*. 2ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

¹⁷ A Universidade Federal de Sergipe foi fundada através do Decreto-lei 269 de 28 de fevereiro de 1967, incorporando as já existentes Escola de Química, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. A solenidade de inauguração ocorreu em 30 de abril de 1968. O decreto está disponível para consulta em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-269-28-fevereiro-1967-378094-publicacaooriginal-1-pe.html>.

A renúncia de Lourival Batista ao governo trouxe à tona um problema institucional para Sergipe. Diante da recusa do seu vice-governador Manoel Cabral Machado¹⁸ em assumir o posto que tecnicamente lhe cabia como sucessor, restou ao governo federal escolher um novo representante para cumprir o “mandato tampão”¹⁹, mandato de cerca de 9 meses correspondente ao intervalo entre o Governo Lourival Batista e o Governo Paulo Barreto de Menezes, já eleito indiretamente pelo colegiado. Seguindo o ritual da política do Estado autoritário, o presidente da República escolheu João Andrade Garcez²⁰ e Manoel Prado Vasconcelos para ocupar, respectivamente, os cargos de governador e vice.

Posto isso, consideramos que não há como compreender o processo de organização do DCPH sem considerar esse episódio de inesperada sucessão governamental, dado que entre o momento da criação e o de sua efetiva instalação, muita coisa mudou. Em seu discurso de posse como chefe do governo, João Andrade Garcez falou sobre o desafio de gerir o Estado nesse intervalo:

Não estamos alheios a realidade sergipana, e, tendo em vista a exiguidade de tempo para equacionar problemas, em tão curto espaço, conclamamos a todos que se interessam pela causa pública, para que unidos pelos sagrados ideais de servir à coletividade sergipana, possamos atender aos problemas mais urgentes, ou, pelo menos, não nos negarmos a minorar-lhes os efeitos.²¹

Com a mudança de governante, modificara-se também o secretariado. Para ocupar a Secretaria de Educação e Cultura, o governador João Andrade Garcez nomeou à época o médico e professor baiano Dr. Nestor Piva, atuante em Sergipe desde 1959. No meio de suas responsabilidades mais urgentes a frente de um dos setores mais importantes da administração pública do Estado, estava a de recrutar os profissionais que renovariam a equipe da SEC e demais órgãos vinculados, dentre eles o DCPH, que até esse momento existia apenas na legislação e precisava ganhar vida, funcionar.

¹⁸ A renúncia de Lourival e a recusa do seu vice à chefia do executivo estadual pode ser interpretada como um jogo político, pois ele apostara na eleição daquele que seria o seu indicado ao mandato-tampão. Mas devido a uma série de embates políticos, dos grupos contrários à Lourival dentro da ARENA, Médici autoritariamente resolve o problema escolhendo a novidade política da vez, João Andrade Garcez. Juntamente com Garcez concorriam ao governo Cyro Carvalho Tavares e José Carlos de Souza.

¹⁹ João Andrade Garcez é o novo governador escolhido para mandato-*tampão*. *Gazeta de Sergipe*. 30/05/1970.

²⁰ João Andrade Garcez era cirurgião-dentista, formado pela Faculdade de Odontologia da Bahia, passou grande parte de sua vida voltado ao exercício da profissão junto ao funcionalismo público. Até o momento de sua posse como governador do Estado, sua única atividade política se resumia à atuação na Delegacia do Diretório da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

²¹ Sergipe tem novo Governador. *Gazeta de Sergipe*. 05.06.1970.

Outro ponto não menos importante a ressaltar nesse período é a reinstalação do Conselho Estadual de Cultura, conforme o previsto num dos 23 itens que compõem o compromisso de Brasília, organismo essencial para o processo de instalação e funcionamento do DCPH. Criado e instalado em 1967 pelo Governo de Lourival Batista como resposta ao estímulo do CFC na criação de congêneres estaduais visando o planejamento de ações para área da Cultura, o Conselho Estadual de Cultura – CEC enfrentou diversos problemas decorrentes do despreparo do Estado naquela época para lidar com tais questões. Em função disso, o órgão consultivo foi posto em recesso logo no ano seguinte, sendo reativado apenas no segundo semestre de 1970, na gestão de João Andrade Garcez por intermédio de Nestor Piva.

Segundo a *Gazeta de Sergipe*, uma característica marcante da equipe montada por Nestor Piva era o fato dela ser composta em sua maioria por jovens, sobretudo, por jovens “descompromissados com políticos” e professores da recém fundada Universidade Federal de Sergipe, vista naquela circunstância como um celeiro de pessoas que entendiam dos problemas e das questões de Sergipe.

Nas palavras do próprio secretário, “não havia mais lugar para os velhos medalhões, não por serem velhos, mas sim por serem inoperantes e preguiçosos”²², o desabafo e crítica do secretário nesse momento fazia menção ao reconhecido caso dos membros do Conselho, que tendo a oportunidade, deixaram que se devolvessem verbas por falta de iniciativa, e, diante de um mandato tão curto, era preciso recrutar sangue novo, aspirar novas ideias, engajar pessoas com vontade de fazer e principalmente mostrar resultados.

Partindo desse Pré-requisito, o dirigente da SEC chegou ao nome de Beatriz Góis Dantas²³ para gerenciar as atividades do DCPH, àquela época, apenas uma jovem professora que se destacava por seu profissionalismo no campo do ensino e da pesquisa. Apesar de possuir formação em Geografia-História, foi no campo da antropologia, por influência de Josefina Leite²⁴ que ela se fez professora/pesquisadora. Sua experiência no campo docente até aquele

²² A Secretaria de Educação. *Gazeta de Sergipe*. 20.11.1970.

²³Intelectual sergipana natural de Lagarto/Sergipe, Beatriz Góis Dantas, nascida em 21 de setembro de 1941, filha de Antônio Germano de Góis e Ana Ribeiro de Góis, é Graduada em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e mestra em Antropologia Social pela Unicamp-SP. Professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, instituição onde desenvolveu sua vida acadêmica. Pesquisadora nas áreas de religiões afro-brasileiras, etno-história indígena, cultura popular e patrimônio imaterial. Entre suas obras destacam-se *A Taieira de Sergipe* (Rio de Janeiro,1972), *Vovô Nagô e Papai Branco* (Rio de Janeiro,1988), *Rendas e Rendeiras no São Francisco* (Bahia, 2006), *Nagô Grandma & White Papa: Candombé and the Creation of brazilian identity* (USA, North Carolina Press, 2009). Aposentou-se da atividade docente em 1991 e atualmente desenvolve pesquisas e consultoria na área de Patrimônio Imaterial.

²⁴Licenciada em Geografia e História pela FAFI em 1955, “Tinha especial vocação para o ensino, que exerceu desde muito jovem, ministrando aulas de história nos ginásios e científicos e depois na Faculdade de Filosofia de Sergipe já em 1960, onde ocupou uma das cadeiras vagas no Curso de Geografia e História, a de Etnografia, em função do afastamento do professor Felte Bezerra. A partir de então deu continuidade aos estudos e pesquisas na

momento tinha sido adquirida lecionando disciplinas antropológicas²⁵ na Faculdade Católica de Filosofia e na Universidade Federal de Sergipe.

Tomando única e exclusivamente como referência o seu desempenho, dedicação e qualificação enquanto profissional, considerando não haver à época razões de outra natureza para tal escolha, Nestor Piva lhe convida a assumir o desafio de implantar e coordenar os trabalhos do DCPH, marcando a partir desse momento um divisor de águas na sua carreira, a saber, o seu ingresso no campo das políticas culturais e em Sergipe, um novo olhar sobre o patrimônio, há tempos descuidado e socialmente invisível. Nesse momento de renovação da equipe da SEC, são contemporâneas de Beatriz alguns nomes como: Carmelita Fontes, Gilsa Eloísa da Mota e Gizelda Morais, escritoras já conhecidas à época.

2.2 O processo de implantação do DCPH e o “salvamento” do Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES)

Antes de adentrarmos efetivamente à implantação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico em Sergipe, é preciso darmos conta dos motivos que levaram a jovem Beatriz Góis Dantas, no auge dos seus 20 e poucos anos, a aceitar o convite para dirigir o departamento, algo novo e desafiador não só para a sua carreira, mas também para o estado sergipano em termos de política.

À época, pairava sobre o DCPH um misto de expectativa e desconfiança, como é possível perceber através do que repercutia na imprensa sergipana. Expectativa diante de tudo que propunha e recomendava o compromisso de Brasília e desconfiança quanto a aplicabilidade dessas diretrizes no plano local, haja vista o cenário calamitoso em que se encontrava o patrimônio histórico e o fato do DCPH ser uma política experimentalmente nova, institucionalmente dependente e coordenada por um nome ainda sem muita expressão/representatividade naquele ano de 1970.

A vida de Beatriz Góis Dantas como professora sempre foi muito marcada por uma “inquietação intelectual”. Apesar do fascínio declarado ao conhecimento e à descoberta de coisas novas, a pesquisa, nesse período, foi uma atividade que se impôs pelas exigências do ensino e pela prática em sala de aula. Muitos temas e problemas referentes a história e à

área da antropologia. Dentre suas contribuições mais importantes destacam-se *Geografia de Sergipe (1967)*, livro didático voltado ao ensino primário e o *Estudo sobre a significação das diferenças raciais (1962)*.

²⁵Ao longo do tempo ministrou as disciplinas: Introdução à Antropologia, Antropologia Cultural, Etnologia, Etnografia do Brasil, Folclore, Teorias Antropológicas, Antropologia Social etc.

realidade sergipana surgiram daí, a partir das discussões e dos constantes questionamentos do seu alunado.

Nas disciplinas de Etnologia e Antropologia do Brasil, afirma Beatriz, eram frequentes as perguntas do tipo: “professora, e os índios em Sergipe?”, “o que aconteceu com eles?”²⁶. É justamente em decorrência da necessidade de se estabelecer pontes entre o universal e o local na história que teve início efetivamente a sua incursão no âmbito da pesquisa. A apreensão pelo fato de não encontrar respostas na bibliografia existente foi o que a fez lançar-se à campo, num caminho sem volta.

Inspirada no trabalho realizado por Florestan Fernandes sobre a sociedade dos “Tupinambá”²⁷ a partir dos cronistas do período colonial, a Prof. Beatriz resolveu tentar empreender o mesmo em Sergipe através dos documentos. Guiada pela bibliografia de Felte Bezerra²⁸, que se encontrava nas dependências da Universidade, enveredou inicialmente pelos relatórios dos presidentes da província (que faziam referência aos índios no século XIX), mas isso por si só não foi suficiente, era preciso ir às fontes documentais e eis que surge o grande problema para o historiador: a total impossibilidade de pesquisa no Arquivo público do Estado. Segundo Beatriz:

Quando eu procurei no arquivo, foi uma coisa marcante na minha vida porque o arquivo de Sergipe naquela época estava reduzido a uma montanha de papéis velhos, jogados no chão, literalmente. E daí, é onde começa uma grande virada, porque, para pesquisar esses índios primeiro tinha que se organizar o arquivo. Não havia como pesquisar nada naquele arquivo, que não era nem arquivo, na verdade era um depósito que abrigava papéis, jornais, revistas, livros, tudo misturado²⁹.

Figura 4: Situação do acervo do APES na sede da antiga Escola Normal (Atual Centro de Turismo) em 21 de julho de 1970.

²⁶ Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

²⁷ FERNANDES, Florestan. *A função da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, 1951.

²⁸ Um dos precursores do ensino da Antropologia em Sergipe. Embora não tenha sido sua aluna, Beatriz devota-lhe grande admiração pois foi lendo os livros que pertenceram a sua biblioteca, sob as orientações de Josefina Leite, sua ex-aluna, que ela iniciou nos estudos antropológicos.

²⁹ Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.



Fonte: Acervo particular de Beatriz Góis Dantas.

Figura 5: Beatriz Góis Dantas acompanhada de Stefânio Alves de Farias, jornalista da Gazeta de Sergipe.



Fonte: Acervo Particular de Beatriz Góis Dantas.

Devido às péssimas condições em que se encontrava o Arquivo público, sem funcionalidade alguma, pesquisar tornava-se simplesmente uma tarefa inviável, o que acabava por refrear bastante o desenvolvimento do conhecimento em Sergipe e sobre Sergipe. Diante do exposto, percebemos que o convite do Secretário da SEC veio oportunamente a calhar às limitações que a professora Beatriz e seus pares vinham enfrentando na consecução dos seus trabalhos. A julgar pelo contexto (fundação da UFS, formulação de políticas de incentivo à

educação e à cultura em escala nacional), não havia momento mais propício à revitalização dessa instituição.

Porém, aceitação da proposta à direção do DCPH não foi algo que se deu de imediato, posto que, nesse momento sua intenção era se direcionar exclusivamente às funções de professora/pesquisadora. Após tomar conhecimento das intenções e sondagens de Nestor Piva à amigos e alunos sobre sua possível cogitação ao cargo, pensou prontamente em recusá-la, mas diante do empecilho do arquivo avaliou Beatriz:

“Conversando com as pessoas e amigos como Stefânio Farias Alves, com o pessoal do Departamento de História como o professor Silvério e sobretudo com Ibarê, meu marido, que me disse “e se essa sua ida para o Departamento de Cultura fosse uma porta de entrada para você organizar o Arquivo Público e a gente realmente colocar o nome de ARQUIVO, salvar os documentos? Enfim, terminei convencida e aceitei, mas coloquei logo para o Secretário de uma forma muito clara e explícita: “vou aceitar, mas com a condição de que vocês irão me dar o suporte necessário para organizar o Arquivo Público, só vou com essa condição e ele disse: pode ir!”³⁰.

Por questões burocráticas, entre o momento da aceitação e o de sua efetiva nomeação pelo governador João Andrade Garcez transcorreram meses. Já era setembro quando a imprensa noticiava a escolha da “futura diretora do Patrimônio Histórico”³¹ e a essa altura do campeonato tinha início uma verdadeira corrida contra o tempo que esbarrara em mais um empecilho: Administrativamente o Arquivo Público pertencia a Justiça, e, sendo órgão executivo da SEC, o DCPH nada poderia fazer, antes era preciso convencer o governador a fazer a transferência³² de posse para a Secretaria de Educação e nesse intercurso até oficialização levou-se mais algum tempo.

Em sua fase inicial, o DCPH funcionava junto com a SEC no Edifício Walter Franco, 5ª andar. Segundo o relato de Beatriz, as condições em termos de estrutura de trabalho eram bastante precárias, “eu era a diretora e era tudo, o DCPH se resumia a mim”³³, ou seja, o órgão resultante do estudo das ações complementares à defesa do patrimônio em Sergipe (criado desde abril) até aquele momento não dispunha nem de espaço próprio, nem de recursos (financeiro e humano). Em meio a tantas dificuldades, o que moveu essa política não só nesse momento, mas em todos os outros como veremos adiante, foi o comprometimento dos intelectuais a ela engajados.

³⁰ Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

³¹ Escolhida diretora do Patrimônio Histórico. Gazeta de Sergipe. 24.09.1970.

³² Arquivo Público vai agora para a Secretaria de Educação. Gazeta de Sergipe. 28.09.1970.

³³ Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

Juntamente com o decreto de transferência do Arquivo Público³⁴ para a jurisdição da SEC, o governador em exercício assinava também o decreto de criação do Centro Estadual de Cultura, que seria instalado no prédio onde antigamente funcionava o Colégio Atheneuzinho, à Avenida Ivo do Prado, nº 398 (atualmente Museu da Gente Sergipana).

Figura 6: Centro Estadual de Cultura - Década de 1970



Fonte: Acervo Fotográfico Antigo INSPAC.

Além do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), o centro abrigaria o Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e as Entidades Culturais³⁵ sergipanas. É a partir da instalação desses órgãos nas dependências do Centro de Cultura que tem início efetivamente um dos trabalhos mais significativos do DCPH. Em 25 de novembro de 1970, Nestor Piva declarava à imprensa:

A mudança do Arquivo Público está sendo realizada pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e alunos do curso de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. Dentro de uma semana todo material estará no Centro Estadual de Cultura. A maior dificuldade será a organização do mesmo pois desejamos deixar todo o material existente no arquivo completamente em seus devidos lugares³⁶

“Fase heroica”, é assim denominado por Terezinha Oliva esse momento que significou refundar o Arquivo Público em praticamente todos os seus aspectos. O desafio de organizá-lo

³⁴ Decreto-lei nº 2.005 de 25.11.1970.

³⁵ Entidades Culturais sergipanas instaladas no Centro Estadual de Cultura: JOVREU – Jovens Reunidos, ASC – Associação Sergipana de Cultura, CEGAS e Associação Esperantista.

³⁶ Arquivo Público Foi transferido para a SEC. Gazeta de Sergipe. 25.11.1970

e torná-lo utilizável em tão pouco tempo não era tarefa fácil, haja vista as condições em que se encontrava a documentação sergipana, depositada em salas e porões da Escola Normal. A resposta para essa falta de responsabilidade histórica e desprezo total à memória documental do nosso estado pode ser entendida a partir da trajetória do próprio APES³⁷, instituição com um histórico marcado por abandono e continuidades.

A mudança do acervo do APES para o prédio da antiga Escola Normal em 1964 é descrita como algo estarrecedor pelos funcionários que trabalhavam no Arquivo à época. Numa reportagem da GS publicada em 21 de agosto de 1970, antes do início dos trabalhos do DCPH, um deles relatou que cerca de “onze caminhões carregados como cargas de açúcar lançaram no prédio a montueira de documentos”³⁸. Nessa mesma ocasião, o repórter do jornal descreve que em uma das salas os papéis chegavam a uma altura de 1,5 m.

Figura 7: Manchete do jornal Gazeta de Sergipe, 21 de Agosto de 1970: “Arquivo Público Reduzido a expressão de monturo de documentos históricos”



Fonte: Acervo particular de Beatriz Góis Dantas.

³⁷ O Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) tem sua origem na Seção de Arquivo da Biblioteca Pública Provincial, criada em 1848 (Lei nº 2.33), com a finalidade de "guardar os originais ou cópias de quaisquer papéis do Governo Geral ou Provincial, cuja guarda no arquivo se julgar conveniente, e para notícias" sobre acontecimentos, descobertas científicas, progresso e artes. No Governo de Maurício Graccho Cardoso foi criado o Arquivo Público do Estado, com a finalidade de receber e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos relativos ao direito público, à legislação, à administração, a história e, em geral, às manifestações do pensamento científico, literário e artístico de Sergipe ou quaisquer outros documentos cujo depósito seja oficialmente determinado (Lei nº 845, de 15/10/1923). Em 1926, o Arquivo volta à condição de Seção da Biblioteca Pública, até quando é criado novamente através do Decreto-Lei Nº 617, de 03 de abril de 1945. Integrado à estrutura da Secretaria de Justiça e Interior pelo Decreto nº 03, de 20/05/1947, o APES funcionou até 1964, no prédio da Assembleia Legislativa, quando foi removido para os porões do atual Centro de Turismo.

³⁸ Arquivo Público reduzido a expressão “monturo de documentos históricos”. Gazeta de Sergipe. 21.08.1970.

Como se não bastasse, além de todo o problema relativo a essa transferência, realizada sob condições absurdas, bem como dos constantes furtos à documentação em decorrência da impossibilidade de controle sobre o acervo, a falta de estrutura e as condições físicas do local escolhido para o depósito só agravava ainda mais a situação, que beirava o caos:

“Havia arquivos em porões com água escorrendo pelo meio [...] no inverno a chuva descia pelas paredes e afetava tudo no chão, depois o calor vinha e então compactava. Aquela documentação, eram papéis compactados. Lembro-me que quando o técnico do Arquivo Nacional chegou, a gente já tinha apelidado aquilo de “paralelepípedo de papel”, porque você pegava era pesado e compacto, ninguém conseguia nem tirar o cordão que envolvia o pacote, não era pacote, era um paralelepípedo”³⁹.

Tendo em vista a gravidade do cenário relatado, muitas coisas inevitavelmente deterioraram não restando outro destino a não ser o lixo. O lamentável é que junto com a perda física do documento, perdia-se também um pedaço importante da história do nosso estado, ao qual inclusive nunca saberemos precisar o tamanho, nem o quanto.

Conforme já referido anteriormente, participaram ativamente desse processo de transferência, organização e classificação do acervo do APES juntamente com a professora Beatriz Góis Dantas, alguns universitários⁴⁰ vinculados ao curso de História da UFS. Assessorados por José Lima de Carvalho, técnico vindo diretamente do Arquivo Nacional para ajudar no trabalho de recuperação dos documentos, esses estudantes foram fundamentais à consecução desse projeto dentro do prazo estabelecido (novembro/1970 – março/1971).

Tomando como base a metodologia francesa de respeito aos fundos⁴¹, a mesma empregada pelo Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, a documentação sergipana foi sendo paulatinamente sistematizada, ordenada, passando a adquirir forma e funcionalidade de arquivo. Posteriormente à experiência, alguns desses alunos foram efetivados como funcionários do APES.

³⁹Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

⁴⁰Sob o patrocínio da SEC através do DCPH foram contratados cerca de 10 alunos, dentre eles estava Terezinha Oliva que à época era aluna de Beatriz e mais tarde retorna ao DCPH como dirigente em 1974. Esse trabalho de revitalização do APES assinala uma das primeiras experiências de extensão da universidade. Posteriormente à organização, a passagem dos alunos pelo Arquivo tornou-se uma espécie de “estágio obrigatório”, passando a fazer parte do currículo do curso.

⁴¹Método caracterizado pelo princípio de “proveniência” e de respeito à origem do conjunto de documentos, marca indelével que lhe confere inteligibilidade e identidade. Re-ajuntar os diversos documentos por fundo significa formar coleção de todos os títulos que provêm de uma corporação, de uma instituição, de uma família ou de um indivíduo, e dispor, segundo uma certa ordem, os diversos fundos.

Figura 5: Parte do cervo do APES já organizado.



Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe.

Figura 6: Estagiária do curso de História atuante no projeto de revitalização do Arquivo.



Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe.

Quando já havia sido transferido todo o material existente nas dependências da Escola Normal, a equipe montada por Beatriz Góis Dantas foi novamente chamada a dar conta de outra documentação abandonada, desta vez, referente à Secretaria de Educação e da Saúde que se achava depositada no porão da antiga Escola de Música (atual sede do Memorial do Judiciário,

no Parque Teófilo Dantas). Apesar da quantidade de documentos ser muito menor, se comparado ao montante resgatado no primeiro momento, o estado destes era tão degradante quanto como nos mostra os registros a seguir:

Figura 7: Situação do Acervo resgatado na Antiga Escola de Música.



Fonte: Arquivo Público Estadual de Sergipe - APES

Sem sombra de dúvidas essa certamente foi a grande contribuição desse primeiro momento do DCPH, que, apesar de uma política ainda em fase de experimentação e com todos os problemas característicos conseguiu realizar um grande feito para o Estado. Prova disso, é que a experiência do APES repercutiu sobremaneira não só na imprensa sergipana, mas também nacionalmente sendo reconhecida/noticiada na Revista *O Cruzeiro*⁴² (Edição de junho de 1971) e no *Mensário do Arquivo Nacional* (Edição de Agosto de 1971), duas grandes referências.

Em artigo recentemente publicado pela Revista do IHGSE, Terezinha Alves de Oliva, à época uma das estudantes atuantes no Arquivo Público, entende e afirma que:

A reorganização foi marco importante nos desdobramentos havidos no campo da história em Sergipe, incluindo o movimento de organização de novos arquivos e centros de memória ao tempo em que caminhou paralela à condução investigativa dada ao Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fica consignada, assim, a radical importância, para a pesquisa histórica em Sergipe, do processo que refundou o Arquivo Público a partir dos

⁴² A escritora Raquel de Queiroz, à época membro do Conselho Federal de Educação, publicou um artigo na Revista *O Cruzeiro*, de 23 de junho de 1971, propondo a criação de um projeto que ela chamava de Capistrano de Abreu no qual estudantes universitários organizariam os arquivos. E ela cita explicitamente o caso de Sergipe como um exemplo de êxito.

depósitos de documentos espalhados por diferentes locais, desde que o órgão fora desalojado das dependências da Assembleia Legislativa, em 1964.⁴³

Com isso, percebe-se que o curso de história existente em Sergipe desde 1951 e incorporado a UFS em 1968, foi inteiramente atingido pelas novas ideias no sentido do trabalho com o patrimônio arquivístico. A presença da Universidade junto ao arquivo nesse início dos anos 1970 veio a assinalar efetivamente a recuperação dos estudos históricos em Sergipe.

Ainda durante sua curta e ativa gestão, Beatriz Góis Dantas elaborou o projeto de Regimento interno e um Plano para a melhoria do APES (que até então não dispunha de uma sede própria), aprovado no Conselho Estadual de Cultura e posteriormente pelo Conselho Federal de Cultura (CFC). Em função desse plano, o órgão federal respondeu positivamente encaminhando recursos que já chegaram na gestão da sua sucessora, a Prof. Núbia Marques.

Ainda que grande parte da notoriedade do DCPH tenha sido adquirida em função do trabalho realizado no Arquivo Público, houveram outras atividades igualmente relevantes nesse primeiro momento dirigido por Beatriz Góis Dantas, atividades essas que assinalam uma mudança de postura do Estado Sergipano no que concerne ao tratamento da cultura (em suas mais variadas formas de expressão) e no campo do Patrimônio Histórico em específico. Para termos uma ideia precisa do tamanho dessas ações, bem como do seu porvir, nos voltaremos ao diagnóstico do cenário cultural sergipano no contexto dos anos 1970.

1.3. Gestão Beatriz Góis Dantas (1970-1971): um panorama.

Paralelamente ao processo de revitalização do APES, a diretoria do DCPH⁴⁴ nesse primeiro momento atuou também em outras frentes de ação cultural com vistas a cumprir, ainda que sem os recursos necessários, o acordo de cooperação estabelecido com o Governo Federal. Partindo efetivamente do zero, haja vista ter sido sua a responsabilidade pelo processo de implantação, como vimos anteriormente, uma das primeiras preocupações de Beatriz Góis Dantas ao assumir o Departamento foi fazer um levantamento de como que andava a situação da cultura em Sergipe.

Eu mandei um questionário para as prefeituras, procurando saber o que tinha sido feito em termos de Revistas, Jornais, Bibliotecas, Cinema, enfim! Os

⁴³OLIVA, Terezinha Alves de. A reorganização do Arquivo Público e a produção historiográfica sergipana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 48, 2018, Volume 1: Os arquivos e a construção do conhecimento histórico, p. 28.

⁴⁴Além de administrar o Centro Estadual de Cultura, estavam sob suas dependências o Arquivo Público do Estado, o Museu de Sergipe (São Cristóvão) e a Biblioteca Pública.

grupos folclóricos, grupos de cultura, grupos de jovens[...] recebi até um número considerável de respostas⁴⁵.

Além de medida obrigatória e essencial ao desenvolvimento das atividades, o estudo da realidade cultural sergipana nesse momento fazia parte de um projeto também inovador em processo de construção pela tão criticada e laboriosa equipe de Nestor Piva, a saber, o Plano Estadual de Educação e Cultura⁴⁶, o primeiro do Estado. A repercussão desse projeto à época, além de grande, foi bem aceita e comemorada pela crítica, prova disso, é que a Gazeta de Sergipe⁴⁷ dedicou vários editoriais ao exame minucioso do que fora elaborado pela SEC.

Tal qual concebemos hoje, o plano consistia num documento básico que estabelecia um programa de ações contínuas por meio da fixação de metas (qualitativas/ quantitativas), bem como a contabilização das despesas estimadas ao planejamento dos setores para o quadriênio de 1971-1974 (Governo Paulo Barreto de Menezes). Por se tratar de uma política produzida num governo de transição, conhecido popularmente à época pela expressão “mandato tampão”, o documento em questão tornava-se uma garantia à constância e sucessão das atividades já iniciadas independentemente da gestão política.

Junto com a elaboração dessa política direcionada, o Plano Estadual de Educação e Cultura visava promover também a revisão e reforma à própria organização da SEC⁴⁸, que até aquele momento funcionara sem estrutura definida, criando uma série de empecilhos e serviços que não correspondiam à realidade administrativa local.

Como forma de otimizar os trabalhos e conseqüentemente alcançar os resultados esperados, fazia-se necessário na ocasião delinear/delimitar legalmente as competências de cada órgão sob o domínio da secretaria precisando suas linhas e limites de atuação. À efetivação dessas medidas estruturais e na tentativa de dinamizar o setor, Nestor Piva buscou ampliar a equipe de Assessoria e Planejamento contando para isso com a ajuda técnica da SUDENE e do Instituto do Serviço público da UFBA.

⁴⁵ Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

⁴⁶ Por meio do decreto-lei nº 2038 de 17 de fevereiro de 1971 o Governador do Estado de Sergipe, João Andrade Garcez, dispõe sobre o plano e dá outras providências.

⁴⁷ A Secretaria de Educação e Cultura. Gazeta de Sergipe. 15.12.1970.

⁴⁸ Em 1960 a lei nº 981 de 05 de abril criava a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde sem delinear as funções restritivas a cada setor. Em 1964 a lei nº 1.289 de 16 de outubro alterava a anterior criando a Secretaria de Saúde e Assistência Social. Em 1966 a lei nº 1.408 de 27 de setembro reestrutura a Secretaria dando a relação de seus órgãos e serviços entre os quais aparece a Assessoria técnica de Planejamento. Em 1969, o decreto-lei nº 115 de 28 de agosto, reorganiza novamente a SEC reformulando a nomenclatura de seus órgãos, mas deixando-os também sem regulamento.

Desse trabalho de organização e sistematização do campo educacional e cultural participaram ativamente: Gizelda Santana de Moraes (coordenação e formulação geral), João Américo Prado de Andrade (estatístico), Maria Inês Silva de Andrade Lima, Edjan Soares de Souza, Antonia de Oliveira Soares, Saulo Eloy Calasans M. dos Santos, Antônio Conrado Azevedo Dias, Ada Augusta Celestino Bezerra, Luci Ferreira de Andrade (apuração de dados), José Carlos Alves Santos, Maria Veneranda P. Conrado, José Gladston Bispo, Gilson de Matos Teles (Serviços auxiliares) e por fim, na colaboração do Capítulo referente à cultura e ao Patrimônio Histórico, Beatriz Góis Dantas.

No referido capítulo, a diretora do DCPH e à época também presidente do Conselho Estadual de Cultura trazia à público um relatório detalhado e atualizado sobre a situação dos diversos setores da cultura em Sergipe naquele contexto (museus, arquivos, monumentos históricos e artísticos, bibliotecas, literatura, música, teatro, artes plásticas, cinema, folclore, ciência e entidades culturais), e, diante do quadro diagnosticado, estabelecia metas e medidas prioritárias à solução e/ou melhoramento dos problemas detectados.

Se nos dias atuais Sergipe luta para conseguir vivenciar uma atividade cultural considerável, à época, o cenário não era nada positivo, nem poderia, devido ao fato de haver inexistido anteriormente qualquer capacidade de organização para o setor, o que existia, eram ações meramente pontuais (públicas e particulares), como nos afirma em depoimento Luís Fernando Ribeiro Soutelo, Contemporâneo de Beatriz nesse processo de mobilização cultural do Estado nos anos 1970.

Publicava-se alguma coisa? Publicava-se! Por conta dos autores da Sociedade e Cultura Artística de Sergipe ou que estivesse nas graças das autoridades. Havia o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que vinha perdendo uma certa [...] tanto que em 1972 teve que eleger uma nova diretoria com Thétis, porque o Instituto estava quase fechando. Havia a Academia Sergipana de Letras, que se resumia a sessões de posse, mas não havia atividades. Houve o Clube Sergipano de Poesia e era isso!⁴⁹

Luís F. R. Soutello fala com propriedade sobre o assunto pois foi partícipe de um dos grupos e entidades que se engajavam desde meados dos anos 1960 na tentativa de mobilizar culturalmente o Estado, era membro da (ASC)⁵⁰ Associação Cultural Sergipana e do (JOVREU) grupo Jovens Reunidos. A partir da implantação do DCPH, essas associações passaram

⁴⁹ Luís Fernando Ribeiro Soutelo. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

⁵⁰ A Associação Cultural Sergipana (ASC) foi criada na cidade de Aracaju em 1966, por João de Barros “Barrinhos”, José Roriz da Silva (formado em história), José Lacerda de Oliveira, João Ferreira Lima, Garibaldi Nascimento, Carlos Alberto Porto, Djaldino Mota Moreno e Luís Fernando Ribeiro Soutelo.

efetivamente a contar, ainda que minimamente, com algum tipo de assistência por parte do poder público, explícita por meio de ações como a concessão de sede no Centro Estadual de Cultura juntamente com outras entidades (como a CEGAS e Associação Esperantista), e de materiais às promoções culturais, publicação de revistas etc.

Anteriormente a isso, as atividades dessas entidades eram realizadas puramente “às custas do idealismo e do trabalho de seus associados que atuavam em teatro, música, cinema, literatura ou ciência”⁵¹. Para se ter uma ideia da importância desses grupos no cenário cultural sergipano, a primeira exposição do artista plástico Adalto Machado na capital, foi promovida pela ASC na galeria “Acauã”, que era apenas um corredor na rua de Itabaianinha, única existente no Estado até a inauguração da “Álvaro Santos” pela prefeitura de Aracaju em 1966. Devido não haver muitas programações disponíveis à época, essas entidades (que ministravam palestras sobre temas variados) transformavam-se em importantes canais de comunicação com o público jovem, precisando justamente em função disso, dado o contexto político e social de atuação, serem reconhecidas, amparadas e acompanhadas pelo aparelho estatal.

Reconhecidamente um dos polos de maior atração na vida cultural sergipana, a julgar pelo número de consultas e publicações no Estado, a literatura também logrou espaço entre as realizações do DCPH nesse primeiro momento. Dentre as atividades editoriais patrocinadas pelo departamento destaca-se o contrato para a publicação de “História da Literatura Sergipana” Volume I, de Jackson da Silva Lima, “Um Instante Amarelo” de Amaral Cavalcanti e “Lírios e Máquinas” de Núbia Marques, hoje clássicos. Por fim e não menos importante, a gestão Beatriz Góis Dantas desenvolveu também a criação do Fundo Cultural de Publicação de Obras Sergipanas (FUCPOS).

Esse fundo cultural, criado pela portaria G. S. 09/71, de 12 de março de 1971, era constituído por duas parcelas: “uma representada numa doação anual da Secretaria de Educação e Cultura e outra representada pelo produto líquido da venda dos livros editados”⁵². Sem dúvida alguma esse apoio à produção literária sergipana repercutiu positivamente no Estado não só entre a clientela beneficiada, os escritores, mas também à sociedade como um todo.

Com relação às Bibliotecas, Sergipe possuía apenas uma mantida pelo Estado nesse período. Através da análise às consultas registradas nos quatro anos anteriores a 1970, a diretoria do DCPH constatou um aumento significativo no número de leitores (1966 foram realizadas 50.754 consultas, já 1969 chegou-se a contabilizar um total de 77.475), e, em função

⁵¹Cultura e Patrimônio Histórico. IN: Plano Estadual de Educação e Cultura 1971-1974. p. 115.

⁵² Ofício nº03/74. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.

disso, destacava no planejamento estadual a necessidade de adequação da instituição às novas demandas sociais. Apesar de contar com um acervo riquíssimo à época, em média cerca de 65.000 volumes (incluindo livros, revistas, boletins etc.), a falta de organização técnica (sistema de catalogação obsoleto, falta de profissionais qualificados, instalações inadequadas à função de biblioteca) acabava por ocasionar limitações à pesquisa. Chegava-se a cogitar que cerca de 38% do material bibliográfico, prescindia de catalogação.

Como forma de amenizar as dificuldades aí encontradas, pelo menos no intercurso até a execução das metas e prioridades formalizadas para a área no Plano quadrienal, a saber, a construção de uma sede ampla, ampliação do acervo com a inclusão de uma seção de livro didático e de literatura técnico-profissional (em decorrência da expansão do ensino secundário e da Universidade), efetuou-se a contratação de um profissional formado em Biblioteconomia.

Levando em consideração a conjuntura e a necessidade de conversação entre as duas linhas de ação que compunham a secretaria, outra meta importante segundo Beatriz seria:

A ampliação do acervo das bibliotecas dos colégios Estaduais nos bairros, abrindo-as à comunidade, e ainda o fortalecimento de rede de bibliotecas paroquiais e municipais através da realização de recursos e incentivos, promovendo-se assim, a integração e desenvolvimento de três setores básicos da sociedade: biblioteca, educação e cultura.⁵³

Problemas semelhantes aos da Biblioteca Pública, foram encontrados também no Museu⁵⁴ de Sergipe (São Cristóvão), único de dependência administrativa estadual e por conseguinte do DCPH. A falta de orientação técnica transformava o museu apenas num repositório de peças antigas e ecléticas, sem qualquer capacidade de classificação, conservação e utilização do acervo para fins didático, educativo, cultural. Nesse sentido, o departamento levantou as necessidades da instituição e estabeleceu contato com museólogo do Recife-PE para ajudar no trabalho de organização.

Investir na contratação de um profissional para a área não minaria, é claro, os problemas estruturais do museu, todavia, assim como no caso da Biblioteca pública, este era o primeiro passo condizente não só com a realidade da instituição naquele momento, tendo em vista a urgência da situação do acervo, como também do DCPH, uma política que ensaiava formas de atuar em prol do desenvolvimento cultural do Estado sendo apenas um órgão meramente executivo, desprovido de autonomia e de recursos necessários.

⁵³ Cultura e Patrimônio Histórico. IN: Plano Estadual de Educação e Cultura 1971-1974. p. 117.

⁵⁴ Além do Museu de Sergipe existiam ainda: o Museu do IHGSE e o Museu de História Educação e Cultura (Iniciativa particular).

Centrando-nos um pouco mais na discussão sobre a razão maior para o estabelecimento dessa política pública pelo Estado sergipano no ano de 1970 (à defesa do Patrimônio Histórico e Artístico), destacamos o papel do intelectual nesse processo enquanto agente, refletindo sobre como a trajetória e formação de Beatriz Góis Dantas repercutiu sobremaneira no seu trabalho e consequentemente para a memória cultural de Sergipe.

Através desse direcionamento acerca das ações em torno do patrimônio Histórico e artístico local, perceberemos também e melhor como funcionava na prática todo aquele trabalho de articulação proposto e teorizado no Compromisso de Brasília, ou seja, além de ressaltar as contribuições ao campo, trataremos na mesma proporção das dificuldades inerentes à consecução dessas atividades tendo em vista a realidade cultural sergipana no sentido administrativo: sobrecarga de trabalho em torno do DCPH, escassez de recursos financeiros e de profissionais, falta de autonomia político-institucional, dificuldade de contato e comunicação com órgãos de referência, etc.

A criação dos órgãos estaduais de cultura foi uma das alternativas encontradas pelo IPHAN na busca de caminhos para promover a descentralização⁵⁵ tão necessária das responsabilidades em torno do patrimônio e, ao mesmo tempo, um meio de buscar novos sentidos à preservação. Essa mudança de perspectiva, além de alinhar-se à política cultural do governo, resultava, sobretudo de transformações que ocorriam no interior da própria instituição federal, que ao longo de sua existência, gozou de relativa autonomia na concepção e desenvolvimento de suas atividades, mesmo nos períodos de exacerbação do autoritarismo, conforme aponta os estudos históricos que se debruçam a interpretar o processo de patrimonialização no Brasil.

Após aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, homem que deu nome ao IPHAN e o dirigiu por cerca de 40 anos, do momento de sua fundação em 1937 até o fim da década de 1960, assumiu o posto por indicação sua, o arquiteto Renato Soeiro, “que embora fosse considerado seu legítimo sucessor não gozou do mesmo prestígio junto as autoridades e personalidades, nem foi ungido com a mesma aura (2017, p.150)”. A gestão de Renato Soeiro (1967-1979), período áureo em termos de trabalhos destinados a preservação dos bens culturais, do qual inclusive resultou iniciativas como o DCPH, é praticamente ignorada pelas obras de autores clássicos como Maria Cecília Londres Fonseca e José Reginaldo Santos Gonçalves.

⁵⁵ Já no artigo 23 do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, havia menção à colaboração dos estados na proteção do patrimônio neles localizado.

Em “*A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*”, Gonçalves reconhece o período gerenciado por Soeiro, mas relata que a sua gestão “não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos da política oficial de patrimônio” (1996, p.51). Já Fonseca em *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, classifica a gestão Soeiro como um apêndice da fase heroica (Gestão Rodrigo M. F. de Andrade) e afirma que “o patrimônio como interesse político nos anos 1970 ressurgiu por ter sido associado a outra figura carismática: Aloísio Magalhães”, que assinala a fase moderna.

Tendo em vista que as mudanças ocorridas em torno da perspectiva das políticas de preservação e conseqüentemente dos discursos do patrimônio não se dão de uma hora para outra, mas sim de forma processual e gradativa, consideramos que foi na gestão de Renato Soeiro, ao longo de toda a década de 1970, esse período que aqui classificaremos como intermediário, entre a fase heroica e a moderna, que teve início a abertura do caminho para a modernização concretizada nos anos 80 (descentralização e democratização das políticas de preservação, bem como o alargamento do conceito de patrimônio).

Partindo da perspectiva construtivista sob a qual Pollack empreende o seu estudo *Memória, esquecimento, silêncio*, acerca do trabalho de construção e formalização da memória coletiva nacional por parte do Estado, tomaremos como referência aqui a plêiade de fatores que influem nesse processo de organização e conseqüentemente de afirmação de identidades, ou seja, objetivaremos na prática dar conta do como, dos porquês, e principalmente dos indivíduos por trás das ações culturais.

Como fora exemplificado acima, para compreendermos a política de atuação do DCPH em Sergipe, faz-se necessário ambientarmos sua trajetória e desenvolvimento enquanto instituição, sincronizando-o às mudanças que paulatinamente vinham ocorrendo na política federal, a qual articulava-se, e, somados a isso, é indispensável não levarmos em conta também o papel, a representatividade e influência da intelectualidade engajada nesse projeto.

Apesar de referenciados pelas diretrizes estabelecidas, há que se considerar que estes agentes as realizam tendo como base um repertório próprio de influências (ideias, valores) adquiridos ao longo de sua formação (política, social, acadêmica). Esses aspectos subjetivos, acabam repercutindo sobremaneira nas suas ações e conseqüentemente no perfil da instituição por eles dirigida. Posto isso, temos que o agente cultural em si se torna um fator condicional e central ao estudo do DCPH e ao mesmo tempo elemento determinante que o diferencia perante seus congêneres estaduais e vice-versa.

Em entrevista a Beatriz Góis Dantas, por ocasião desta pesquisa, questionei sobre como a antropologia repercutiu no seu trabalho de agenciamento cultural à frente do DCPH e ela avalia que:

“Eu acho que de várias formas. Isso a partir do próprio conceito de cultura, cultura foi considerado num sentido mais amplo e não simplesmente aquele que era usual de reservar cultura às expressões eruditas, considerava-se que “Chegança” e uma peça de teatro importante ou uma igreja barroca estavam no mesmo nível de importância, enfim. A gente não seriava, não valorava as coisas dessa forma. Tínhamos um respeito muito grande pelos grupos folclóricos, eram formas de expressão cultural, não eram simplesmente vistos como coisas pitorescas ou atrativos turísticos meramente”.⁵⁶

Essa visão antropológica fez com que ela enxergasse a cultura como algo mais abrangente, valorizando-a para além do que estava posto e definido legalmente como “patrimônio histórico e artístico”, ou seja, além dos monumentos de pedra e cal, dos bens culturais móveis, buscou-se reconhecer e divulgar na mesma medida as expressões populares e sobretudo a relação destas com a sociedade, que vão ser inclusive alvo de atenção do governo em 1976 através da Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro.

Partindo dessas considerações, o DCPH procurou conhecer, estudar e preservar as nossas tradições promovendo pesquisas e documentação das manifestações folclóricas nos diferentes setores da cultura. Nesse período foram desenvolvidas ações importantes como: o 1ª Seminário de Folclore, que tinha como objetivo a divulgação das manifestações culturais do povo como objeto de ciência, bem como o estabelecimento de linhas gerais para o estudo sistemático da documentação e preservação do folclore local; o registro fotográfico, cinematográfico e sonoro da Taieira e da Chegança – folguedos da cidade de Laranjeiras; elaboração do plano para levantamento do folclore do estado através da rede escolar primária; além é claro, de prestar incentivo e ajuda à apresentação dos grupos folclóricos. Infelizmente, todo esse material audiovisual se perdeu, acredita-se que menos pela ação do tempo do que pela negligência e descuido com que a coisa pública e a causa cultural foram tratadas em Sergipe de tempos em tempos.

No campo do Patrimônio Histórico e artístico propriamente dito, tal qual estava discriminado no Art. 1º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o DCPH realizou a inspeção dos monumentos tombados pela DPHAN em Sergipe, afim de traçar os planos de ação (conservação e restauração) em consonância com as diretrizes do órgão federal, sendo que, por meio desse mapeamento buscava-se exercer também um controle maior sobre os bens móveis,

⁵⁶ Beatriz Góis Dantas. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

objeto de constante dilapidação e tráfico. De acordo com informações colhidas por Beatriz Góis Dantas nas localidades “(...) *várias arcas, sinos, santos e outros objetos eram vendidos para turistas que vinham do sul do país*”⁵⁷.

Conforme assinala o relatório de atividades do DCPH de 17 de fevereiro de 1971, o trabalho de inventário dos bens culturais, bem como do levantamento da situação dos monumentos históricos foi realizado em fases descontínuas entre novembro de 1970 e fevereiro de 1971, isso, devido ao trabalho de conciliação conduzido pela instituição, que tinha que atuar simultaneamente em diversas frentes como pudemos perceber até aqui.

Nesse intercuro, foram realizadas às custas de muito trabalho e algumas vezes do próprio bolso viagens ao interior do Estado, algumas delas, na companhia do técnico em edificações José Raimundo Souza e do fotógrafo Jairo Andrade⁵⁸ com vistas à avaliação e registro individual de cada bem tombado pela política federal de preservação em Sergipe. A tabela a seguir informa os municípios visitados e os respectivos bens inspecionados pelo DCPH.

Tabela 2: Lista de Monumentos históricos inspecionados pelo DCPH na gestão Beatriz Góis Dantas.

MUNICÍPIOS	BENS CULTURAIS INSPECIONADOS
Nossa Sra. Do Socorro	Igreja Matriz de N. Sra. Do Socorro.
Divina Pastora	Igreja Matriz de N. Sra. De Divina Pastora.
Itaporanga	Antiga residência jesuítica e Capela anexa – Fazenda Colégio.
Riachuelo	Capela do Engenho Penha – Engenho Penha.
	Igreja do Amparo
	Antiga Santa Casa de Misericórdia e sua Capela.
	Igreja Matriz de N. Sra. Da Vitória.

⁵⁷ Patrimônio Histórico encontra-se abandonado. Gazeta de Sergipe. 24 de outubro de 1970.

⁵⁸ Fotógrafo e ex-professor da Universidade Federal de Sergipe Jairo Andrade faleceu em agosto de 2016. O “vêio Jairo” como era popularmente conhecido fez a história da fotografia em Sergipe chegando a receber a Medalha do Mérito Cultural, outorgada pelo Governo de Sergipe, através da Secretaria de Cultura (Secult), pelos trabalhos prestados em prol da Cultura do Estado.

São Cristóvão	Igreja e Convento de Santa Cruz – São Francisco.
	Igreja de N. Sra. Do Rosário.
	Casa à Rua Benjamin Constant nº 20 (atual rua Messias Prado).
	Casa à rua Castro Alves nº 2 (atual rua Erondino Prado).
	Casa com balcão corrido na Praça da Matriz.
	Capela de N. Sra. Da Conceição – Engenho Poxim.
	Convento e Igreja N. Sra. Do Carmo.
Laranjeiras	Igreja Matriz do Coração de Jesus.
	Capela de Jesus Maria José – Engenho Jesus Maria José.
	Casa de Engenho Retiro
	Igreja N. Sra. Da Conceição – Comandaroba – Engenho Boa Sorte.
Estância	Casa à Avenida Rio Branco nº 35.
Tomar do Geru	Igreja N. Sra. Do Socorro de Tomar.
Santo Amaro das Brotas	Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas
	Capela N. Sra. Da Conceição do Engenho Caieira.

Fonte: Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico/SE.

De forma geral, constatou-se que o trabalho efetuado pela DPHAN em Sergipe até a década de 1970 se restringiu basicamente ao tombamento dos bens e raríssimas intervenções e restaurações. Os bens imóveis que ainda possuíam funcionalidade, como algumas casas e igrejas, estavam em melhores condições se relacionadas aos espaços sem uso. Já os bens móveis, sobretudo os das igrejas localizadas no campo foram quase completamente saqueados, sendo que, a única medida protetiva cabível nesse caso para os proprietários da época (em função da localização e do isolamento) era a salvaguarda dos objetos em suas respectivas residências.

Empenhada em desenvolver uma ação integrada conforme propunha o Compromisso de Brasília, Beatriz Góis Dantas procurou estabelecer contatos pessoais com Renato Soeiro, representante direto do IPHAN, sediado no Rio de Janeiro, e com Godofredo Filho, diretor da sede distrital de Salvador, a qual inclusive o DCPH estava subordinado, afim de estreitar laços que beneficiassem a instituição no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Através do acesso a alguns ofícios expedidos pelo departamento nesse período, constatamos algumas dificuldades técnicas encontradas pelo órgão estadual no desenvolvimento das suas atividades cotidianas, o teor desses documentos oficiais eram quase sempre consultas e solicitação de esclarecimentos com relação as competências da instituição. Como não bastasse sua dependência em relação ao distrito de Salvador, a precariedade do sistema de comunicação nessa época trazia ainda mais morosidade as ações do Departamento, que muitas vezes precisava agir de forma imediata à diversas situações (roubos e descaracterização de bens culturais tombados) sem contar para isso com o devido amparo ou assessoria legal.

Uma das situações que exemplificam bastante os impasses relatados acima foram os muitos problemas enfrentados com relação à prefeitura de São Cristóvão, cujo representante político, denominado Cleivaldo Oliveira, desconhecia não só o sentido do patrimônio, como as diretrizes do Estado e a luta dos profissionais que tentavam conscientizar a população sobre a importância de preservar. O prefeito não entendia que, sendo a cidade um patrimônio tombado, certos prédios não poderiam ser reformados. Ocupar a posição de “vigilante do patrimônio” nesse momento não era algo muito confortável, as exigências eram muitas e os desafios maiores ainda.

Por ser responsável direta pela preservação dos bens históricos em Sergipe e tendo em vista a impossibilidade de se posicionar prontamente em casos como esse pela falta de autonomia, Beatriz Góis Dantas chegou a contatar diretamente o Sr. Renato Soeiro via ofício⁵⁹, questionando-o se havia algum plano diretor com relação à cidade de São Cristóvão, e, caso não houvesse, se o Departamento estaria autorizado a orientar a prefeitura local nos planos de abertura de novas ruas.

Numa outra consulta, dessa vez destinada ao distrito de Salvador, a diretora do DCPH manifestou sua queixa com relação a dependência institucional para agir diante dos pedidos de alguns proprietários de bens tombados acerca da concessão de licença para um simples serviço de pintura:

⁵⁹ Ofício nº 21/71 de 01 de março de 1971. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.

Considerando que não temos representação de órgão residindo em Sergipe e que as consultas à Bahia se tornam difíceis e demoradas resultando no desrespeito à lei e por vezes em consequentes descaracterizações pergunto se a autorização não poderia ser dada ao DCPH, que devido à proximidade estaria mais hábil a fiscalizar a realização de obras e serviços⁶⁰.

Neste trecho, fica evidente através do posicionamento crítico da Prof. Beatriz uma das muitas limitações enfrentadas pelo órgão em sua fase inicial. A falta de uma representação do IPHAN em Sergipe ou até mesmo a carência de um suporte ou assessoria que pudessem atribuir condições mínimas de autonomia ao DCPH para tratar de questões aparentemente simples, como a que fora exemplificada acima, acabavam por gerar momentos tensão e desconforto para os profissionais que se comprometeram diretamente a responder pela defesa do patrimônio histórico e artístico no estado. Pois esses empecilhos (advindos de uma estrutura falha e em vias de adaptação) engessavam sobremaneira a ação do agente, que não fosse o bastante, ainda tinha que lidar com as críticas.

Ainda sobre os desafios, no plano local merecem destaque também os constantes embates que ocorriam com o CEC, responsável direto por avaliar e aprovar os projetos do DCPH. Num momento em que tanto um quanto o outro estavam buscando os seus lugares de atuação e de se afirmarem no cenário cultural sergipano, o conflito entre ambos era comum, corriqueiro. Segundo precisa Beatriz Góis Dantas em seu depoimento, as divergências decorriam em parte do estrelismo de alguns conselheiros e também em função do CEC muitas vezes não compreender claramente suas atribuições enquanto órgão consultivo.

Na contramão de todos esses obstáculos impostos pela hierarquia institucional e pelo funcionalismo público, uma fonte importantíssima de apoio durante todo esse processo foi encontrada no jornal Gazeta de Sergipe, que dedicou várias matérias, notas e editoriais para denunciar o descaso das autoridades com relação ao patrimônio Histórico, cobrando das mesmas respostas e iniciativas em várias situações, sobretudo em relação aos problemas com a burocracia, que limitavam sobremaneira as atividades do recém instalado departamento.

Eram frequentes nesse ano de 1970 manchetes do tipo: “o desprezo à cultura”, “patrimônio que se perde”, “patrimônio lesado”, “patrimônio histórico encontra-se abandonado” na tentativa de chamar atenção não só da classe política, mas da sociedade como um todo para a conscientização do que estes lugares de memória representavam culturalmente para o Estado.

⁶⁰ Ofício nº 27/71 de 01 de março de 1971. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.

Em entrevista à Gazeta de Sergipe, na edição de 24 de outubro de 1970, Beatriz Góis Dantas enfatizava a importância e a necessidade desse suporte oferecido pela imprensa na divulgação dos bens culturais como forma de auxílio às atividades desenvolvidas não só pelas escolas, através da disciplina Moral e cívica, como também em relação as ações realizadas pelo DCPH nas comunidades, citando, a título de exemplo, o caso de São Cristóvão e Laranjeiras, locais de grande concentração de obras e monumentos.

Em forma de reconhecimento aos serviços prestados e ao posicionamento elogiável em suas críticas e denúncias, o Conselho Estadual de Cultura aprovou uma moção de louvor ao jornal em 15 de dezembro de 1970. O texto do documento publicado na íntegra, assinado pelo presidente da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico do CEC, José Augusto Garcez⁶¹ e pelo conselheiro Otaviano Canuto dos Santos, exaltava o papel social exercido pela Gazeta de Sergipe descrita na ocasião como “fruto da inteligência e do idealismo bravo de Orlando Dantas e da colaboração de uma brilhante equipe de confrades”⁶².

Mesmo antes do DCPH vir a existir, o jornal já vinha publicando, pelo menos desde 1967 (não por coincidência ano de criação do CEC), algumas reportagens que versavam sobre a necessidade de mobilização do poder público para a situação do patrimônio cultural, histórico e artístico de Sergipe. Todas as matérias publicadas pela Gazeta referentes ao tema foram compiladas e citadas no documento emitido pelo Conselho Estadual de Cultura, muitas delas inclusive foram aproveitadas neste capítulo.

Expostos os trâmites, as expectativas, os desafios, as parcerias e as realizações dessa fase inicial do DCPH, a partir da experiência inédita vivenciada pela Prof. Beatriz na função de agente cultural entre 1970 e 1971, apresentamos aqui não só o retrato real da situação cultural sergipana nesse contexto, mas sobretudo, o impacto positivo causado pela instituição no Estado. Conforme o previsto, com o fim do “mandato tampão” de João Andrade Garcez, em 15 de março de 1971, encerrava-se também a gestão Beatriz Góis Dantas no Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe.

⁶¹Intelectual atuante e aficionado pelo universo da cultura, José Augusto Garcez fez parte de mais de uma dezena de instituições culturais, dentre elas o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Sociedade Brasileira de Folclore, a Associação Sergipana e Brasileira de Imprensa. Ingressou na Academia Sergipana de Letras em 15 de novembro de 1972, tornando-se o ocupante da cadeira de número 22. Em 1953, fundou um dos mais importantes movimentos culturais do Estado, o Movimento Cultural de Sergipe, responsável pela edição de dezenas de livros, chegando à década de 1960, com 37 volumes publicados, revelando e destacando grandes nomes da literatura sergipana. Em 1948, fundou e manteve com recursos próprios, o “Museu Sergipano de Arte e Tradição”, o qual foi detentor de um grande acervo referente à cultura material de Sergipe, resultado de coletas feitas em suas viagens pelo interior do Estado.

⁶² “Conselho Estadual de Cultura aprovou moção de louvor a Gazeta”. Gazeta de Sergipe. 22. 12. 1970, ANO XV – nº 4.316.

De acordo com o panorama aqui estabelecido, tentamos dar conta das diversas etapas relativas ao processo de organização do DCPH em Sergipe, do surgimento à prática propriamente dita, reconhecendo a importância do ativismo de Beatriz Góis Dantas no campo do agenciamento cultural. Seu encorajamento para se lançar num projeto ousado como esse e que para além de tudo oferecia reduzidas condições de execução, é algo digno de ser reconhecido pela história, eis aqui a nossa contribuição.

CAPÍTULO II

NÚBIA MARQUES E A CONSOLIDAÇÃO DO DCPH NO CENÁRIO CULTURAL SERGIPANO

A educação e a cultura são fatores básicos do destino de um povo, para o caso de Sergipe onde os recursos materiais são escassos ou ainda mal aproveitados, esses fatores representam deveras o instrumento mais valioso para a capacitação de nossa gente, na sua luta contra o subdesenvolvimento.

Nestor Piva

O segundo momento do DCPH, iniciado após a gestão da Prof. Beatriz Góis Dantas, é aqui compreendido e classificado como a fase de consolidação e desenvolvimento dessa política pública (ainda embrionária) no cenário cultural sergipano. Previamente visto com descrédito e incerteza por parte da crítica local, o órgão de preservação recém-estabelecido acabou por se firmar no Estado em virtude de haver demonstrado ao governo, e principalmente à sociedade, resultados bastante expressivos para uma experiência até então teste desenvolvida num curto espaço de tempo.

Essa pró-atividade do Departamento, constatada em poucos meses (setembro a março), passou a ser encarada como um claro indicativo do potencial que reunia a recente instituição cultural do Estado, se bem assistida. Graças ao trabalho diligente de sua primeira diretoria, o órgão de competência executiva conseguiu atrair não só o reconhecimento público, mas também o incentivo à continuidade das ações de preservação, conscientização e fomento à cultura local, figurando como o primeiro passo na tentativa de trilhar o caminho rumo à dinamização do setor no Estado, algo já vislumbrado, porém ainda distante devido as condições políticas e estruturais disponíveis.

A mudança na direção do DCPH foi posta em discussão logo após a sucessão do Governo João Andrade Garcez. É desse momento de transição à nova gestão, via de regra marcada por ajustes e reorganização no corpo administrativo do Estado que encontramos, pelo menos em parte, um dos fatores importantes à compreensão do direcionamento que esse órgão viria a assumir no passo seguinte.

Em 15 de março de 1971, Paulo Barreto de Menezes⁶³, tomou posse da chefia do executivo estadual e designou para assumir o lugar de Nestor Piva na SEC, o Prof. Marcos Pinheiro Monteiro⁶⁴, avaliado pela maioria como uma boa escolha para administrar à pasta e dar concretude às ações dispostas no primeiro Plano de Educação e Cultura (1971-1974). Já por parte da imprensa, e aqui nos referimos explicitamente a Gazeta de Sergipe, a indicação do governador para a administração do setor educacional/cultural foi recebida com um misto de otimismo e reserva.

Em um editorial intitulado *O Secretário de Educação e sua Equipe*, a *Gazeta de Sergipe*⁶⁵, jornal atuante e afinado às questões do governo à época, vinha manifestando publicamente certa preocupação frente a renovação do quadro de funcionários da SEC, sobretudo, por levar em consideração o que fora feito na gestão anterior, a saber, o intenso trabalho de arregimentação, organização e planejamento realizado pela equipe composta por Nestor Piva, que na medida do possível, buscou “dar eficiência aos setores aproveitando ao máximo suas potencialidades e procurando integrá-los verdadeiramente num contexto de ação desenvolvimentista”⁶⁶.

Assim como fizera durante o processo seletivo para a primeira diretoria do DCPH, a Gazeta reiterava em sua crítica a importância de procurar incorporar ao quadro de funcionários pessoas que fossem devidamente habilitadas ao exercício e principalmente a chefia dos órgãos representativos à Secretaria. Nesse sentido, a preocupação em torno do Departamento de Cultura e Patrimônio histórico se dava por dois motivos: primeiro, por ser este um órgão recém-

⁶³Seguindo o ritual de sucessão governamental, o engenheiro Paulo Barreto de Menezes, natural de Riachuelo e à época diretor do Departamento de Estrada e Rodagem (DER) e candidato apoiado por Lourival Batista foi o escolhido do presidente Médici em 08.05.1970. “A Executiva da ARENA o aprovou por unanimidade e posteriormente (03.10.1970) a Assembleia, através de seus 19 deputados da ARENA elegeu Paulo Barreto de Menezes como governador e Adalberto Moura, ex-funcionário do Banco do Brasil como vice-governador (DANTAS, 2014, p. 196).

⁶⁴Natural de Laranjeiras-SE, Marcos Pinheiro Ingressou na Faculdade de Química de Sergipe, concluindo o curso em 1967. Depois fez curso básico de Administração na PUC, complementando com curso de extensão na Universidade Federal da Paraíba e inúmeros outros nos Estados Unidos da América. Foi engenheiro químico da DESO. Como professor, iniciou suas atividades ministrando aulas particulares de química, no Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Colégio de Aplicação e no Colégio Salesiano. Fundou os cursos pré-vestibulares Butantã e Egenquine na década de 60, o Educandário Alfredo Montes e o Colégio de Ciências Puras e Aplicadas – CCPA. Disponível em: <http://www.cee.se.gov.br/arquivos/MARCOSPINHEIROMONTEIRO.pdf>

⁶⁵Segundo Ibarê Dantas (2014), a “Revolução” foi um divisor de águas para a história da *Gazeta de Sergipe*. Dirigida pelo seu proprietário Orlando Dantas, foi o jornal mais influente e temido da sociedade a partir da década de 1950. Aceitando em seu quadro jovens de esquerda, “tornou-se uma escola dentro do ideário nacionalista reformista marcado de acentuado voluntarismo. Dentro de sua redação tramava-se desde a formação de grupos, até a eleição de governo”. Porém, após 1964 as coisas mudaram. Tornando-se visado pela censura, o jornal antes combativo, propagador do socialismo foi alinhando-se paulatinamente à filosofia do regime passando inclusive a defendê-lo. Em plena vigência do AI-5, Orlando Dantas afirmava sem rodeios preferir “um governo militar, nacionalista, para operar as reformas de base, governo forte, enérgico, cercado de intelectuais lúcidos, realistas e de técnicos sem preconceitos”. Nesse mesmo ano ingressou na ARENA. (DANTAS:2014, p. 228).

⁶⁶ Secretaria de Educação e Cultura: mensagem. Gazeta de Sergipe 25.12.1970.

estabelecido, demandando em função disso maiores cuidados, e segundo, pelo fato do mesmo ser a única referência pública estadual especializada para gerenciar e tratar das questões culturais em Sergipe.

Dentre outros apontamentos, a crítica jornalística frisava que a resposta positiva do DCPH às primeiras demandas culturais do Estado seria uma resultante direta da postura racional e responsável adotada pela diretoria da SEC, que num período de fortes alianças, priorizou como critério de seleção ao preenchimento do posto diretivo da instituição, o profissionalismo à velha política. Segundo o texto do jornal presidido por Orlando Dantas:

O senhor Secretário deve ser bastante feliz para a escolha do novo diretor do Departamento Estadual de Cultura levando para esse órgão uma pessoa realmente capaz e dinâmica. Na verdade, não temos boa tradição de zelo e carinho para a preservação da nossa cultura. Quando muito nos limitamos à educação e nada mais. É claro e evidente que um órgão como o Departamento de Cultura não pode ser dirigido por pessoa que não tenha ao menos uma iniciação em Antropologia e conhecimentos em História. Não faltam pretendentes para a ocupação de tudo quanto é cargo, mas é preciso que os responsáveis por seu preenchimento não o façam para cobrir um claro ou atender um pedido, mas sim de modo a que o órgão seja capaz de funcionar eficientemente. (O Secretário de Educação e sua equipe. Gazeta de Sergipe, 06 de abril de 1971.).

Diante dessas considerações, percebemos que o jornal Gazeta de Sergipe, conforme já explicitado em algumas passagens deste estudo, exerceu um papel fundamental junto ao DCPH em sua fase inicial, assumindo por vezes um posicionamento não só vigilante, mas também ativo, pressionando e solicitando das autoridades competentes medidas e explicações públicas com vistas ao desenvolvimento de um trabalho cultural sério.

Em meio a tantas especulações e expectativas sobre quem viria a assumir a responsabilidade de dar continuidade às atividades da instituição e criar a partir de então uma “rotina de trabalho cultural”, Marcos Pinheiro elegeu para o posto de Beatriz Góis Dantas uma profissional da educação também qualificada e comprometida, a Prof. Núbia Nascimento Marques, àquela altura, intelectual escritora e poetisa sergipana. Mas, para além desses status quem era Núbia Marques? Qual a sua trajetória, referências, redes de sociabilidade?

Diante da impossibilidade de dar voz a sua versão sobre o DCPH através da entrevista, ponto forte deste trabalho que se relaciona diretamente com experiência em torno do trabalho de criação e mediação cultural exercido pela intelectualidade sergipana na primeira metade da década de 1970, procuraremos traçar seu processo formativo até o momento de ingresso no

campo das políticas culturais como recurso à compreensão das ações desenvolvidas pela instituição sob sua gestão no período de 1971-1973.

O caminho até o agenciamento cultural.

Natural de Aracaju, Núbia Nascimento Marques (1927-1999) foi uma intelectual de relativa expressão no cenário sociocultural de Sergipe, uma ativista pela causa das mulheres, da educação e, sobretudo pela valorização do folclore. Primogênita dos seis filhos do casal Atilio Marques e Bernadina Rosa do Nascimento Marques, Núbia iniciou seus estudos no Jardim de Infância da Casa da Criança de Sergipe, posteriormente denominado, Jardim de Infância Augusto Maynard⁶⁷.

Segundo ressalta Melnikoff (2014) em sua pesquisa *Trajatória de Núbia Nascimento Marques: contribuições para a educação de Sergipe (1978-1999)*, o período de iniciação escolar da biografada diz muito sobre o seu processo de formação, pois esteve ambientado em meio as reformas empreendidas no sistema educacional Brasileiro da década de 1930, anos marcados pela adesão aos princípios da “Escola Nova”⁶⁸, que priorizava mudanças na concepção de educação e de criança.

À época o pensamento escolanovista era concebido como o modelo adequado às necessidades do país imerso em meio a um processo de reconstrução e desenvolvimento nacional. Sob esse contexto de reorganização do ensino público foi que ela cursou o primário no Educandário Menino Jesus e mais tarde, concluiu o ginásial e o curso clássico no Colégio Atheneu Sergipense.

Na contramão do caminho comumente trilhado pelas jovens de sua época, Núbia Marques optou por enveredar no ensino profissionalizante cursando contabilidade na Escola de Comércio Conselheiro Orlando, ao invés do magistério na Escola Normal, ou, Instituto de Educação Ruy Barbosa, considerado o centro de referência na formação de professoras primárias do Estado. Segundo Freitas:

Para as jovens sergipanas da época, a possibilidade de realizar o curso normal era uma das poucas oportunidades de continuarem estudando e se prepararem

⁶⁷Sobre esta instituição verificar, LEAL, Rita de Cássia Dias. O primeiro jardim de infância de Sergipe: contribuição sobre o estudo da educação infantil (1932-1942). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. 2014.

⁶⁸O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade.

para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar (FREITAS, 2004, p. 56).

Embora sua escolha não deva ter sido a única exceção à regra, sua preferência por um curso predominantemente masculino num tempo em que as mulheres não gozavam de tanto espaço, oportunidades e direitos, fazia dela uma pessoa de personalidade forte, determinada, uma mulher que não concebia o gênero como uma limitação e que por isso mesmo posicionava-se e resistia aos obstáculos socialmente impostos à classe.

Formada em contabilidade, prestou concurso para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua primeira experiência profissional. Nesse período, acabou iniciando-se artisticamente através da pintura chegando a fazer inclusive um curso na Academia Brasileira de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Durante sua estada em solo carioca, chegou a conciliar o curso com o trabalho na edição da Revista Seleções Reader's Digest.

Já de volta a Sergipe, casada e mãe, fez parte da primeira turma do curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social⁶⁹ instalada em Aracaju no ano de 1954 (posteriormente incorporada a Universidade Federal de Sergipe no momento de sua fundação). Ao longo desse processo de graduação, mostrou-se sempre muito atuante e engajada às demandas da Faculdade presidindo, inclusive, aquele que seria o primeiro Diretório Acadêmico dos Estudantes. Segundo Melnikoff:

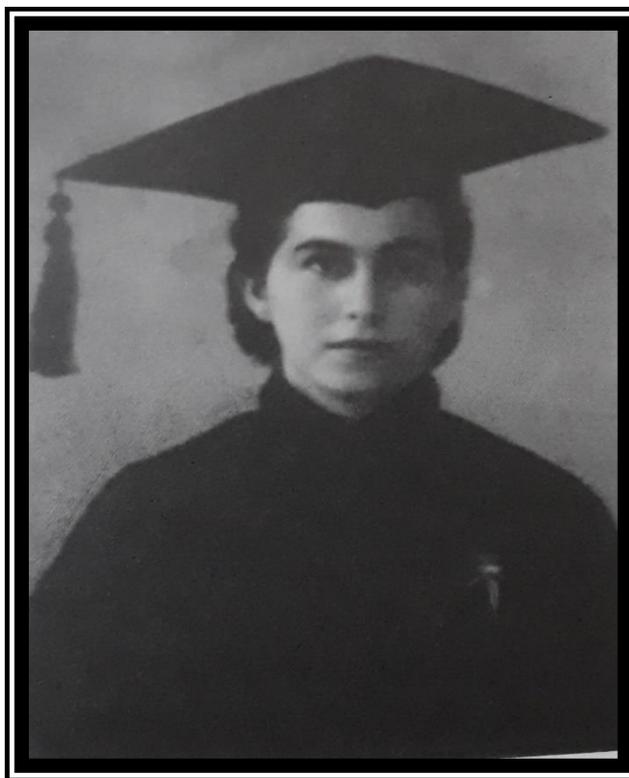
É relevante destacar que Núbia Marques era uma aluna que se importava com os aspectos da educação, e desde cedo procurou se engajar em projetos direcionados a melhoria da educação e das ações sociais. Sua atuação como presidente do Diretório Acadêmico revela suas articulações no debate assumido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União dos Estudantes do Estado de Sergipe (UEES), a qual participava de seminários, palestras e congressos da categoria (MELNIKOFF, 2014, p.36).

Esse seu contato com o diretório demonstra claramente a inquietude, a disposição e o espírito atuante na defesa de causas e questões sociais. Sem dúvida alguma, essa sua experiência político-acadêmica foi uma etapa não somente importante, mas sobretudo esclarecedora do seu

⁶⁹ A primeira Escola de Serviço Social ficava situada na Rua Estância em um prédio cedido pelo então Governador do Estado Arnaldo Rollemberg Garcez por solicitação do Bispo Diocesano Dom Fernando Gomes. A escola de Serviço Social iniciou suas atividades em Sergipe sob a influência da igreja católica. “O objetivo era formar profissionais que pudessem divulgar os valores ideológicos que servissem para atenuar os conflitos sociais e desenvolver o processo de evangelização da sociedade e de uma ação social que pudesse contrapor-se aos princípios liberais e ao comunismo” (MELNIKOFF, 2014, p.69)

processo formativo para o campo do agenciamento. Em 1957, aos 30 anos de idade, Núbia Marques concluiu o seu curso.

Figura 8: Núbia graduando-se em Serviço Social, Aracaju, 1957



Fonte: Obra "Caminhos e Atalhos.

Àquela época o título de ensino superior era algo socialmente bastante expressivo, para uma mulher então, um símbolo de conquista na árdua e constante luta pela independência, pelo conhecimento e pelo domínio do espaço público. Já assistente social, em 1958, mudou-se com a família para Salvador onde passou a integrar o quadro de funcionários do SESC, seu primeiro trabalho na área.

Apesar de muito ativa e dedicada à profissão, era olhando para dentro de si que ela se conectava com sua antiga paixão, a poesia, a florada sobretudo após a perda do seu primeiro filho, Valério, aos seis meses de vida. Como forma de dar vazão ao seus sentimentos, Núbia Marques publicou em forma de elegia seu primeiro livro *Um ponto Duas divergentes* (1959) e a partir daí começou a trilhar seu caminho na literatura (ensaios, novelas, poesia)⁷⁰, campo que

⁷⁰Obras de Núbia Marques, Poesias: *Um ponto Duas divergentes* (1959); *Dimensões poéticas* (1961); *Baladas do inútil silêncio* (1965); *Máquinas e Lírios* (1971); *Geometria do abandono* (1975); *Verde Outono* (1982); *Todo caminho é um enigma* (1989), *Poemas Transatlânticos* (1997). Contos: *Dente na pele* (1986). Crônicas: *Sinuosas de carne e osso* (1962). Romances: *Gráfica Tietê* (1967); *Berço de Angústia* (1980); *O Passo de Estefânia* (1980)

lhe rendeu grande expressão e mais à frente um feito histórico: tornou-se a primeira mulher imortal da Academia Sergipana de Letras (1978).

Podemos perceber ainda a literatura ainda como “ponto de encontro”, lugar ou espaço onde percebemos as parcerias e vínculos estabelecidos com intelectuais já conhecidos neste trabalho, ou seja, através dela é possível identificarmos características fundamentais do grupo e tecer redes de relacionamento.

Em *Baladas do inútil silêncio* (1965), descrito pela própria Núbia Marques como “o manifesto da moderna poesia feminina sergipana”⁷¹, participaram conjuntamente as já conhecidas professoras e escritoras Carmelita Fontes e Gizelda Morais, integrantes da Equipe da SEC montada por Nestor Piva durante o mandato tampão de João Andrade Garcez. Além dessa obra, elas escreveram juntas mais dois livros poéticos.

Figura 9: Núbia Marques e Gizelda Morais no lançamento do Livro *Baladas do inútil silêncio*, Salvador-Bahia, 1965.



Fonte: Dissertação de Elaine Almeida Aires Melnikoff, Mestrado em Educação, UFS, 2014.

– [com edições traduzidas para o alemão]; *O Sonho e a Sina* (1992). Ensaios e Estudos: *João Ribeiro Poeta* (1983) – [trabalho premiado]; *A Presença de Fernando Pessoa* (1986); *Hegemonia Cultural na Escola* (1987); *João Ribeiro sempre* (1996); *Caminhos e Atalhos* (1997) [Álbum histórico]; *Do Campo à Metrôpole – grupo G. Barbosa* (1999) [Obra Póstuma]. Folclore: *Pesquisa de Fatos Folclóricos I. Volume II – contos infantis* (1973); *Aspectos do Folclore em Sergipe* [coordenação e texto] – (1996); *O Luso, o Lúdico e o Perene* (lançamento póstumo) – (1999).

⁷¹Trecho colhido do seu discurso de posse na ASL, disponível na Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 27, p.42.

Apesar de todo estigma social carregado por uma mulher “desquitada” à época, Núbia Marques divorciou-se do marido já no fim da década de 1960 e meio a essa nova fase de sua vida, começou a dar aulas no Instituto Ruy Barbosa como professora substituta (1968). No ano seguinte, assinou contrato para atuar como professora regente na Universidade Federal de Sergipe⁷² onde lecionou até sua aposentadoria em 1991. Sua passagem a membro titular do Departamento na UFS ocorreu somente após a conclusão do seu mestrado pela PUC-SP em 1976, experiência já posterior a sua adesão no campo do agenciamento cultural.

Foi justamente a partir do seu ingresso na política cultural do Estado junto ao DCPH, aos 44 anos de idade, que ela reuniu os elementos necessários à realização de sua pesquisa/dissertação intitulada: *“Contribuições ao estudo exploratório sobre possíveis correlações da cultura sergipana com o lazer e o desenvolvimento comunitário a partir da observação de alguns folguedos no estado de Sergipe”*. Segundo Afirma Melnikoff (2014), tal temática derivou dos estudos outrora iniciados por Beatriz Góis Dantas no campo das tradições folclóricas em geral e dos folguedos em particular.

Mesmo já tendo desenvolvido estudos voltados para o folclore, sobre a interrelação cultura/sociedade e de disseminar através deles a importância das políticas públicas de ação ao desenvolvimento da comunidade, sua atuação em defesa desse campo propriamente dito só se concretizou após seu ingresso nos órgãos públicos estaduais de cultura, primeiramente no CEC⁷³, órgão de caráter normativo, deliberativo, consultivo e posteriormente no DCPH, voltado ao desenvolvimento do trabalho operacional.

Um ponto importante a destacar nesse círculo voltado às políticas públicas de cultura, diz respeito a representatividade e atuação dos membros que integram esses espaços. Tanto Beatriz Góis Dantas quanto Núbia Marques acumulavam à época as atividades do colegiado e do Departamento, chegando inclusive a presidirem simultaneamente os dois órgãos.

Conforme o disposto no Art. 1º da Lei nº 1.478, de 16 de agosto de 1967, que cria o Conselho Estadual de Cultura, os membros do colegiado num total de 12, eram nomeados pelo Governador do Estado, por seis anos, “dentre personalidades eminentes, de reconhecida idoneidade e representativas da cultura estadual”. Na escolha dos membros, deveria ser levado

⁷²Em sua carreira docente na Universidade Federal de Sergipe, lecionou as disciplinas: Teoria do Serviço Social I e II, Serviço Social Aplicado ao Campo II e IV e Serviço Social da Comunidade.

⁷³Conforme assinala a publicação da *Gazeta de Sergipe* do dia 23 de janeiro de 1971, Núbia Marques tomou posse como membro do colegiado do CEC em substituição ao Sr. Alberto Carvalho, que havia renunciado ao cargo. Na mesma ocasião, foi nomeado Arnóbio Patrício de Melo.

em consideração “a necessidade de nele serem devidamente representada as diversas artes, letras e ciências humanas”⁷⁴.

Nesse período, integravam também a ala feminina do Conselho, Carmelita Pinto Fontes⁷⁵, Gizelda Moraes⁷⁶ e Aglaé Fontes⁷⁷, personagens recorrentes no cenário educacional e cultural sergipano, tanto em termos de produção intelectual, quanto no âmbito da administração pública.

Foi com base no seu currículo, no seu histórico e certamente pelo seu envolvimento com o universo artístico e cultural sergipano que o Secretário Marcos Pinheiro estendeu a Prof. Núbia Marques o convite à coordenação das ações voltadas à cultura e ao patrimônio histórico em Sergipe. Sendo profissional do Serviço Social, logicamente é de se supor que a sua administração possibilitou ao órgão novas perspectivas sobre o sentido do preservar e certamente uma preocupação sobre o retorno dessas ações à comunidade. Militante desde jovem em prol do social, era chegada sua hora de contribuir efetivamente com o campo, só que dessa vez, aliada à política institucional do Estado na função de agente cultural⁷⁸.

“Nova fase, novas aspirações”: iniciativas ao desenvolvimento institucional do DCPH.

Conduzida sob a administração da Prof. Núbia Marques, a segunda fase do DCPH também iniciou rodeada de grandes expectativas e não era para menos, pois à medida que o prosseguimento da política cultural no Estado certificava perante o público sua capacidade de atuação, por outro, também pressionava e demandava novas realizações. Nesse momento, o Departamento ansiava pelo retorno financeiro advindo da inclusão da Cultura e do Patrimônio

⁷⁴Para mais informações consultar o decreto Lei nº 1.478, de 16 de agosto de 1967, disponível em http://snc.cultura.gov.br/media/regimentos/01_LEI_DO_CONSELHO.pdf.

⁷⁵É poetisa, contista, cronista, jornalista e teatróloga. Teve como profissão a de professora de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Portuguesa. Licenciada em Letras e pós-graduada em Linguística, Literatura Francesa, Literatura Hispano-Americana e estudou curso de especialização em Lisboa. Em 1962 fundou a Academia Sergipana de Jovens Escritores. Publicou livros de poesias em parceria com Gizelda Moraes. Fez parte do Conselho Estadual de Cultura, do Conselho Estadual de Educação, e Diretora da revista da UFS, tendo desenvolvido várias atividades referentes às culturas.

⁷⁶Publicou seu primeiro livro aos 18 anos pelo Movimento Cultural de Sergipe em 1958. Tem graduação em filosofia e psicologia. Mestre em Psicologia pela USP (SP), obtém o título de Doutora em janeiro de 1970, na Universidade de Lyon (França) com uma tese sobre aprendizagem da leitura e da escrita; em 1985 faz um pós-doutorado na Universidade de Paris XIII, na área de Etologia.

⁷⁷Aglaé d' Ávila Fontes professora; escritora; folclorista; historiadora; uma das maiores pesquisadoras do folclore do estado de Sergipe; foi diretora do Centro de Criatividade de Sergipe; sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Chegou a ser secretária de Estado 3 vezes. Integrante da Academia Sergipana de Letras.

⁷⁸Agente cultural é aqui compreendido como um profissional que está vinculado às iniciativas e procedimentos culturais de uma determinada região atuando como gestor de práticas culturais e na mediação entre o âmbito público e os grupos comunitários na esfera sociocultural.

Histórico entre as prioridades do governo através do Plano Estadual de Educação e cultura (1971-1974), previsto para entrar em vigor sincronicamente à Gestão Paulo Barreto de Menezes (15/03/1971 a 15/01/1975).

Com base no levantamento de dados realizados pela Assessoria Setorial de Planejamento da SEC à elaboração do referido planejamento (1970), verificou-se, que: tecendo um comparativo, com base nos últimos anos, entre a despesa total do Estado e as realizadas com Educação e Cultura, o percentual destinado aos setores discriminados era inferior a 20%, preconizado como mínimo pela legislação vigente à época⁷⁹.

Tabela 2: Despesas com Educação e Cultura 1965-1969.

ANOS	DESPESA TOTAL DO ESTADO (CR\$)	DESPESAS COM EDUCAÇÃO E CULTURA	
		TOTAL (CR\$)	Em relação à despesa total do Estado (%)
1965	8.661.876,82	1.143.471,32	13,20
1966	12.990.498,74	1.288.108,62	9,92
1967	22.267.984,51	3.603.403,23	16,18
1968	38.346.275,16	4.515.816,12	11,78
1969	50.920.000,00	9.190.631,00	18,05

Fonte: Balanço geral do Estado. In: Plano Estadual de Educação e Cultura – SEC, 1970.

Como podemos ver diante desse quadro, não havia incentivos suficientes para promover qualquer forma organização ou racionalização do setor cultural, mas o que sem dúvida nos chama atenção, é que esse percentual remetido às duas linhas de atuação da SEC, já inferior ao mínimo previsto pela lei, não havia como ser distribuído igualmente entre elas, posto que, as questões educacionais, não só nesse momento como em muitos outros, absorviam sobremaneira a atenção da Secretaria demandando, em função disso, sempre mais recursos.

⁷⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20/12/1961).

Até a criação de uma estrutura própria para a área, ou seja, de um aparelhamento burocrático específico composto por Ministério, secretarias ou fundações de cultura no âmbito estadual, o setor cultural foi concebido e tratado apenas como um apêndice, ou, extensão dos assuntos educacionais, ora mais, ora menos valorizado. Após uma revisão orçamentária e um estudo detalhado das necessidades do Estado, o CONDESE - Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe, previu para ser destinado à Educação e Cultura de Sergipe no período de 1971 a 1974 os seguintes valores⁸⁰:

Tabela 3: Previsão de Recursos à Educação e Cultura para o quadriênio 1971-1974.

ANOS	PREVISÃO DE RECURSOS À EDUCAÇÃO E CULTURA (CR\$)	EM RELAÇÃO A PREVISÃO DE RECEITA DO ESTADO (%)
1971	20.651.603	20,05 %
1972	24.116.032	20,63 %
1973	27.871. 184	19,79 %
1974	31.655.033	18, 68 %

Fonte: Fonte: Plano Estadual de Educação e Cultura – SEC, 1970.

Em meio a essas verbas anuais pré-estabelecidas, o documento especificava também o quantitativo a ser distribuído entre as diversas repartições da SEC⁸¹ discriminadas da seguinte forma: Administração, Educação, Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Conselhos. Se a importância dedicada ao setor educacional já era algo visivelmente explícito pela pontualidade das ações públicas no campo cultural, após consulta aos recursos que

⁸⁰Segundo explicações do CONDESE, para os percentuais relativos aos anos de 1973 e 1974, inferiores a 20%, acreditava-se que os recursos poderiam ser aumentados em vista da instalação dos ginásios polivalentes, expansão do ensino fundamental e médio.

⁸¹Após a reforma administrativa do Estado (1970), a Secretaria de Educação e Cultura (SEC) passou a ser composta por: Conselho Estadual de Educação (CEE), Conselho Estadual de Cultura (CEC), Conselho Regional de Desportos (CRD), Gabinete do Secretário (GS), Assessoria setorial de Planejamento (ASPLAN), Serviço de Administração Geral (SAG), Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), Coordenação Executiva dos Centros Regionais de Educação (CODEX) e pelas 8 unidades do Centro Regional de Educação (CERE), Aracaju, Estância, Lagarto, Itabaiana, Japaratuba, N. Sra. Das Dores, Propriá e Gararu.

teoricamente seriam repassados a esses respectivos setores, isso se torna numericamente evidente conforme o disposto na tabela a seguir:

Tabela 4: Previsão de recursos por setor 1971-1974.

DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS- CR\$				
	1971	1972	1973	1974	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	6.203.726	2.609.889	3.053.724	3.491.004	15.358.343
EDUCAÇÃO	14.093.885	20.507.851	23.409.848	26.068.643	84.080.227
DCPH	267.657	798.292	1.157.612	1.795.386	4.018.947
CONSELHOS	86.335	200.00	250.000	300.00	836.335
-	20.651.603	24.116.032	27.871.184	31.655.033	104.293.852

Fonte: Plano Estadual de Educação e Cultura – SEC, 1970.

Todavia, apesar de termos pontuado aqui a disparidade de gastos entre educação e cultura, e diagnosticado, ao longo das gestões do Departamento, a recorrência dos problemas financeiros como um dos óbices à evolução dos trabalhos no âmbito cultural, há que se ressaltar também o simbolismo desse investimento realizado pelo governo militar para o setor. Colocando isoladamente em perspectiva a trajetória do campo cultural, percebemos ter o Estado despendido, nesse período, um grande incentivo.

Buscando legitimar-se, o governo revolucionário tendeu ao favorecimento do campo e sobretudo do patrimônio através da disponibilização de recursos, tal qual “o fizera Vargas, trinta anos antes, mas agora buscando cooptar outros contingentes sociais [...] recorrendo, para isto, a um conceito de cultura menos identificado com as elites”⁸² (AZEVEDO, 2013, p. 23). Isso porque, nos anos iniciais da Revolução, a cultura fora um dos setores mais reprimidos pela ação

⁸²Essa busca por um ideário mais amplo e diversificado de representação se amparou no antigo projeto de proteção aos bens culturais de autoria do escritor Mário de Andrade, proposto em 1936, que valoriza melhor a heterogeneidade e complexidade culturais inerentes à formação social brasileira. (MILET, 1988, p. 192).

do Estado que se concentrou justamente em “desbaratar as forças adversárias e neutralizar sua produção com vistas a assumir o processo cultural no passo seguinte” (COHN,1984, p.87).

Além dos valores acima expostos, que tecnicamente seriam endereçados ao DCPH, outros incentivos à consecução de projetos e atividades específicas também seriam angariados através do: “Conselho Federal de Cultura, Fundo de Cultura, Fundo de Participação, Fundação de Bibliotecas, Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural e pelo Fundo Especial”⁸³. Portanto, é em meio a esse clima de ansiedade e esperança pela concretização do planejamento estabelecido para a área que tem início a gestão de Núbia Marques, tão desafiadora quanto a fase de organização e implantação da política no Estado.

Para o ano de 1971, as “metas prioritárias à Cultura e ao Patrimônio Histórico”⁸⁴ eram as seguintes:

- 1) Reorganização do Museu de Sergipe;
- 2) Organização do Arquivo Público;
- 3) Restauração de Monumentos Históricos;
- 4) Início de construção de um prédio para a Biblioteca Pública;
- 5) Ampliação do Acervo da Biblioteca Pública, das dos bairros e abertura destas à comunidade;
- 6) Cursos de extensão Cultural, publicações, prêmios, auxílio às instituições particulares;
- 7) Apoio aos Grupos folclóricos e promoção de pesquisas na área.

Da teoria aos resultados, o caminho não fora nada fácil, pois havia os empecilhos relativos ao trabalho operacional. Apesar de o Plano ter significado um avanço muito grande no sentido à promoção do desenvolvimento cultural sergipano, ele por si só não solucionaria de imediato os problemas do DCPH, na verdade, tornava-se dependente da resolução destes para se mostrar relevante, funcional, concreto. Nesse sentido, à concretização das metas, antes era necessário também ou principalmente revisar e ajustar os meios.

Além de financeiro, ou na mesma proporção deste, o problema do DCPH era político, estrutural, advindo, sobretudo das falhas de estratégia por trás da descentralização promovida pelo MEC/IPHAN. Sem autonomia, nem delimitação formal de suas atribuições em relação à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, a instituição encontrava por vezes

⁸³Quadro resumo: “metas e medidas prioritárias”, Subprograma – Cultura e Patrimônio Histórico 1971. In: Plano Estadual de Educação e Cultura, dezembro/1970. p. 131-132.

⁸⁴ Idem.

dificuldades quase intransponíveis. Esses e outros problemas, levantados conforme o ritmo de trabalho institucional, fizeram parte da comunicação apresentada pelos representantes do Estado de Sergipe no II Encontro de Governadores realizado na cidade de Salvador-BA em outubro de 1971.

Em acesso aos anais desse II Encontro formulado pelo DAC -Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura (1973) e posteriormente publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encontramos as contribuições e demandas levadas pelo governo de Sergipe representado pelo Governador Paulo Barreto de Menezes, pelo Presidente do Conselho Estadual de Cultura Luiz Carlos Costa e pela também membro do Conselho e diretora do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico Núbia do Nascimento Marques.

Realizado entre os dias 25 a 29 de outubro de 1971, o evento, que assim como o de Brasília foi posteriormente condensado e oficializado num documento intitulado *Compromisso de Salvador*⁸⁵, tinha por objetivo reforçar o propósito do que fora acordado na reunião anterior em decorrência do processo de sucessão governamental ocorrido nos Estados.

Em Brasília (1970), o ministro do MEC, havia falado às autoridades já as vésperas de deixar o governo (no caso de Sergipe literalmente posto que Lourival Batista renunciou dias após ao evento), e diante disso, era estrategicamente lógico e também oportuno, falar aos representantes do poder público que haviam iniciado recentemente sua administração, no sentido de reestabelecer o pacto de responsabilidade em torno das políticas de preservação. Segundo as palavras do próprio ministro, fazia-se necessário dirigir-se também aos novos governadores pelo fato deles “estarem abertos a novos problemas e empenhados em resolvê-lo”.

O Encontro de Salvador era o momento do *feedback* ao governo, a hora de apresentar tudo o que até então fora produzido por meio da normativa, e, conseqüentemente pelas instituições que dela derivaram. Para além disso, era também a oportunidade de comunicação, estudo e avaliação do pacto federativo à criação da rede de preservação do patrimônio nacional, integrada pelo IPHAN, estados e municípios⁸⁶.

Apesar de muitos terem considerado o Encontro de Brasília como algo prematuro, tendo em vista o fim do mandato das autoridades públicas que dele participaram, muitos efeitos

⁸⁵Disponível <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromissodesalvador1971>.

⁸⁶O temário para o II Encontro de Governadores: I) Análise das conseqüências do Encontro de Brasília, II) Proteção dos acervos naturais e de valor cultural, III) O acervo de valor cultural e os monumentos naturais em face da indústria do turismo, IV) Pesquisa, estudo, análise e divulgação dos bens de valor cultural.

positivos foram produzidos. Na mesa de abertura, o ministro refletiu sobre a importância de renovação do plano de ação estratégico estabelecido, segundo Jarbas Passarinho:

A Carta de Brasília já produziu mais consequências do que supunham viável, mesmo os otimistas. O fundamental parece assegurado: conscientizar administradores, públicos ou particulares, para evitar que obras de arte, que são a forma de comunicação intemporal (sic) dos homens de talento, se percam pela falta de zelo, ou sejam destruídas deliberadamente. Mal começamos. É certo que o acervo está a desafiar nosso gênio inventivo na produção de recursos, pois que o tempo tem sido, até aqui, um poderoso aliado da erosão, a trabalhar sozinho a sua faina destrutiva. Doravante, com certeza, estaremos em ação conjugada, dispostos a neutralizar-lhe a ação nefasta e, mais que tudo, determinados, nós mesmos, a salvar da sanha agressora dos "progressistas" e dos "restauradores" chinfrins as criações artísticas que só a aliança do tempo e do homem, no desdobramento histórico, foi capaz de erguer. (Passarinho, Jarbas. ANAIS, 1973, p.18)

A primeira sessão do Encontro foi destinada à exposição do relatório dos Governos sobre as ações desenvolvidas em seus respectivos Estados. Até aquele momento, outubro de 1971, o saldo de realizações do DCPH demonstrava o grande esforço da instituição para cumprir o mínimo estabelecido pelo programa cultural. Em nome da comissão sergipana pronunciou-se Núbia Marques, responsável pelo gerenciamento das atividades:

Em Sergipe os resultados do I Encontro de Brasília foram positivos. A criação do DCPH (Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico) de Sergipe e do Conselho Estadual de Cultura trouxeram benefícios enormes para a Cultura sergipana. 1. Salvamos o Arquivo Público que estava completamente destruído e jogado nos porões da Assembleia Legislativa. Um trabalho elogiável da primeira diretoria do DCPH. 2. Estamos pesquisando fatos interessantes do nosso folclore. A pesquisa está sendo feita através das direções dos Colégios Públicos dos Municípios de Sergipe e seus alunos. Até o momento coletamos aproximadamente 550 adivinhações, inúmeras ditos populares, provérbios. 3. Estamos levantando todo acervo histórico patrimonial de Sergipe, em viagens constantes ao interior do Estado, e esbarramos com uma riqueza de nossa arte colonial completamente abandonada e grandemente descaracterizada. 4. O Governador do Estado, Engenheiro Paulo Barreto de Menezes, já sensibilizado pela cultura, está com um projeto de criação de uma Biblioteca, que ficará concluída em 1972. 5. O Conselho Estadual de Cultura tem ajudado muito na ação de Governo no que tange as diretrizes de uma política de cultura em Sergipe, haja vista a aprovação dos subsídios para o Plano de Cultura, aprovado pelo Conselho Federal de Cultura. 6. Estamos preparando o Museu de Arte Popular, que em dezembro próximo provavelmente será inaugurado. 7. Duas publicações patrocinadas pelo DCPH estão sendo concluídas: História da Literatura Sergipana, de Jackson da Silva Lima e Instante Amarelo, de Amaral Cavalcanti. 8. Está sendo pesquisado na Música Folclórica Sergipana, o Zabumba. (Marques, Núbia. ANAIS: 1973, p.18).

Como podemos perceber, o DCPH mostrou-se operante em meio as muitas adversidades encontradas. Exceto as realizações de grande porte, que demandavam além do fator tempo, o envolvimento de outros setores do governo, muito do que fora previamente estabelecido estava em vias de realização.

Não fosse a subordinação do Departamento a SEC, que retardava o desenvolvimento das atividades operacionais (não tanto pela falta de apoio, mas pela preocupação com a implantação do ensino fundamental que a absorvia) e ao Distrito de Salvador, que pela falta de entrosamento criava uma impossibilidade hierárquica de diálogo com o IPHAN, muito mais poderia ser feito ou otimizado.

Problemas de outra natureza também acabaram por comprometer bastante o incentivo a área, dado que o Governo Paulo Barreto de Menezes tinha questões mais urgentes a tratar como, por exemplo, a seca que assolou o sertão sergipano nos primeiros meses de seu mandato.

Tendo em vista os impasses relatados pelo DCPH e suas congêneres estaduais, algumas sugestões foram levantadas como primordiais à melhoria dos trabalhos, a saber, a questão da “Autonomia hierárquica aos Departamentos Estaduais” para entendimento direto com o IPHAN e a “transformação, em Secretarias de Cultura, dos Departamentos que tenham condições de emancipação”, com vista à aquisição de maiores recursos para a cultura.

Figura 10: Plenário em uma das sessões de estudo no auditório da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, 1971.



Fonte: Anais do II Encontro de governadores 1971.

Dentre os membros da comissão sergipana, manifestou-se também, na sessão destinada às comunicações, o Governador Paulo Barreto de Menezes, que além do dever cívico, salientava em seu discurso o viés econômico do Patrimônio. Em função da importância do potencial existente no Estado, alegava estar o governo, através do esquema de ação traçado e executado pelo DCPH, estudando empenhadamente formas de “criar motivações para o desenvolvimento local da indústria do turismo, particularmente do setor de “Turismo Cultural”.

À época, fortalecia-se a campanha pelo incentivo ao turismo, idealizada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A com o apoio/participação dos governos estaduais e empresas da região⁸⁷. Segundo o gestor sergipano, esse movimento em curso teria, nas cidades históricas, “um fator a mais de motivação, bastando que, para isso, disponha de uma infraestrutura turística que está sendo formada em São Cristóvão por iniciativa do Governo”⁸⁸.

Encerrando a participação de Sergipe no evento, Paulo Barreto de Menezes reforçou ainda que a realização completa do programa do Estado só seria plenamente possível na medida em que fosse executado de maneira coordenada aos órgãos especializados, “razão pela qual se revestem da maior importância iniciativas como este Encontro”.

Todas as demandas, oriundas do DCPH e demais instituições regionais foram sintetizadas e formalmente dispostas no *Compromisso de Salvador*, que reafirmaria os pontos do anterior e detalharia algumas ações a começar pela criação do Ministério da Cultura e de secretarias ou fundações de cultura no âmbito estadual (itens 1 e 2 do Compromisso).

No que se refere aos bens culturais e naturais, alguns itens merecem a atenção. Primeiro, uma mais eficiente preservação desses sítios, com a criação de legislação específica complementar ao Decreto n.º 25/37 (BRASIL, 1937) — item 3 — audiência e orientação do IPHAN e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) na aprovação de planos diretores urbanos e territoriais e projetos de obras públicas e privadas que pudessem afetar o meio ambiente e o patrimônio cultural (item 4). Financiamento prioritário de planos diretores de áreas ricas de bens naturais e culturais (item 5) e abertura do sistema financeiro da habitação para a recuperação de conjuntos arquitetônicos tombados (item 6).

No âmbito do DAC – Departamento de Assuntos Culturais do MEC, recomendava-se que fosse dado maior apoio e estímulo às manifestações de caráter popular e que em função disso, os governos estaduais elaborassem para tal o calendário festivo como forma de valorizarem o patrimônio imaterial (itens 22 e 23). Por fim e não menos importante, a

⁸⁷ Turismo. Gazeta de Sergipe. Junho/1971.

⁸⁸ Anais do II Encontro de Governadores. Mensagem do governador Paulo Barreto de Menezes, p.292. 1971

convocação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Capes para o financiamento de projetos de pesquisa e formação de pessoal especializado com vistas à proteção dos acervos natural e cultural (item 18).

Assim, percebemos que a criação de uma rede nacional de patrimônio exigia além de incentivos uma grande articulação estratégica por parte do Estado fazendo-nos compreender o fato de um processo de sistematização desse porte ter se realizado sob o domínio de um Estado com as características do que aqui se instaurou pós-64: autoritário, nacionalista (por isso mesmo essencialmente conservador) e autointitulado revolucionário.

Gestão Núbia Marques: política, ações e desafios

Após o Encontro de Salvador, o DCPH retomava as atividades ainda por concluir e já começava a se concentrar na programação para 1972, ano de comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Em seu parágrafo final, o Compromisso resultante do II Encontro já sinalizava às administrações estaduais que fossem desenvolvidas atividades específicas (como publicação de livros e documentos) por ocasião da efeméride dos 150 anos da independência. Em Sergipe, várias produções artísticas foram estimuladas com esse propósito sendo o FASC, Festival de Artes de São Cristóvão, a mais emblemática de todas.

Segundo Santos (2014), o Festival foi a primeira atividade de extensão cultural da Universidade e além de ser uma resposta à exigência do MEC, pela produção de um festejo comemorativo, tinha também como propósito secundário, ser um meio de aproximação entre a recém instalada UFS e a comunidade local, “pois, sendo Sergipe um estado pequeno, a chegada dessa instituição provocou deslumbre, estranhamento e curiosidade” (SANTOS:2014, p.11).

Apesar de organizado pela universidade, várias instituições e entidades culturais se mobilizaram para dar concretude à iniciativa. A participação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico propriamente dita, não só nessa, mas também em algumas edições que se seguiram, se deu através do “patrocínio à apresentação de grupos folclóricos”⁸⁹. Como: “o Guerreiro, Zabumba, Taieira, Reisado, Cacumbi, Chegança, Samba de coco, Dança de São Gonçalo, Pisa de Pólvora, Pastoril, Violeiros etc.”⁹⁰

Com a massificação dos bens culturais e a consolidação da indústria audiovisual no Brasil, o Estado passou a reforçar ainda mais o seu papel preservacionista em defesa dos

⁸⁹ Festival de Arte em São Cristóvão. Jornal da Cidade. 04 e 05.06.1972.

⁹⁰ Alencar Filho apresenta: Festival de Artes de São Cristóvão. Jornal da Cidade. 20 e 21. 08. 1972.

“lugares de memória”, buscando em função disso vincular “a identidade nacional às comemorações cívicas, à defesa do patrimônio e às manifestações artísticas populares numa releitura e ampliação das políticas culturais realizadas pelo Estado Novo” (MAIA:2012, p.151).

Lançando o nosso olhar sobre o aparato institucional criado em Sergipe nesse período temos que, a UFS, o CEC, e o DCPH são originários de uma mesma época, ou seja, iniciativas gestadas a partir de uma mesma política cultural (ação estatal organizada e contínua com previsão e destinação de recursos ao desenvolvimento do setor). Sem a criação dessa estrutura ainda que mínima e em fase embrionária, seria impossível à Sergipe, esboçar ou até mesmo apresentar qualquer contribuição (produção ou obra) de caráter histórico por ocasião do aniversário da independência.

Foi através da associação entre esses organismos (estreitada por meio da rede sociabilidade do grupo de intelectuais atuante nesses espaços institucionais), mas principalmente pelo trabalho operacional e por vezes literalmente braçal realizado pelo DCPH, que a pesquisa histórica se tornou novamente uma possibilidade no Estado.

Nesse ano comemorativo e simbolicamente representativo à memória nacional, teve início também o Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe⁹¹, projeto idealizado pelo Prof. Silvério Fontes desde o fim dos anos 1960, mas passível de realização somente após a revitalização do Arquivo Público. Segundo Oliva (2018):

Pensando uma cronologia para a historiografia sergipana, o Professor José Silvério Leite Fontes denomina o início dos anos 1970 como momento de “recuperação” dos estudos históricos em Sergipe. A criação da UFS e a departamentalização dos cursos, ao seu ver, aproximou os professores e estabeleceu novos círculos de cooperação e de estudo. Surgiu interesse pela pesquisa e pelos documentos históricos, no ambiente que ele denomina como de “choque estímulo” (OLIVA, 2018, p. 32).

Tendo por base alguns relatórios e jornais da época, adentraremos um pouco mais à experiência da gestão Núbia Marques, focalizando não apenas as ações em si, mas o processo em torno delas como fizemos até o presente momento, tentando tecer um paralelo entre o que ocorria no plano nacional para fazer emergir as particularidades da política de cultura desenvolvida à nível local.

⁹¹“Destinava-se a levantar a tradição escrita, depositada em arquivos situados no território sergipano, relativa à História de Sergipe e tinha entre os objetivos a divulgação das fontes históricas sergipanas, o desenvolvimento da consciência histórica e o treinamento de estudantes pela frequência aos arquivos e pela pesquisa, para integrar a formação pedagógica e o trabalho de elaboração científica” (OLIVA, 2018, p. 32)

Em fevereiro de 1972, Núbia Marques (à época já ocupando também a posição de presidente do CEC) queixava-se em depoimento ao *Jornal da Cidade* sobre a falta de reconhecimento e muitas vezes de esvaziamento não só do Conselho Estadual de Cultura, mas também do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico diante da opinião pública.

Segundo sua visão, esse “esvaziamento” seria uma consequência direta da falta de assistência da imprensa (não cita nomes, mas implicitamente parece se referir ao jornal de Orlando Dantas, a Gazeta de Sergipe, já que o seu discurso em forma de manifesto fora publicado pelo Jornal da Cidade), no seu papel de comunicação e esclarecimento à população. Mas não fora justamente a GS que havia recebido no ano anterior do próprio CEC uma moção de Louvor pela excelência dos serviços prestados ao setor?

Considerando que não houve mudanças no quadro de composição do jornal (direção de Orlando Dantas e edição de Luiz Antônio Barreto), nem demonstração de inoperância por parte do Conselho e do Departamento, hipoteticamente, somos levados a cogitar o fator empatia, ou nesse caso, a falta dela, como possível explicação para essa desassistência temporária em torno das realizações desses respectivos órgãos públicos. Em tom crítico desabafa Núbia Marques ao *Jornal da Cidade*:

Não se sabe nem se notícia que o Conselho está com vários processos de tombamento de bens históricos do nosso patrimônio cultural, ninguém sabe nem comenta a apreciação e estudo de regimento interno do Museu, do estudo de projeto da Biblioteca Pública, pelo conselheiro Amaral Cavalcanti, dos estudos feitos por José Augusto Garcez da Cadeia Velha de Neópolis para tombamento. Não se sabe que se mandou uma proposta orçamentária para o Conselho Federal, instituindo prêmios aos intelectuais da terra; não se fala sobre o estudo de tombamento do Cemitério dos Náufragos, em mãos de Luiz Eduardo, da Casa de José Sampaio, apreciado por José Santo Souza, Fonte da Mata, apreciado pelo conselheiro Jackson da Silva Lima [...] e todos esses processos foram encaminhados pelo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (O DCPH e suas realizações. *Jornal da Cidade*. 27 de fevereiro de 1972.)

A julgar pelos relatórios assinados por Núbia Marques nesse período, é possível compreender sua indignação pela falta de reconhecimento aos serviços prestados pelos órgãos de cultura à sociedade sergipana, sobretudo, tendo em vista todo esforço despendido para contornar as deficiências do setor e tornar a instituição ativa e correspondente às aspirações da política governamental.

Dentre os processos de requisição de tombamento acima citados, o único aprovado foi o referente ao Cemitério dos Náufragos⁹² (localizado no Mosqueiro/Aracaju), elevado à categoria de Patrimônio Histórico pelo Chefe do Governo, Paulo Barreto de Menezes, através do decreto estadual nº2.571, de 20 de maio de 1973. Em seu Art. 2º, o decreto afirmava que “ficava a cargo da Secretaria de Educação e Cultura, através do DCPH a responsabilidade pela conservação do monumento”.

Como é possível perceber, o Departamento acumulava mais funções do que realmente sua estrutura lhe facultava. Além do estudo, produção e gerenciamento das ações culturais competia ao órgão também a fiscalização e manutenção desses espaços. Afora isso, por ser diretamente subordinado à SEC, as questões político-administrativas desse setor também acabavam por influir diretamente na dinâmica e ritmo de trabalho do DCPH.

Ao longo de sua breve existência, a instituição sofreu as consecutivas transições no comando da Secretaria, primeiro com Nestor Piva (1970-1971) por ocasião do fim do mandato de João Andrade Garcez, e posteriormente, cerca de um ano depois, com a renúncia de Marcos Pinheiro no fim de fevereiro de 1972. Posto isso, não há simplesmente como negligenciar a influência desses fatores em nosso estudo de leitura e interpretação sobre o trabalho do DCPH, visto que, estando o Departamento imerso num sistema de organização hierárquico, encadeado, o que eventualmente se processa na direção da Secretaria (Centro de decisões) interfere de alguma forma nos órgãos sobre o seu domínio.

Segundo a *Gazeta de Sergipe*, o motivo alegado pelo secretário como justificativa para o seu pedido de demissão, teria sido o descumprimento de uma portaria por ele baixada, Marcos Pinheiro alegou a imprensa que tal fato “lhe tirava as condições de exercer com êxito suas funções”⁹³. Porém, a julgar pela rapidez com que se deu a sua exoneração pelo governador Paulo Barreto de Menezes, bem como pela justificativa, frágil e pouco convincente, certamente haviam outras questões que o levava a esse fim. Até a nomeação do próximo secretário, o Prof.

⁹² A atribuição de monumentalidade ao Cemitério dos Náufragos nesse contexto, foi motivada pela representação desse fato histórico à história nacional. Em seu texto original, o decreto pontua: CONSIDERANDO que o fato histórico marca a participação do Brasil na 2ª Grande Guerra, foi o torpedeamento dos navios Baependi, Almirante Benévolo e Araraquara, em 1942 nas costas de Sergipe; CONSIDERANDO que este ato de barbárie vitimou brasileiros inocentes e indefesos; CONSIDERANDO que esse atentado nazifascista foi um insulto a nossa soberania; CONSIDERANDO que a nossa história, repleta de tradições gloriosas não pode olvidar ou negligenciar tais fatos; CONSIDERANDO que as novas gerações precisam cultuar no heroísmo e valor de seus antepassados a honra e soberania da pátria decreta: Art.1º- Fica o Monumento “Cemitério dos Náufragos”, situado no povoado Mosqueiro, município de Aracaju, elevado a “Monumento Histórico”, por guardar despojos e perpetuar a memória daqueles que, vitimados tombaram inocentes, clamando pela paz. Disponível em: (Cemitério dos Náufragos agora é monumento histórico. Jornal da Cidade. 01 e 02.07.1973)

⁹³ Marcos Pinheiro pediu demissão da SEC. *Gazeta de Sergipe*. 29.02.1972.

João Cardoso Nascimento Junior⁹⁴ (ex-reitor da Universidade Federal da Sergipe), assumiu temporariamente o expediente da SEC Amintas Garcez, assessor administrativo.

Gozando de prestígio no âmbito nacional pelos serviços prestados como primeiro reitor da UFS, num período politicamente conturbado para a Universidade, que vivenciava o paradoxo entre o incentivo e a censura do regime, João Cardoso Nascimento Junior, fora aclamado pela “opinião esclarecida do Estado”, conforme afirmava a *Gazeta de Sergipe* em seu editorial do dia 03 de junho de 1972. Sua experiência e perfil diplomático eram vistos como requisitos mais que suficientes para o público abraçar a escolha e crer na sua capacidade de “solucionar os problemas culturais, do ensino médio e primário, além dos administrativos.

Apesar da Secretaria de Educação e Cultura vir realizando um bom trabalho através do DCPH, a ala intelectual cobrava constantemente através da imprensa a formulação, bem como a execução de uma política cultural integrada à estratégia de desenvolvimento que vinha se processando no cenário nacional. Em meio a essa mobilização do campo, enfatizavam que Sergipe não poderia se alhear e permanecer indiferente ao processo e que para o Estado, traçar uma política para a cultura era tão importante quanto pensar no desenvolvimento da economia, aliás, “desenvolvimento é uma coisa integrada”. Segundo o texto do editorial:

Temos tudo o que pode se constituir num complexo cultural e devemos sistematizar isso para o enriquecimento da própria teoria nacional. Não podemos mais desperdiçar os nossos monumentos históricos, cabedal de um passado que pouco conhecemos nas escolas e nos livros, as nossas igrejas, as raízes do folclore, e mais todas as instituições que foram construídas para disseminar a cultura entre nós (Política Cultural. *Gazeta de Sergipe*. 06 de julho de 1972).

Numa outra perspectiva o artigo intitulado *Cultura: Necessária uma tomada de consciência nacional*, a *Gazeta* publicou uma entrevista concedida por José Sarney, à época senador (ARENA-MA), acerca justamente do problema da cultura no Brasil. Em seu depoimento ele diagnosticava que, além da gravidade do cenário cultural existente no país naquele contexto, o estado manifesto de uma “aparente inércia” desse campo, mesmo após as reformas e incentivos que já vinham se processando dentro do MEC, perduraria ainda por muito

⁹⁴Natural de Piquete-SP, João Cardoso Nascimento Junior formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Falecido em 1988, o primeiro reitor da Universidade Federal legou à instituição a instalação dos cursos de Odontologia, Engenharia Química, Licenciatura em Química, Ciências Biológicas, Matemática, Física, além dos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Conciliador e diplomático, João Cardoso também resistiu às exigências dos militares para expulsar estudantes que participavam das agitações do movimento estudantil em 1968. Para não os desligar da vida acadêmica, “suspendeu os direitos políticos estudantis dos integrantes”.

tempo. Segundo pontuava Sarney, “a reação desse setor não corresponde a velocidade dos incentivos”.

Para ilustrar sua fala, estabeleceu um paralelo com os assuntos educacionais enfatizando ser muito mais fácil construir escolas num espaço relativamente curto de tempo, “para tanto, bastam as verbas, a decisão de construir e os elementos materiais à construção”, já no setor cultural, frisa ele, os resultados jamais poderiam ser alcançados da mesma forma, sobretudo porque “o MEC sozinho não poder ser a andorinha do verão cultural, é necessária uma tomada de consciência nacional”⁹⁵.

A partir dessas passagens constatamos a percepção que se tinha dentro do próprio movimento de construção da cultura no Brasil por parte do Estado, se aos olhos da classe política e intelectual esclarecida a situação era vista com certa morosidade, para o público de maneira geral, as ações no campo só seriam sentidas muito mais tardiamente, após a realização de algo realmente concreto, visível, acabado.

A partir da compreensão integral desse processo de racionalização do campo é que buscamos situar e justificar muitas vezes as críticas relativas a inatividade do DCPH em Sergipe, mesmo este demonstrando grande esforço no desempenho de suas funções no Estado. Apesar de externamente parecer algo simples, as ações nesse campo exigiam mais que incentivos, demandavam estrutura, estudo, qualificação de pessoas etc.

Apesar de ser apenas uma ponta dessa complexa rede de preservação, voltada à construção e formalização da memória nacional, Núbia Marques afirmava a importância da instituição no estímulo ao reconhecimento e desenvolvimento da cultura local, ou seja, da arte, dos costumes, manifestações, em suma, das tradições da gente sergipana:

Dentro das limitações do nosso meio, o Departamento vai na luta por uma mudança de mentalidade em torno da cultura que sempre esteve exposta a senha dos vândalos e dos indiferentes [...] pouco se faz em termos de cultura e partimos do princípio de que ela é a presença do desenvolvimento. Todo país desenvolvido olha sua cultura com um cuidado especial e faz da preservação da mesma meta de ação. Não tem sido tarefa fácil levar a efeito tais intentos em Sergipe que durante anos, continuamente, teve seu patrimônio vilipendiado, esquecido, malcuidado, porque não se tinha noção da importância de zelo pelo que é tradicional. O cuidado com as nossas tradições era muito mais olhado pelos intelectuais, isoladamente, do que partindo de uma política governamental.⁹⁶

⁹⁵ Cultura: É necessária uma tomada de consciência nacional: Gazeta de Sergipe. 19.07.1972.

⁹⁶ Relatório do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. 25.09.1972.

O grande diferencial do DCPH enquanto política governamental, advinha sobretudo do comprometimento dos intelectuais atuantes no seu gerenciamento, que conscientes do seu papel público e político, contribuíram sem reservas para resguardar práticas e representações culturais que nos definem enquanto grupo social comum, ou seja, por meio da participação no Estado, esses profissionais, utilizando-se da autoridade que lhes era competida, realizaram aquilo denominado por Henry Rousso como “trabalho de enquadramento da memória” (seleção e construção de referências socioculturais).

O engajamento a um projeto dessa natureza não cabia àqueles que buscavam apenas vaidade ou afirmação entre os pares, para além do conhecimento, a posição de “vigilante do patrimônio” exigia esforço, vontade, quase uma vocação. Tomando por base a sua experiência de sucessão, Núbia Marques pontuava em muitos momentos a necessidade de parceria entre as administrações com vistas ao alcance dos objetivos estipulados para a melhoria do quadro cultural sergipano. Sob sua gestão, deu continuidade às pesquisas e ao levantamento do Patrimônio Histórico e artístico iniciado por Beatriz Góis Dantas.

Figura 11: Núbia Marques em reunião no DCPH. Da esquerda para a direita Urbano Oliveira, Wagner Ribeiro, Núbia Marques, mulher não identificada e Santo Souza.



Fonte: Dissertação de Elaine Almeida Aires Melnikoff, Mestrado em Educação, UFS, 2014.

Ao longo de 1972, o Departamento contribuiu ainda com as seguintes promoções: curso de museologia⁹⁷, ajuda financeira aos grupos folclóricos, pesquisa e documentação de danças e

⁹⁷ Curso de Museologia. Jornal da Cidade. 04.04.1972.

folguedos, divulgação e incentivo às obras literárias sergipanas, lançamento do livro “Fatos Folclóricos”⁹⁸(produzido e editado pelo DCPH), doação de materiais à realizações de eventos e atividades produzidas pelas entidades culturais cadastradas, exposição de fontes históricas pelo Sesquicentenário da Independência, colaboração e participação no II Encontro de Poesia Falada do Nordeste, participação na elaboração no plano de restauração da Cidade de Laranjeiras e elaboração do projeto da Casa de Leitura João Ribeiro⁹⁹.

Segundo o *Jornal da Cidade*¹⁰⁰, 1972 foi um ano bastante expressivo para os folcloristas sergipanos, sobretudo, pelo destaque de Jackson da Silva Lima com a obra “O Romanceiro em Sergipe”, vencedora do “Prêmio Sílvio Romero” de Folclore (concurso nacional) e pelo trabalho primoroso de Beatriz Góis Dantas lançado no mesmo ano pela Editora Vozes, “A Taieira de Sergipe”.

Por ocasião da repercussão dos trabalhos, a reportagem conduzida pelo jornalista Vladimir Carvalho afirmava orgulhosamente ser Sergipe “um berço de folcloristas”, desde Sílvio Romero, João Ribeiro, até os novos nomes que despontavam à luz de muito trabalho e dedicação. A matéria aproveitava ainda a ocasião pela vitória de Sergipe no folclore brasileiro para chamar atenção do Estado, através do DCPH, no apoio à publicação das obras.

No esforço para se manter sempre atuante, a diretoria do DCPH participava de seminários nacionais, promovia encontros de cultura, cursos de folclore sergipano, incentivo a participação dos artistas plásticos sergipanos na Bienal de Artes Plásticas de São Paulo. Em relação ao cinema, promoveu juntamente com o Instituto Goethe de Salvador o “Estudo histórico e analítico do cinema Alemão”¹⁰¹ e com a Aliança Francesa e Diários Associados, um seminário sobre “O Estudo Sintético do Cinema Francês”¹⁰².

A coluna artes e show, assinada por Viera neto no *Jornal da cidade*, edição dos dias 22 e 23 de julho de 1973¹⁰³, trazia a experiência do jornalista ao assistir uma exibição de Toré realizado por indígenas provenientes de tribos da Bahia e Pernambuco a convite de Núbia

⁹⁸ Um Livro documentando adivinhações, trava línguas, brincadeiras infantis, ou seja, “o folclore sergipano no que ele tem de mais puro e ingênuo”. A obra foi resultante de um trabalho de pesquisa iniciado por Beatriz Góis Dantas, continuado por Núbia Marques e que contou com a colaboração de Terezinha Oliva. Matéria disponível em: Lançado Livro “Fatos Folclóricos”. *Jornal da Cidade*. 11 de janeiro de 1972

⁹⁹Concluída no fim de 1973 por meio do Decreto nº 2726, a Casa cultural de João Ribeiro teve também seu regimento interno elaborado pela SEC, através do DCPH. Em convênio com o Instituto Nacional do Livro – INL foi implantada uma biblioteca além de um minimuseu do escritor.

¹⁰⁰ A vitória de Sergipe no Folclore Brasileiro. *Jornal da Cidade*. 30.08.1972.

¹⁰¹O Estudo era coordenado pela Prof. Núbia Marques (Diretora do DCPH), Terezinha Oliva (Diretora do Arquivo Público), Edvaldo de Assis (Diretor da Biblioteca Pública), José Waldir dos Anjos (Prof. de Filosofia da UFS), Além dos Críticos Vieira Neto, Clóvis Melo e Alberto Sá. A coordenação geral ficou por conta de Djaldino Mota Moreno e Augusto César. Disponível em: Cinema Alemão. *Jornal da Cidade*. 17.07.1973.

¹⁰²Aberto Estudo Sintético do Cinema Francês. *Jornal da Cidade*. 13.10.1973.

¹⁰³ Fui com Núbia ver o “Toré”. *Jornal da Cidade*. 22, 23.07.1973.

Marques. Durante seu relato, Viera Neto amargava a decepção pela falta de apoio da EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo à apresentação do grupo em Sergipe e em contrapartida, parabenizava o DCPH e em especial a sua diretora pelo acolhimento e assistência, mesmo dispondo de poucos recursos.

A exibição do espetáculo se deu no Sítio Procópio (localização não informada) e foi documentada com entusiasmo por Núbia, apontada pelo crítico como “uma incansável batalhadora em prol do desenvolvimento cultural do nosso Estado”.

Figura 12: Índios Pernambucanos (Pankararu) em Apresentação em Sergipe. Ao lado de Núbia Marques estava o colunista social João de Barros.



Fonte: Dissertação de Elaine Almeida Aires Melnikoff, Mestrado em Educação, UFS, 2014.

Atrelado as realizações estavam os desafios, sempre uma constante. Em meio aos muitos enfrentados, a falta de conscientização da população figurava talvez como uma ação mais nefasta do que os danos causados pelo próprio tempo. Mais complicado ainda, é quando a descaracterização do bem cultural partia justamente de onde deveria vir o suporte, da classe política.

Como já citamos no Capítulo anterior, o DCPH enfrentou vários problemas com a prefeitura de São Cristóvão, cidade histórica por decreto estadual desde 1938, patrimônio Histórico-cultural tombada pelo IPHAN, quarta cidade mais antiga do país desde 1967 e não menos importante, palco do representativo FASC desde 1972.

“S. Cristóvão: Prefeito descaracteriza Praça Branca” com esse título, a edição do *Jornal da Cidade* do dia 02 de junho de 1973 anunciava com pesar e espanto a tamanha falta de consciência pelo ato de vandalismo ao patrimônio histórico cometido mais uma vez pelo prefeito da cidade. O motivo da intervenção no prédio histórico era o mais inadmissível possível, “Para não deixar seu carro ao relento, resolveu o prefeito derrubar parte do prédio localizado na esquina da Praça Branca para fazer uma garagem moderna para o seu veículo”¹⁰⁴. Além de colocar por terra todo o esforço de preservação feito pelo DCPH, essa atitude cometida pela autoridade municipal era condenável não só pela agressão ao patrimônio, mas também por ter se dado, segundo a matéria, num ano simbólico, o “ano do Turismo” da cidade.

Seguindo o ritual hierárquico, o caso de descaracterização foi denunciado pelo DCPH ao CEC e relatado pela Secretaria de Educação e Cultura ao Distrito do IPHAN de Salvador para as devidas providências, pois o atentado proposital do Senhor Cledivaldo Oliveira feria as leis de tombamento e vindo de uma autoridade, era um péssimo exemplo frente ao trabalho de educação e conscientização patrimonial que se buscava desenvolver na comunidade, era como retroceder dez passos num caminho já trilhado com muitas dificuldades.

Atos como esse não foram exclusivos da cidade de São Cristóvão, outras cidades também enfrentaram problemas semelhantes advindos da onda de modernização dos centros urbanos. Em Estância, O INPS queria demolir um prédio de azulejos portugueses para construir sua sede naquela cidade, diante de situações como essa, nada poderia fazer o DCPH além de formalizar a denúncia ao Conselho.

Não bastasse isso, pessoas não credenciadas pelo DCPH aproveitavam-se da ingenuidade do interiorano para praticarem roubos ao patrimônio artístico. Como medida de segurança, o Departamento enviou-se uma circular a todas as prefeituras do Estado listando os nomes das pessoas habilitadas pelo órgão para desenvolver pesquisas ou atividades técnicas, dentre eles estavam: Terezinha Oliva, Ana Conceição, Marlene Ataíde, Andreлина Melo e Zenildes Silva.

Afora a falta de verbas e de pessoal para a execução de programas, tanto o CEC, quanto o DCPH assistiam passivamente a invasão de suas atribuições pelo setor de turismo de Sergipe¹⁰⁵, segundo Wagner Ribeiro, presidente do Conselho à época, “assim o faziam por

¹⁰⁴ S. Cristóvão: Prefeito descaracteriza Praça Branca. *Jornal da Cidade*. 02 de junho de 1973.

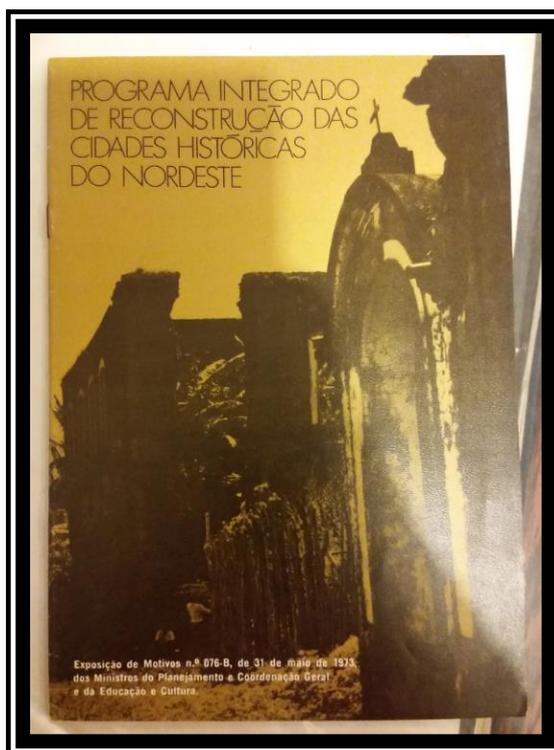
¹⁰⁵ O primeiro passo para o desenvolvimento do Turismo em Sergipe foi dado pelo Governo Paulo Barreto de Menezes no dia 1º de maio de 1972, data de criação da Empresa Sergipana de Turismo – EMSETUR.

serem órgãos conscientes de que não tem condições de chamar para si as tarefas que lhe estão sendo subtraídas”¹⁰⁶.

Nesse ano de 1973, os organismos voltados para o Turismo Cultural ganhavam ainda mais força em função da implantação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH)¹⁰⁷, iniciativa que representava um marco na história das políticas públicas por romper “o isolamento do IPHAN com a negociação de convênios interministeriais visando a integração da preservação do patrimônio com o desenvolvimento nacional” (AZEVEDO, p. 35).

Na figura abaixo, temos a imagem do livreto com a exposição dos motivos nº 076-B, de 21 de maio de 1973, que instituiu o programa. O documento em questão, é originário da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (seplan), com dotação específica de recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados.

Figura 13: Capa do Livreto – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste.



Fonte: Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico

¹⁰⁶ A cultura agoniza, diz presidente do Cons. de Cultura. Jornal da Cidade. 28.06.1973.

¹⁰⁷ Por iniciativa conjunta do MEC-DAC e Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan-PR), mas envolvendo também os Ministérios do Interior e da Indústria e Comércio, reuniram-se, em janeiro de 1973, representantes do IPHAN, Seplan-PR, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), para estudarem a situação do patrimônio cultural do Nordeste, sua recuperação e aproveitamento turístico.

Alinhado aos os debates que vinham se processando internacionalmente no contexto dos anos 1970 (ampliação da noção de patrimônio e novas correntes do pensamento preservacionista), a administração do IPHAN deixou de se preocupar com o monumento de forma isolada, e, em função do crescimento econômico e do processo de modernização das cidades, passou a se concentrar na organização de planos de conjuntos urbanísticos, visando a preservação e desenvolvimento dos núcleos históricos. Tecnicamente, a ideia do programa criado para fins turísticos consistia em “diminuir os desníveis regionais do país, ao tempo que valorizava e inseria na vida contemporânea centros históricos e monumentos marginalizados” (AZEVEDO, p.36).

A repercussão da inserção do patrimônio histórico e artístico sergipano dentro do quadro de desenvolvimento do país através do PCH foi de grande entusiasmo entre os que já lutavam pelo reconhecimento e defesa do seu valor cultural. Em matéria publicada na *Gazeta de Sergipe*, Luiz Antônio Barreto falava sobre a inclusão de São Cristóvão e Laranjeiras no Programa¹⁰⁸ e sobre a necessidade de organização e trabalho do estado para esse fim:

O Governo Federal definiu o seu interesse por cidades históricas do Nordeste, desde a velhíssima Salvador até Alcântara e São Luís no Maranhão. Daqui de Sergipe, São Cristóvão e Laranjeiras estão na trilha das autoridades, o que não surpreende aos sergipanos moradores no Estado, nem aos que há muito tempo defendem a manutenção e a preservação do patrimônio histórico e artístico do país, um dos mais expressivos do mundo se notado pelas características do tempo e dos meios como se processaram as presenças colonizadoras. A definição da autoridade coloca aos estados a responsabilidade de arrumar a casa, prepararem o ambiente para que esse interesse não morra sufocado, como muitos planos e programas morreram no Brasil (Cidades Históricas, *Gazeta de Sergipe*, 28 e 29 de janeiro de 1973).

A criação da EMSETUR por si só não teria condições de alavancar o desenvolvimento do turismo em Sergipe. Assim como a cultura, ou qualquer outra área, era necessário que o Estado se mobilizasse na construção de uma política local que permitisse o desenvolvimento do setor, de uma forma verdadeiramente integrado. Um discurso recorrente na imprensa à época

¹⁰⁸ O projeto do Estado de Sergipe visando a restauração das cidades de Laranjeiras e São Cristóvão foi aprovado com distinção. Os recursos aprovados resultaram num montante de um milhão quinhentos e oitenta mil cruzeiros assim distribuídos: Para São Cristóvão: Museu de Arte Sacra e Convento São Francisco CR\$308.000,00; Museu do Estado CR\$146.000,00; Restaurante São Cristóvão CR\$ 250.000,00; Elaboração preliminar do plano diretor CR\$40.000,00. Para Laranjeiras: Mercado municipal de Laranjeiras CR\$ 250.000,00; Casa Achiles Ribeiro CR\$ 150.000,00; Casa de João Ribeiro CR\$ 100.000,00; Trapiche - Centro Folclórico CR\$300.000,00; e elaboração do relatório preliminar CR\$40.000,00. Disponível em: Aprovado plano de reconstrução das cidades históricas. *Gazeta de Sergipe*. 14.07.1973.

era que Sergipe ainda não havia despertado para a importância do turismo, nem do patrimônio como instrumento de desenvolvimento e gerador de riqueza.

Em sua edição do dia 24 de janeiro de 1973 a Gazeta pontuava que “Sol e praia... somente os Estados centrais não os possuem, e daí porque defendemos a tese de que a cultura através da tradição, da arte e do folclore seja o motivo principal em torno do qual implantaremos a indústria do turismo em Sergipe”¹⁰⁹. À concretização desse objetivo, deveriam atuar coordenadamente EMSETUR, DCPH, CEC e UFS.

Conforme a recomendação do Compromisso de Salvador nos seus itens 22 e 23, a EMSETUR elaborou juntamente com as prefeituras municipais o Calendário Turístico¹¹⁰ do Estado de Sergipe. A produção contou também com um levantamento folclórico realizado pela professora Núbia Marques, sendo posteriormente editado em português e inglês.

Para além do civismo, percebemos ter sido o turismo a grande mola propulsora à manutenção da rede nacional de preservação ao patrimônio no Brasil. E a julgar pela crítica realizada pelo presidente do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe, Wagner Ribeiro, acerca da subtração de algumas atividades que competiam ao DCPH, percebemos que a finalidade econômica do patrimônio era muito mais urgente do que o cuidado com o patrimônio em si.

Como já fora citado, a construção de uma secretaria de cultura era algo frequentemente apontado como alternativa para solucionar os problemas da área, mas seria mesmo? De acordo com o cenário exposto até aqui, cremos que o reforço ao DCPH era algo muito mais próximo e possível para suprir temporariamente as necessidades culturais do Estado. Se em meio as dificuldades o Departamento já conseguiu esboçar contribuições importantes, bem assistido, faria muito mais. Essa situação enfrentada pelo DCPH, logicamente não era exclusiva, em muitas outras localidades, a criação de instituições semelhantes sequer chegou a sair do plano das intenções.

Nesse segundo momento demos ênfase, ao período intermediário do DCPH, classificado como a fase de consolidação da instituição em Sergipe. Administrado pela Prof. Núbia Marques, essa segunda fase institucional assinalou a criação e desenvolvimento de uma espécie de rotina de trabalho para o órgão, que diferentemente de sua fase inicial (mais focada na preparação, elaboração de regimentos etc.) passou a ter uma presença mais incisiva e direcionada ao fomento das produções artístico-culturais.

¹⁰⁹ Turismo. Gazeta de Sergipe. 24.01.1973.

¹¹⁰ EMSETUR elabora Calendário Turístico. Gazeta de Sergipe. 22.01.1974.

A personalidade forte e o comprometimento de Núbia Marques com a causa social foi crucial para demonstrar trabalho em meio aos constantes desafios. A falta de recursos sem dúvida alguma abateu bastante a instituição que vislumbrava voos muito maiores diante de toda expectativa em torno do planejamento para o setor e dos incentivos advindos dos diversos fundos e organismos responsáveis pela condução do processo de descentralização das ações de preservação.

Percebemos também nesse momento um número maior de manifestações e críticas à atuação do DCPH, isso se deve a muitos fatores conforme abordamos aqui (desassistência da imprensa em alguns momentos, falta de estrutura, de pessoal, de recursos etc). Porém diante de tantos empecilhos e da fragilidade a que era comumente submetido em algumas situações, o DCPH não permaneceu estanque, pelo contrário, esforçou-se com o que tinha para cumprir minimamente seu cronograma de atividades, o que naquelas circunstâncias já representava muito para o Estado.

CAPÍTULO 3

O PONTO FINAL: A GESTÃO TEREZINHA OLIVA E O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO DCPH EM SERGIPE

A terceira e última fase do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico nos impõe como desafio para este capítulo um exercício de compreensão acerca dos eventos e circunstâncias que contribuíram de forma gradativa para o desligamento do órgão executivo da SEC por parte da administração pública estadual no ano de 1975. Por uma questão não só lógica, mas de pertinência (tendo em vista o trabalho notório que fora realizado pela instituição em tão pouco tempo), o questionamento que prontamente se apresenta à nossa investigação é: Por que um centro de ação cultural tão cobrado e necessário para Sergipe teria sido desinstalado nesse momento?

Diante dos muitos problemas operacionais enfrentados e relatados até aqui, diagnosticados sobretudo com base na experiência cotidiana extraída das gestões anteriores, era nítido que o Departamento inspirava maiores cuidados e atenção do poder público. O sentimento que se tinha à época, quando do momento de estudo e especulação à contratação do novo gestor (a) (terceiro na linha de sucessão), era de que a nova fase por ele dirigida pudesse dar conta de promover o desempenho necessário e inadiável à permanência do DCPH enquanto política oficial de cultura do estado, pois, a essa altura, o Departamento já vinha sofrendo duramente com o peso das críticas, sendo taxado muitas vezes de “inoperante”.

Embora o agente cultural funcionasse como uma mola propulsora do órgão, empenhando-se no seu papel e fazendo o que estava sob o seu alcance para realizar as atividades referentes ao programa cultural, como seria possível alterar a ordem das coisas se as condições de trabalho permaneciam as mesmas? Escassas. Como seria viável solucionar as diversas questões que se avolumavam sem dispor de uma estrutura própria para a área? É tomando como referência essas constatações, que nos lançamos à análise dos últimos momentos do DCPH, período em que logicamente todas essas questões passaram a ser não só sentidas, mas discutidas com maior intensidade através da mídia impressa, sempre atuante nesse contexto, seja para promove-lo ou para criticá-lo.

Apesar do interesse claramente manifesto do Estado autoritário em promover o patrimônio histórico e artístico nacional como lugar de memória, bem como de todos os esforços reunidos e recursos despendidos na construção de uma cadeia articulada de instituições

culturais voltadas à produção e vulgarização do conhecimento histórico, a garantia de que essa política fosse um completo sucesso em todos os estados certamente não estava sob o controle do Ministério, pois num país de dimensões continentais como o Brasil, cada região responderia aos anseios do governo federal de acordo com seu ritmo de desenvolvimento, ou seja, obedecendo as suas condições e particularidades.

Nesse sentido, podemos afirmar que o movimento cultural do qual fazia parte o DCPH teve um amplo alcance e repercutiu de maneira positiva nas diversas localidades? Sim, é certo que sim, pois estamos levando em consideração a importância do seu propósito e a mobilização que provocou no setor. Mas, é importante frisar também que esse movimento se deu de forma singular em cada uma delas, algumas com mais, outras com menos êxito.

No caso de Sergipe que não possuía à época qualquer instituição cultural com a finalidade exigida pelo governo federal para tratar das questões relativas ao patrimônio histórico, foi bastante difícil, como vimos, dar forma e principalmente efeito a ideia do DCPH por uma série de motivos (burocracia, recursos escassos, carência de uma legislação local, estrutura física, e de suporte ao trabalho dos agentes, dependência da SEC).

Além do que, um projeto como esse tratava-se de um investimento arriscado e que oferecia reduzidas chances de sucesso para o profissional que se lançasse ao desafio de explorar um campo até então negligenciado e visto como supérfluo pelo governo local. Não fosse por uma determinação legal externa, certamente levaria ainda alguns anos até que as autoridades locais despertassem não só à consciência do valor, mas principalmente para o dever do Estado de preservar e promover símbolos e representações histórico-culturais.

Ante todas as adversidades destacadas, percebemos que o despreparo de Sergipe para lidar com as demandas expostas no Compromisso de Brasília nesse momento, soava tão nítido quanto a necessidade imperiosa de se realizar uma mobilização à cultura local. Apesar do caráter urgente e indiscutivelmente essencial de uma iniciativa como essa para promover o desenvolvimento integrado do Estado num contexto em que o Brasil buscava modernizar-se, acreditamos que o surgimento do DCPH tenha sido algo prematuro, não do ponto de vista da ideia, é claro, mas no sentido concreto da ação, mas por quê?

Com base nas fontes analisadas, avaliamos que o fato da sua criação ter se dado de forma quase instantânea (em função de uma medida obrigatória) e sem um estudo prévio mais detalhado das reais condições do governo sergipano para se lançar a tal empreitada, possa explicar, ao menos em parte, muitas das dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória e possivelmente o seu fim enquanto política.

Como sabemos, ao contrário de outros setores a cultura não é um campo que corresponde imediatamente à velocidade dos incentivos, é algo que requer tempo, planejamento e por que não sensibilidade? Neste capítulo dedicado a contemplar a experiência e a administração da historiadora Terezinha Alves de Oliva, oficialmente a última gestora do DCPH, nos lançaremos à análise do contexto de dissolução do órgão, seu legado e o seu porvir.

3.1 – “Do estágio à direção”: a trajetória da historiadora junto ao DCPH.

A relação de Terezinha Oliva com o DCPH revelou-se para nós um dos elementos mais interessantes desta pesquisa. Ao manifestar tal afirmação, não estamos visando, é claro, classificar ou estabelecer níveis de importância entre gestões, pessoas ou suas respectivas vivências, pois, entendemos que cada uma delas é singular e igualmente relevante para a construção do nosso estudo.

O fato é que, diferente de Beatriz Góis Dantas e Núbia Nascimento Marques, que estavam ligadas ao órgão única e exclusivamente pelo papel do agenciamento e gestão cultural, Terezinha Oliva oferece-nos uma visão do DCPH pautada sob uma dupla perspectiva: a da estudante universitária que integrou a primeira equipe de trabalho na função de estagiária e posteriormente já formada, a da profissional especializada contratada para dirigir o órgão. Através desta constatação, avaliamos que sua experiência e percepção (adquirida por meio desses dois papéis assumidos junto a instituição), nos servirá como base para estabelecer comparativos com outras versões, no intuito de reforçar alguns dados, complementar outros etc.

O processo de formação da historiadora na primeira metade da década de 1970 conecta-se em grande parte, como veremos, à própria trajetória do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. Essa ligação explica-se sobretudo pelo fato do DCPH estar diretamente relacionado aos interesses da recém fundada UFS, e em particular, aos dos pesquisadores vinculados ao Departamento de História, que neste período, conforme já fora exposto em outra ocasião, ansiavam por encontrar meios para promover a retomada da pesquisa histórica em Sergipe.

A partir do entrosamento entre ambas as instituições, algo já previamente recomendado pelo Compromisso de Brasília como caminho à preservação das fontes e conseqüentemente ao desenvolvimento da historiografia regional, é estabelecido o convênio para o projeto de reorganização do Arquivo Público do Estado, ato que marca o início desse processo e também o início da história de Terezinha Oliva, ainda graduanda, junto ao DCPH.

Para traçar o curso de sua experiência até a administração do Departamento propriamente dito, julgamos pertinente trazer à compreensão de todos aspectos importantes de sua vida (origem, formação social, profissional, repertório de influências, redes de sociabilidade etc.) para não só nos possibilitar entender, mas precisar sua atuação e contribuição enquanto sujeito histórico no processo de (re) construção da memória cultural sergipana operado na década de 1970.

Nascida em 06 de junho de 1950, sergipana, natural de Riachão do Dantas, Terezinha Alves de Oliva tem em sua origem “pequenos proprietários rurais de prole numerosa e rígida formação católica”¹¹¹. Primogênita dos dez filhos do casal João Oliva Alves e Maria Alves Oliva, aos quatro anos de idade migrou com sua família para Aracaju, o motivo? O mesmo de muitas famílias interioranas: a busca por uma perspectiva de futuro. À época, Riachão do Dantas não oferecia possibilidades de prosperidade para os que ali insistiam em ficar e para os que almejavam desenvolver-se economicamente e sobretudo do ponto de vista intelectual, a vinda para capital tornava-se necessária, quase obrigatória.

Em entrevista concedida ao Professor e historiador Dr. Antônio Lindvaldo Sousa, ela contextualiza esse processo migratório da seguinte maneira:

“A política violenta, polarizada pelos embates entre PSD e UDN e a falta de perspectivas de futuro, provocaram a decisão dos meus pais de virem para Aracaju. Riachão era, em meados dos anos cinquenta, um município agrário onde predominava a grande propriedade, castigado pelos efeitos da “indústria da seca”, marcado pela pobreza, pelo desemprego e pela emigração; esta situação era agravada pelo declínio completo do pequeno comércio local, sob o influxo da rodovia e da atração exercida pelos centros regionais de Lagarto e Tobias Barreto. A pequena cidade tinha um modo de vida bastante rural, o que se agravou quando as disputas políticas motivaram o corte da luz elétrica e o abandono das praças e ruas”¹¹².

Apesar dos altos índices de analfabetismo que acometia a população riachãoense à época (decorrente em grande parte da característica essencialmente rural da cidade, bem como de todas as limitações à formação escolar provenientes do meio), Terezinha Oliva ingressou no Jardim de Infância Augusto Maynard, em Aracaju, já alfabetizada, e, diante de sua habilidade para a leitura e para a escrita, foi transferida no ano seguinte para o Colégio Patrocínio São José, um colégio de classe média onde passou imediatamente do pré-primário ao primeiro ano,

¹¹¹ Entrevista publicada em Cadernos de História UFS, edição nº 11.

¹¹² Idem.

aos sete anos de idade. Nessa instituição de educação católica, estudou do primário e ao quarto ano ginásial (equivalente nos dias atuais ao 9º ano, ensino fundamental).

Seja no espaço escolar ou em casa, sua formação sempre foi muito rigorosa, tecida sob olhares vigilantes que a condicionavam a corresponder a um determinado padrão social/ideal de comportamento feminino. O ambiente religioso do colégio de freiras exigia-lhe sempre muita disciplina e empenho nas atividades escolares, e isso de certa forma, acabou por colaborar estimulando seu gosto pelo conhecimento e sobretudo pelo universo literário. Nessa época, engajou-se em diversos projetos de socialização, presidiu a “Cruzada Eucarística” e contribuía também com pequenos artigos para o Jornal Mural da escola, dando assim o pontapé à sua iniciação.

Aos doze anos de idade, participou de uma seleção para a Academia Sergipana de Letras dos Jovens Estudantes, um movimento literário paralelo à ASL- Academia Sergipana de Letras criado pela escritora Carmelita Pinto Fontes, professora do Colégio de Aplicação (à época GA – Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia). Essa experiência segundo a historiadora, foi fundamental em sua vida porque para além da escrita, as atividades do grupo (apresentação pública das crônicas, participação de saraus) estimulavam o desenvolvimento da comunicação, expressão e permitia também a convivência com alunos de outras instituições educacionais etc.

Esse movimento literário jovem, inicialmente voltado para o alunado do GA, teve grande importância e visibilidade na sociedade aracajuana¹¹³ durante o período em que permaneceu ativo, sobretudo porque os estudantes da instituição eram provenientes de uma classe social elevada e média, então as ações do grupo acabavam ganhando espaço na imprensa, em eventos públicos, sociais etc. Posteriormente, após a abertura da Academia aos colégios públicos de Aracaju, o projeto ganhou um propósito e dimensão ainda maior, dando oportunidade à descoberta de talentos, como o do futuro poeta e intelectual Amaral Cavalcanti dentre muitos outros.

Passada a fase ginásial, fez o Curso Clássico¹¹⁴ no tradicional Colégio Atheneu. Questionada se o gosto pela história teria advindo daí, Terezinha Oliva prontamente responde

¹¹³ A produção do grupo (que variava de trabalhos escolares, poesias, editoriais, resenhas de livros, homenagens e informações gerais de interesse da juventude) era publicada semanalmente na coluna “Pequenos Escritores”, posteriormente intitulada “Jovens Escritores” mantida pela Professora Carmelita Pinto Fontes sob o pseudônimo de “Gratia Montal” no jornal A cruzada. Jornal do qual ela e João Oliva, eram redatores à época.

¹¹⁴ Curso de Humanidades, curso voltado para quem queria seguir carreiras “não científicas”. Era um curso voltado para línguas (português, francês, inglês, latim), história, filosofia, literatura. Além o Curso Clássico, havia também o pedagógico, voltado à formação de professores e o científico.

que não justificando ter tido experiências bastante distintas com relação a disciplina durante o período em que esteve na instituição, uma boa, com a professora Maria Auxiliadora, e uma ruim logo no momento do seu ingresso conforme nos revela na seguinte passagem:

“Ingressei no Atheneu era 1965, ditadura militar inaugurada. Imediatamente o professor de história foi substituído por um coronel do exército e este homem decorava o livro de Antônio José Borges Hermida passando a aula inteira andando de um lado para o outro com as mãos para trás declamando Borges Hermida. Foi esse o meu ensino do primeiro clássico! Então daí não tinha como sair minha vocação. Mas, eu tinha uma mãe que apesar de ter feito apenas a primeira série do ensino ginasial no Colégio da Capela, gostava muito de memória, tinha uma veneração por D. Pedro II, chegando a votar inclusive no plebiscito pela monarquia (risos), então falava-se muito nessas coisas. Depois tinha papai, que é uma figura central da minha formação”¹¹⁵.

Com um pai jornalista, o ambiente em casa tornava-se propício ao seu desenvolvimento intelectual, assuntos como política e cultura eram comumente discutidos no cotidiano da família e o estímulo pela leitura era constantemente alimentado por livros que ganhava de presente, muitos deles até inapropriados para sua idade à época, como a coleção “História do Brasil”, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, que acabou ficando como uma espécie de referência.

Não bastasse isso, seu capital cultural advinha também do acesso a bens e outras experiências culturais enriquecedoras vivenciadas ainda na infância dado ao fato de que “assistia aos concertos, peças de teatro e espetáculos de balé trazidos pela Sociedade de Cultura Artística de Sergipe, ia aos festivais de cinema do Cine Palace, e aos catorze anos acompanhava o meu Pai aos debates filosóficos promovidos por um grupo de intelectuais católicos, alguns de tendência esquerdista”¹¹⁶.

Também por influência do pai, abandonou a ideia de fazer Letras e em março de 1968 começou a cursar história na Faculdade Católica de Filosofia (cerca de dois meses antes da Fundação da UFS). Nesse ano, reconhecidamente marcado por manifestações do movimento estudantil, passou a ter contato com uma nova realidade e sobretudo com professores-referência da recém fundada universidade que lhe marcaram profundamente influenciando-a ao longo de sua carreira, eram eles: Silvério Fontes, Maria Thétis Nunes, Juan Jose Rivas Pásqua, Pe. Luciano Duarte, Frei Florêncio Pecorari, Luiz Rabelo Leite, Ovídio Valois Correa, Maria da Glória Santana de Almeida, Maria de Lourdes Amaral Maciel, Maria de Andrade Gonçalves,

¹¹⁵Entrevista à autora em 13 de junho de 2018, Aracaju/Se.

¹¹⁶Entrevista publicada em Cadernos de História UFS, edição n° 11.

Giselda Morais, João Costa, Luiza Maria Gonçalves e Beatriz Góis Dantas, com quem teve maior vivência e proximidade pessoal.

Como sabemos, o ambiente escolar e universitário proporciona, via de regra, espaço à socialização, bem como para o estabelecimento de vínculos com pessoas que mais tarde vem a se tornar colegas de trabalho, parceiros de vida etc. Identificar essas pessoas, grupos e tecer redes de relacionamento, torna-se, nesse sentido, importante e necessário à composição desta pesquisa que se propõe a analisar a contribuição e papel do intelectual, essencialmente um ator político-social a quem é conferido o poder de influir, através do conhecimento sobre nossas representações.

Para Terezinha Oliva, três espaços foram fundamentais à criação de laços e sociabilidade: A Academia Sergipana de Letras dos jovens Estudantes (atuante de 17 de setembro 1962¹¹⁷, até meados da década de 1970), o Colégio Atheneu e a Universidade Federal de Sergipe.

Da Academia, manteve regularmente por anos contato e amizade com os demais membros (Eduardo Sérgio Bastos, Celeste Siqueira, Fernanda Antonia Fonseca Sobral, Selma Hora Silveira, José Antonio Leite, Ádria Araújo Ramos, Carlos Augusto Barreto Satler, Maria Mercês Mandarinho Monteiro, Célia Costa Pinto, Marinho Tavares Neto, Zênia Vieira Fortes, Rosa Aragão Sampaio, Yara Virgínia Aragão, Clara Angélica Porto, Nadja Oliveira)¹¹⁸.

Do Atheneu foram seus contemporâneos José Roriz Silva, Marta Suzana Magalhães, Fernando Lins, Osório Ramos (atualmente desembargador), Antônio Garibaldi Cardoso (hoje atuante no movimento docente pelo SINTESE no interior do estado) e Luís Fernando Ribeiro Soutello, já mencionado neste trabalho por seu envolvimento em entidades culturais jovens. Mas, foi sem sombra de dúvidas na UFS que estabeleceu uma ligação maior com pessoas que lhe acompanharam ao longo de sua carreira universitária.

Um ano antes de concluir o curso, era 1970, universidade recém-criada, Beatriz Góis Dantas deu início à organização do APES e procurou recrutar para o trabalho de recuperação do Arquivo estudantes do curso de História. À época, ainda graduanda, Terezinha Oliva atuava como monitora da disciplina Introdução à História (ministrada pelo Prof. Silvério Fontes) e desde então, já era forçada, ou em outras palavras, estimulada a ter contato com as fontes,

¹¹⁷ Data da Sessão solene de posse dos acadêmicos realizada no IHGSE.

¹¹⁸ Lista de composição dos membros da Academia Sergipana de Letras dos Jovens Estudantes. Maiores informações consultar NUNES, Martha Suzana Cabral. O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. 2008.

recurso essencial à prática historiográfica e, naquela conjuntura especialmente, ao desenvolvimento da UFS enquanto polo de produção do conhecimento em Sergipe.

Em função de sua disposição e engajamento à pesquisa na universidade, não era de se estranhar sua integração também a um projeto dessa natureza e proporção, pois tratava-se de uma oportunidade única de aprendizado que certamente marcou a todos os envolvidos e repercutiu sobremaneira sobre toda uma geração de pesquisadores sergipanos.

Questionada sobre essa fase, trabalho e colegas de curso com os quais partilhou esse momento, Terezinha Oliva apresenta-nos dados importantes acerca da composição da equipe de estagiários: “Ao todo, salvo engano, éramos dez! Hélia Paula, que depois se tornou a primeira diretora do Museu do Homem Sergipano, Andreлина, que depois ficou no Arquivo efetivamente, Zenilde que é a atual do Arquivo Geral da UFS, Manoel, João Paulo, Alda, outros três que eu não me recordo agora e eu.

Afora seu depoimento e algumas poucas fotografias, não havíamos encontrado qualquer outro registro que nos permitisse identificar os demais alunos atuantes nesse processo. É nesse sentido que afirmamos não só a importância de sua dupla vivência junto ao DCPH, mas também da fonte oral como recurso qualitativo e necessário ao preenchimento de lacunas que, em alguns casos, somente a experiência do sujeito é capaz de oferecer ao historiador.

Em seu estudo “*A memória coletiva*”, Maurice Halbwachs demonstra-nos que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de ponto de referência para a reconstrução daquilo que chamamos de memória, nesse sentido, compreendemos que tais informações (acerca da composição da equipe) muito dificilmente seriam ou estariam acessíveis à sua lembrança caso a mesma ocupasse nesse momento uma outra posição no grupo como a de direção, por exemplo.

Estar envolvida na equipe sendo parte equivalente dela (estudante), lhe proporcionou uma relação de proximidade maior do que a que Beatriz Góis Dantas teoricamente tinha com os demais integrantes, pois, para além do estágio, Terezinha oliva partilhava com eles a sala de aula, amigos e possivelmente outros espaços, ou seja, tomando por base a perspectiva halbwachiana, temos que, a resistência de sua memória com relação a essas pessoas explica-se pelo fato das mesmas terem integrado no passado outros grupos sociais em comum.

Além de trazer à tona sujeitos outrora desconhecidos pela história da historiografia sergipana, sua entrevista contribuiu também para esclarecer confusões disseminadas em torno da autoria e responsabilidade pelo projeto de organização do Arquivo, pois, segundo ela, “quem

lê Itamar fica pensando que a organização do Arquivo é fruto do projeto de Levantamento, e não é! Foi uma política de Estado, extensão universitária. Apesar de Beatriz já ser da Universidade, ter tido o apoio de Silvério, e ter recrutado alunos na Universidade, esse projeto é do Estado”, que como sabemos, a procura de meios para se legitimar, recorreu à história e a memória como base para sedimentar o nacionalismo¹¹⁹.

Como consequência direta dessa ação cultural operacionalizada pelo DCPH, foi aprovado posteriormente então o Levantamento das Fontes Primárias para História de Sergipe, agora sim, reconhecidamente, uma iniciativa da UFS. Segundo a percepção de Terezinha Oliva, o projeto liderado por Silvério Fontes consistia num movimento que para além do seu propósito já claro e explícito, trouxe dinâmica e vitalidade para o Arquivo ao inserir o aluno de forma ativa no processo de tratamento e exploração das fontes. Ir a campo, além de essencial era algo diferencial e isso colaborou para que o curso de história se destacasse na universidade nesse momento conforme nos afirma na seguinte declaração:

“O estágio em arquivo tornou-se uma disciplina obrigatória em todos os semestres do curso de história, passou do primeiro semestre, fez introdução? Tinha que ir para arquivo! Uma vez por semana a gente estava lá, ou uma manhã ou uma tarde e todos os professores também tinham que participar orientando os alunos. Então, essa vivência com o documento foi uma coisa fundamental e isso não era algo comum nas licenciaturas à época, era coisa de bacharelado. Somado a isso, tivemos também uma conjuntura de crescimento com a realização de diversos eventos como o Encontro da ANPUH em 1973, Encontro de História do Nordeste¹²⁰ e o Simpósio da ANPUH em Sergipe em 1974, ou seja, uma sucessão de ações, políticas e personagens que colaboraram para que o curso de história se afirmasse como um curso de ponta na universidade. Na área de humanidades era o curso de história, isso é inegável!”¹²¹

Depois de formada, em 1971, permaneceu por um tempo no DCPH como contratada da gestão de Núbia Marques e logo em seguida, meados de 1972, foi convidada a dirigir o Arquivo Público, sendo a segunda diretora da instituição após o processo de revitalização (o primeiro havia sido José Batista Alves, um ex-bancário). Dito isto, percebemos que apesar de sua pouca

¹¹⁹Por ocasião do sesquicentenário da independência em 1972, além do FASC, temos a primeira publicação da Universidade CADERNOS UFS que trazia um artigo de Maria Thétis Nunes sobre Manoel Bonfim e Silvio Romero, dois ideólogos da cultura nacional.

¹²⁰ O I Seminário sobre a História do Nordeste realizado de 26 a 29 de setembro de 1974 foi realizado em Salvador sob os auspícios da UFBA com a participação do MEC através do Departamento de Assuntos Culturais – DAC. O evento cultural em nível de extensão teve como temática o que há para preservar, o que se tem feito para preservar e como preservar; como utilizar esse patrimônio histórico e artístico para fins de turismo cultural no Nordeste; Experiências, estudos, planos e execução de trabalhos à preservação do patrimônio, dentre outros.

¹²¹ Entrevista à autora em 13 de junho de 2018, Aracaju/Se.

idade e experiência profissional para lidar com as responsabilidades de um cargo tão expressivo àquela conjuntura, foi a partir de sua gestão, que o APES passou a ser administrado por um profissional realmente especializado, sensível a área e que entendia como ninguém do histórico, dos problemas e sobretudo do que precisava ser feito para a melhoria dos serviços da instituição.

Pondo em prática muito do que aprendera com Beatriz Góis Dantas durante o programa de estágio, Terezinha Oliva começou a fazer contatos, permutas de publicações e comunicações com outros arquivos, pois para além do trabalho local, era preciso pensar em ações e parcerias que promovessem o Arquivo de Sergipe nacionalmente.

Diante da efervescência e centralidade que a questão histórica e arquivística passou a ter nesse período, realizou-se em outubro de 1972, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira edição do Congresso Brasileiro de Arquivologia¹²², evento científico do qual Terezinha Oliva participou representando o APES e chegou a presidir inclusive uma das sessões de comunicação. Além dela, faziam parte da comissão sergipana também o diretor do MHS, Paulo Leite, e o bibliotecário Edvaldo de Assis, um baiano que veio para organizar o Acervo da Biblioteca.

Outro canal importante de comunicação, seja à apresentação de trabalhos, apelo ou crítica, era a imprensa local. Na edição do Jornal da Cidade dos dias 28 e 29 de janeiro de 1973, Terezinha Oliva contribuiu com um artigo intitulado “*Responsabilidade Histórica*”, nele, a diretora do APES discorria sobre o histórico de tratamento da documentação sergipana ao longo dos anos e apresentava ao público os novos passos e enfrentamentos da instituição estadual pós-organização. Exteriorizando sua percepção a autora e historiadora revela que:

“Em nosso Estado, a documentação sergipana vem sendo vítima de clamoroso descaso. Em toda a História da documentação sergipana, estão vivas as marcas da destruição. Por várias vezes os estudiosos têm feito referências a este fato, que vem prejudicando o seu trabalho ou prejudicando direitos adquiridos. [...] São incontáveis em Sergipe os casos de incineração de documentos sob o pretexto de desocupar áreas, sem falar no período em que o próprio Arquivo Público do Estado passou abandonado em porões de edifícios ou relegado a simples depósito de papéis velhos, sem as mínimas condições de conservação para o seu acervo. O que se conhece, e ainda mais, o que é acessível em termos de documentação, é parte mínima em relação ao que se encontra espalhado

¹²²O Congresso Brasileiro de Arquivologia foi e continua sendo um evento especializado na área que reúne pesquisadores, professores, arquivistas, outros profissionais da informação (cientistas da informação e da computação), dirigentes de instituições arquivísticas públicas e privadas, em torno das principais questões da Arquivologia e da gestão de Arquivo. A temática do I CBA foi centrada nos aspectos histórico e cultural dos arquivos, além de sua função social. Discutir a arquivologia sob o ponto de vista acadêmico, debater a formação do arquivista e do técnico em arquivo, discussões sobre microfilmagem e arquivo médico.

por todo Estado, sem oferecer condições para sua utilização, ou mesmo, sem que os seus guardiães sequer conheçam o seu valor. O Arquivo Público, para onde deveria ir toda a documentação não se encontra ainda em sua própria sede, dependendo, portanto, do espaço para realizar as atividades normais de recolhimento do material. Entretanto, apoiado pela Secretaria de Educação e Cultura, através do seu Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Conselho Estadual de Cultura, ele nutre esperanças de solução para o seu grande problema” (Responsabilidade Histórica. *Jornal da Cidade*. 28 e 29 de janeiro de 1973).

Através do seu texto e testemunho, Terezinha Oliva chamava a atenção das autoridades competentes a somar esforços para solucionar os problemas que acometiam o trabalho da instituição nesse momento: a falta de um espaço próprio (visto que ele dividia espaço com outros órgãos no prédio do antigo Atheneuzinho) e o desconhecimento de boa parte da documentação existente no Estado. Por uma questão não de prioridade, mas de possibilidade para o momento, dá-se início em sua gestão a um “Levantamento da Documentação Cartorial do Estado”¹²³, o primeiro passo para um levantamento completo do acervo.

Autorizada pelo Tribunal de Justiça, ela elaborou e distribuiu a todos os cartórios do Estado, um questionário na busca de dados sobre os tipos de documentos existentes (data, tema, estado de conservação etc.). Segundo Terezinha Oliva, o que norteou esse levantamento das fontes foi um interesse pedagógico no sentido de que essa ação, “possibilitava ao órgão todo um trabalho de conscientização junto aos tabeliães do dever de preservar os documentos históricos” (OLIVA, 2018, p. 31). Afora isso, esse trabalho significava também um esforço para melhor atender aos pesquisadores.

Ainda sob a sua coordenação, constatou-se que no ano de 1973, houve um aumento de interesse pela pesquisa histórica no Estado. Segundo sondagens da própria instituição, cerca de “81 pesquisadores frequentaram o órgão”¹²⁴ (afora os estudantes universitários que realizavam o Levantamento das Fontes Primárias para a História de Sergipe), isso significava e muito se levarmos em consideração a total inutilidade do Arquivo anos antes. Pesquisadores da Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, pesquisaram em todo o Nordeste sobre “*o Banditismo no*

¹²³Todos os 63 municípios que possuíam arquivos cartorários foram percorridos; a equipe do APES localizou documentos do século XVIII (1783) e constatou que, dos 137 cartórios existentes, somente 48 já haviam sido procurados por pesquisadores. (OLIVA, 2018, p. 31).

¹²⁴ “Pesquisa Histórica: maior interesse”. *Jornal da Cidade*. 26.01.1974.

Nordeste brasileiro: 1870-1940”, e chegando aqui, elogiaram o trabalho do APES, promovendo o Arquivo Público de Sergipe no Estado de São Paulo¹²⁵.

Com a chegada de 1974, para o governo um ano comemorativo em função dos dez anos da “Revolução de 1964”, chegava ao fim a passagem de Terezinha Oliva pelo Arquivo Público do Estado e tinha início sua administração no DCPH, àquela altura difícil de precisar que seria a última da história do Departamento de cultura sergipano.

3.2 – A administração Terezinha Oliva.

Antes de adentrarmos efetivamente aos eventos e realizações que caracterizaram a sua gestão propriamente dita, voltaremos nossa atenção à fase que antecede sua contratação, ou seja, o “período entre direções”, via de regra, momento marcado por muita discussão, críticas e especulações na imprensa. Levando em consideração a centralidade que o jornal assume no cotidiano da cidade nesse período, bem como o seu poder de influência sobre a opinião pública, apoiamo-nos nele enquanto fonte (valendo-se do exercício da crítica, é claro) para encontrar elementos que nos permitisse além de encadear os acontecimentos, contextualizar e compreender o desenrolar de determinados processos.

Como vimos ao longo do trabalho, os periódicos e em especial a Gazeta de Sergipe (pela sua força e popularidade à época) foram partícipes externos fundamentais à trajetória do Departamento, influenciando diretamente e as vezes de forma velada tanto no seu processo de implantação, quanto no seu desligamento. Para além das deficiências inerentes ao modelo institucional do DCPH, outro motivo não tão explícito, mas diretamente relacionado à Gazeta de Sergipe corroborou para o fim do Departamento, tentaremos aqui delineá-lo.

No início de 1974, a questão patrimonial voltou a se tornar pauta recorrente em matérias, colunas, notas e editoriais do jornal presidido por Orlando Dantas. Nesse momento em que a imprensa se concentrava em relatar a situação cultural do Estado, o DCPH encontrava-se em modo “*Stand by*”, ou seja, temporariamente inativo pela falta do membro diretor. Numa coluna fixa da GS intitulada *Gazetilhas da Educação e da Cultura*, foi veiculado na edição do dia 03 de janeiro, uma denúncia sobre o abandono dos bens culturais localizados no município de Tomar do Geru, antiga missão jesuítica e outrora, lugar definido como “um reduto importante da influência indígena na cultura sergipana”¹²⁶. Segundo a publicação:

¹²⁵ “Frequência à História”. *Gazetilhas da educação e Cultura. Gazeta de Sergipe. 25.01.1974.*

¹²⁶ “Abandono”. *Gazeta de Sergipe. 03.01.1974.*

Nada foi feito para preservar o que restava da influência indígena, sua igreja matriz. Um dos mais belos exemplos da arquitetura barroca com anjinhos com características de índios e rasotas que terminam em forma de frutas tropicais, está caindo aos pedaços. O convento dos jesuítas já não mais existe e os ladrões do patrimônio perseguem o povo que tenta por todos os meios e guiado só por intuição, preservar o que ainda resta. Segundo pesquisas do DCPH, nem mesmo o folclore indígena, a “festa da Cabocla” comemorada 09 de setembro sequer existe mais. Quando abriremos os olhos para o que estamos perdendo?¹²⁷

Três dias após essa denúncia, foi publicado o editorial “*Descaracterização Cultural*”, que registrava novamente uma série de considerações à falta de ação do poder público com relação a preservação de bens específicos e manifestações da cultura popular sergipana. No texto, o autor destacava o marasmo e a omissão das autoridades do Estado, que deslumbradas com o colorido de novidades que o progresso fazia nas cidades, pareciam não sentir a gravidade do problema que colocava em risco a existência dos suportes materiais e mentais de registro essenciais à resistência e transmissão da memória cultural às gerações futuras. Num tom claro de desabafo, o artigo publicizava também a luta solitária dos estudiosos, pois na contramão das conquistas técnicas, o que prevalecia era “a indiferença para com os militantes do pensamento intelectual sergipano, que morriam em si mesmos, sufocando ideias e juízos”¹²⁸.

Dessa série de destaques da Gazeta, outro tema polemizado dizia respeito a construção do novo prédio da Biblioteca pública do Estado pela gestão do governador e engenheiro Paulo Barreto de Menezes. Segundo o mesmo, a obra da nova sede não era vista à época como uma das prioridades do setor cultural, nem tampouco da própria instituição, pois, antes de um prédio bonito, fazia-se necessário primeiro conhecer, catalogar e ordenar o acervo para conter além das perdas, o desaparecimento de diversos itens, sendo muitos deles por furtos. Dessa forma, o jornal claramente insinuava haver o governo priorizado a vaidade à funcionalidade da Biblioteca, referindo-se ainda na mesma ocasião, não existir “órgão de coordenação cultural que sirva para orientar uma política voltada para a cultura ficando, é claro, à mercê do próprio governador a escolha do que fazer”¹²⁹.

Como se sabe, a construção da Biblioteca, não se deu de forma arbitrária como faz parecer essa edição do dia 19 de janeiro de 1974, assim como a organização do acervo (que já se encontrava em vias de realização nesse período), a edificação do novo prédio da Biblioteca Pública do Estado também constava entre as metas prioritárias do Plano Estadual de Cultura

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ “Descaracterização Cultural”. *Gazeta de Sergipe*. 06.01.1974.

¹²⁹ “Biblioteca Pública”. *Gazeta de Sergipe*. 19.01.1974.

formulado por Beatriz Góis Dantas (à época diretora do DCPH e presidente do CEC) para o quadriênio (1971-1974), documento esse inclusive apreciado e elogiado pela própria GS em vários editoriais, conforme abordamos no capítulo 2. Graças a essa construção, o APES que ocupava a ala esquerda térrea do Centro de Cultura) passou a ocupar o antigo prédio pertencente a Biblioteca, sua sede até hoje.

Frente as muitas discussões e cobranças pela retomada das atividades do órgão de Cultura e Patrimônio Histórico da Secretaria de Educação, em fevereiro de 1974 começaram a circular rumores na imprensa e em algumas emissoras de rádio, de que o intelectual sergipano, natural de Itabaiana, Vladimir Souza de Carvalho estaria sendo cogitado para substituir a poetisa Núbia Marques no DCPH (que havia pedido exoneração do cargo público para fazer um curso de especialização em São Paulo). Porém, o estudioso da história sergipana prontamente desmentiu os boatos afirmando não ter recebido convite algum do Secretário da SEC. Em nota, acrescentou ainda não ter ficado nada confortável com a situação: “esta celeuma em torno d e meu nome, só pode partir de alguém que anda querendo colocar-me de qualquer maneira no Departamento, ou de alguém querendo fazer gozação ou zombaria com a minha pessoa”¹³⁰.

Em meio a iminência de uma nova gestão, as críticas ao desempenho dos órgãos públicos oficiais de cultura, que incluía também o Conselho Estadual de Cultura, estavam longe de cessar. O artigo “Um triste bailado” publicado na coluna “Opinião” do *Jornal da Cidade*, ilustra bem o clima de pressão que pairava sobre o DCPH as vésperas de Terezinha Oliva assumir. Mas, há que se considerar que, diferentemente de outras avaliações tendenciosas publicadas em alguns periódicos, essa em específico, soava como a mais acertada, visto que não se tratava de algo meramente superficial, mas propositivo. Ao invés de apenas expor não-feitos e atribuir atestados de inoperância a setores que já se sabiam estruturalmente comprometidos, a crítica teve como propósito expor o cerne do problema vislumbrando, desse modo, a uma solução realmente eficaz para a área conforme detecta-se no texto a seguir:

Enfim, num sentido geral, os setores e departamentos do poder público ligados a cultura, devem amparar, estimular e provocar as promoções culturais, usando nesse trabalho, dois meios de que dispõe para a racionalização da prestação de serviços aos trabalhadores intelectuais. Falando de uma maneira geral, em poucos locais tais comportamentos, apesar de serem óbvios, são praticados em toda sua plenitude. [...] E em Sergipe? O nosso Estado, apesar de apresentar no seu passado algumas glórias do pensamento intelectual brasileiro, a cultura é colocada em segundo plano pelos setores públicos. A secretaria de Educação e Cultura na realidade somente superintende o setor educacional, o que já não é pouco, considerando que seus próprios

¹³⁰ “DCPH ainda não tem diretor”. *Gazeta de Sergipe*. 05.02.1974.

funcionários reconhecem que ela não está preparada para a plena execução de suas tarefas educacionais. [...] Falta, no entanto esse espírito desejado de uma autêntica vivência cultural, da procura e da valorização da arte e de suas expressões. (Um triste bailado. *Jornal da Cidade*. 20.01.1974)

Dias seguintes à publicação desse artigo, a temática cultural ganhava novamente as páginas dos jornais, só que dessa vez, numa referência clara e direta ao Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico para anunciar o nome da nova eleita à direção.

Figura 14: Noticiário da Gazeta de Sergipe. Edição do dia 22.02.1974, p. 1.



O noticiário enfatizava que o Prof. e Secretário João Cardoso Nascimento Junior, “convidou e exigiu” que a professora Terezinha Oliva aceitasse o cargo, dado ao fato de que a aprovada em primeiro lugar no concurso para a cátedra de história da Universidade Federal de Sergipe e diretora do Arquivo Público, reunia todas as qualidades que garantiriam, de sobra, um trabalho profícuo à frente do DCPH¹³¹, para além disso, a aposta numa profissional reconhecidamente em ascensão como Terezinha buscava causar um impacto positivo entre os críticos de plantão que exigiam do governo a criação de uma pasta exclusivamente para a cultura e não soluções emergenciais.

Após a confirmação oficial, não demorou muito para que a sua nomeação repercutisse em Sergipe e também estado afora. Segundo o jornal da GS, sempre afinado à questão cultural e ultimamente ácido em suas colocações com relação ao DCPH: “tal fato não vai mudar em nada a política do governo estadual no setor, porque a crise não é de nomes, mas sim de

¹³¹“Terezinha Oliva diretora do DCPH”. *Jornal da Cidade*. 21.02.1974.

mentalidade”¹³². Em outra nota da mesma edição, o jornal afirmava ainda que “a experiência tem mostrado que os órgãos ditos culturais, hoje ligados ao DCPH, padecem tanto ou mais do que padeciam quando não existia o órgão criado pela visão administrativa e consciente de Nestor Piva”¹³³.

De certo, este último comentário configura-se como uma crítica injusta e sobretudo contraditória. O descaso com a cultura sergipana incontestavelmente vem de longa data, isso é fato, porém não o é, nem é lógico afirmar que o seu clímax se dá nesse momento em função da existência do Departamento. A dependência da SEC promovia atrasos e limitações dos serviços? Sim, mas ações concretas foram realizadas conforme expomos e comprovamos ao longo deste trabalho.

Analisando detalhadamente a abordagem das últimas sequências de textos produzidos pela GS e tecendo um comparativo com as publicações do Jornal da Cidade, por exemplo (nosso contraponto), percebemos que o jornal editado por Luiz Antônio Barreto passou a adotar uma postura claramente contrária ao órgão, engrenando uma espécie de campanha a favor do seu desligamento, como se o problema cultural do Estado se resumisse a sua existência, e como sabemos, não era.

Já fora do Estado, a atenção não se voltou para os problemas que circundavam o órgão, é claro, mas para a jovem e promissora diretora. Ao saber que Terezinha Oliva havia sido designada para o cargo, o presidente da AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros, enviou, via telegrama, os seus cumprimentos pela nova conquista: “*Congratulações, escolha perfeita à direção do DCPH*”. Receber um elogio vindo de uma referência como José Pedro Pinto Esposel¹³⁴, sem sombra de dúvida, significava muito, e para ela, figurava como um símbolo importante de reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação à causa histórica. Ambos haviam se conhecido no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (1972), no período em que ela estava à frente do APES, desde então, Esposel passou a acompanhar os passos da historiadora que impressionava não só pela jovialidade (23 anos), mas por já reunir no seu currículo experiências importantes.

¹³² Cultura/Experiência. Gazeta de Sergipe. 23.02.1974.

¹³³ Idem.

¹³⁴ José Pedro Pinto Esposel (1931-2018) foi Pioneiro do ensino arquivista no Brasil, fundador do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), do curso de pós-graduação em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos, além de fundador e presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Foi também diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF e um dos responsáveis pela regulamentação da profissão e do próprio ensino de arquivologia no Brasil.

Imediatamente ao seu ingresso no DCPH, Terezinha Oliva foi procurada pela reportagem do *Jornal da Cidade* para comunicar quais seriam os primeiros passos de sua direção. De forma objetiva, expôs que o seu trabalho inicial consistiria em delimitar as áreas de atribuições do IPHAN e do DCPH, pois na sua concepção “é essa indefinição de poderes que provoca a inexistência de um plano de trabalho que vise a fiscalização, preservação e, quando necessária, restauração dos nossos monumentos artísticos e históricos”¹³⁵. Sim, ela estava certa.

Foi ainda nas suas primeiras semanas de trabalho que surgiu seu primeiro grande desafio: lidar com uma invasão à Igreja da Comandaroba¹³⁶ situada no município de Laranjeiras, que teve suas portas arrombadas por cerca de seis indivíduos e um crucifixo (avaliado em mais ou menos quinze mil cruzeiros) roubado. À época, esse fato ganhou grande repercussão na mídia, que acompanhava dia a dia o desenrolar dos acontecimentos, do momento do roubo à recuperação do objeto pela polícia.

No dia 06 de março de 1974 o *Jornal da Cidade* dedicou uma página inteira à cobertura do crime contra o patrimônio, vários depoimentos como os de Maria Valdete Ribeiro Santos (testemunha), do Sr. José Sobral (proprietário), bem como de moradores da região, ajudaram a compor a matéria que trazia como destaque o valor histórico do bem cultural saqueado e em contrapartida, o seu completo abandono pelo IPHAN, já que a Igreja de N. Sra. Da Conceição – Comandaroba se tratava de um patrimônio tombado pela instituição federal. Segundo o proprietário, conhecido como (Zeca da Boa Sorte), “quando muito, o trabalho do IPHAN não passa de uma mão de pintura a cal”.

Além de relatar detalhadamente a ação dos criminosos, a matéria destacava também outra questão importante, os procedimentos e ação do DCPH diante de casos como esse. De acordo com o texto:

Como costuma acontecer em casos dessa natureza, que tem sido uma constante, os laranjeirenses, interessados na preservação de sua riqueza artística, dirigem-se ao Governo do Estado, à Polícia Federal, e principalmente, ao Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico de Sergipe para as denúncias necessárias ao início das diligências. Infelizmente o DCPH, por seu turno, está na órbita da Delegacia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, de sua parte, nada tem feito em Sergipe com vistas ao cuidado que deve ser dispensado aos nossos monumentos (“Estão acabando o patrimônio de Sergipe”. *Jornal da Cidade*. 06.03.1974).

¹³⁵ A nova diretora. *Jornal da Cidade*. 06.03.1974.

¹³⁶ Erguida em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, a conhecida Igreja da Comandaroba foi a segunda residência dos jesuítas em Sergipe, em 1734. No acervo do patrimônio artístico de Sergipe, esse templo construído numa colina na Fazenda da Boa Sorte, de propriedade de José Sobral, é um dos mais preciosos monumentos do século XVIII.

Avaliemos agora a reportagem da *Gazeta de Sergipe* que trata sobre o mesmo assunto:

Continua a ser destruído o patrimônio histórico do Estado de Sergipe, principalmente no município de Laranjeiras, onde tudo vive no mais completo abandono, sem que o Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, tome as providências que se fazem necessárias. Ao que comenta-se, a Prof. Terezinha Oliva, diretora do DCPH, já tomou conhecimento dos fatos, e já começou a tomar as providências necessárias junto à Secretaria de Segurança Pública, para tentar a recuperação da obra roubada, uma vez que ao DCPH, cabe preservação do patrimônio histórico do Estado (“Patrimônio em destruição: Laranjeiras”. *Gazeta de Sergipe*. 06.03.1974).

Analisando detalhadamente o discurso, é possível perceber que a referência ao DCPH não é a mesma em ambos os textos, nem poderia ser dado a própria natureza parcial do jornal. No primeiro, relata-se a constância do problema (roubos) e justifica-se a atuação limitada do órgão, no segundo, a recorrência dos saques ao patrimônio também é apontada, mas o sentido a menção do Departamento é claramente contrário, num tom de acusação, irônico até. Embora pareça sutil, há muita diferença entre ambas as abordagens e se tratando de um conteúdo jornalístico, (produzido sob o influxo de interesses, compromissos e paixões), é preciso que o historiador questione não só as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, mas também para a forma, o que sequer despertar no leitor com isso?

O furto ao templo da Comandaroba e, seguidamente, à Igreja do Bonfim (no qual além de dois crucifixos os ladrões chocaram a população pelo ato de profanação à Imagem de N. Sra. Das Dores que foi arrastada porta afora, despida e teve suas lágrimas de ouro raspadas da face)¹³⁷, além de soar como mais um alerta à mobilização dos órgãos públicos (em todas as suas esferas de poder), serviu também para descortinar práticas de preservação que acabavam tendo um efeito reverso ao seu propósito.

Após os constantes roubos à imagens e outros objetos sacros, alguns vigários passaram a confiar a pessoas consideradas muito católicas a guarda de alguns bens, e, segundo o jornal, possivelmente “essas famílias se imbuíam de um amor exagerado por esses objetos, os quais com o passar do tempo, acabavam se perdendo nesse apego demasiadamente egoísta”¹³⁸, como resultado disso, muitos sacrários, cálices, galhetas, estadas e paramentos valiosos desapareciam. Ante a impossibilidade de assegurar proteção em tempo integral às relíquias localizadas em

¹³⁷Informações extraídas do relatório do DCPH encaminhado à SEC sobre o furto da Igreja do Bonfim, em Laranjeiras ocorrido em 24 de março de 1974.

¹³⁸“Estão acabando o patrimônio Histórico de Sergipe”. *Jornal da Cidade*. 06.03.1974.

outras igrejas da região, a diretoria do DCPH resolveu recolhê-las e abrigá-las unicamente na Igreja da Conceição, núcleo que posteriormente veio a dar origem ao Museu de Arte Sacra de Laranjeiras.

Numa tentativa desesperada de mostrar reação e somar esforços ao trabalho do DCPH no local, a EMSETUR criou, a pedido do Governador Paulo Barreto de Menezes, a “Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico e Desenvolvimento Turístico de Laranjeiras”¹³⁹, uma espécie de medida protetória para ajudar nos trabalhos de preservação do município. Mas no fim, essa ação estadual acabou não surtindo efeito prático algum, pois órgão destinado a essa função executiva já existia, o que não existia era estrutura e assistência necessária para tal, por que com uma comissão seria diferente? Diante da situação que acometia a “Cidade Monumento” e muitas outras, essa providência do Estado ao invés de repercutir positivamente como o desejado, transpareceu apenas como um gesto vazio e sem sentido.

Para termos uma ideia precisa das condições de trabalho do DCPH nesse momento, Terezinha Oliva nos adianta que em sua gestão o órgão contava apenas com os seguintes funcionários: “o Museu Histórico de Sergipe ficava a cargo de Ana Conceição Sobral de Carvalho, a Biblioteca Pública era de responsabilidade de Edvaldo de Assis e o Arquivo Público de Maria do Carmo, mas funcionários do DCPH mesmo, eram apenas três pessoas, Maria José, Vanda Lúcia e Djalma”. Em meio a todo o burburinho na imprensa e com uma equipe extremamente reduzida, as atividades institucionais iam gradativamente sendo tocadas à frente.

Dentre as principais atividades realizadas nesse período estavam as reuniões com representantes das entidades culturais, CEC, MOBREAL, grupos de teatro para possibilidades de convênio; viagens pelo interior do Estado para o levantamento folclórico do acervo de importância histórica e museológica e aquisição de peças; fiscalização de bens tombados; providências à instalação do “Centro de Cultura João Ribeiro” em Laranjeiras; bem como da Biblioteca Pública no novo prédio, auxílio à realização da “festa dos Combones”, “saídas de Iaô”, ao grupo folclórico São Gonçalo (roupas e instrumentos), evento em homenagem à memória de Silvio Romero além da resolução de problemas referentes ao patrimônio de modo geral¹⁴⁰.

Ao falar da sua gestão propriamente dita, Terezinha Oliva avalia que sua experiência na direção do DCPH se deu numa época complicada, num momento em que a questão do

¹³⁹ “Uma comissão para Laranjeiras”. *Gazeta da Sergipe*. 24 e 25. 03.1974.

¹⁴⁰ Relatório do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. Julho de 1974.

patrimônio ganhava cada vez mais corpo devido ao tombamento dos sobrados de azulejos portugueses de Estância. O processo de patrimonialização desses bens, lhe rendeu problemas enormes e momentos de muita tensão conforme nos afirma no depoimento a seguir:

“Os donos das propriedades não se conformavam, eu cansava de receber advogados no DCPH, que iam contestar e discutir o tombamento, porque queriam fazer reformas etc. A partir disso, nós da equipe (Museu, Biblioteca e Arquivo), resolvemos fazer uma espécie de interiorização, um ciclo sobre a conservação de bens culturais com exposição do Museu de Arte Didacta, fotografias do patrimônio Histórico e Artístico Sergipano, além de palestras sobre o assunto. Fizemos em Estância, fizemos em São Cristóvão, mas essa experiência de Estância me marcou, porque a intenção era aproximar as pessoas do patrimônio [...] de forma intuitiva e sem muita consciência, fazíamos o que hoje se denomina educação patrimonial”¹⁴¹.

A iniciativa do ciclo sobre a conservação dos bens culturais na cidade de Estância, se deu sobretudo em função das constantes denúncias enviadas ao DCPH acerca da descaracterização dos sobrados. De imediato, a diretoria providenciou a ida de Maristher Moura Vasconcelos, responsável pelo setor de patrimônio histórico juntamente com dois arquitetos da SUDOPE para verificar o estado dos prédios, mas, na sua concepção, a situação pedia mais do que uma ação reparativa, era necessário preparar os estancianos para o verdadeiro espírito do tombamento.

Outro momento de tensão se deu em função da Bienal Nacional “Brasil Plástica 74”, em que a Fundação Bienal de São Paulo buscou recrutar artistas de todos os estados para expor seus trabalhos no evento nacional. À época dois representantes vieram a Sergipe, assim como a outros estados, para sondar a possibilidade de se realizar mostras estaduais visando tanto a uma maior representatividade dos artistas locais, quanto na diminuição dos custos à exposição de forma geral. Segundo Terezinha:

“Nesse momento o DCPH não tinha estrutura para fazer isso, mas os artistas entraram em polvorosa porque era uma oportunidade para eles. Daí começaram a pressionar, indo inclusive para a imprensa¹⁴², onde o artista Eurico Luiz me acusou de ter dito que em Sergipe não tinha artista e de que não era para mandar ninguém para a Bienal. Isso criou uma celeuma muito grande nos jornais, me chamaram de “a diretora nervosinha”, visto que eu era muito nova e aí aproveitavam para tirar sarro disso. De forma irônica diziam que a menina prodígio não estava mostrando quem era”¹⁴³.

¹⁴¹Entrevista à autora em 13 de junho de 2018, Aracaju/Se.

¹⁴² À época, a diretora do DCPH divulgou na íntegra uma carta em que rebatia as acusações do artista Eurico Luiz. Disponível em; *Jornal da Cidade*, edição de 07.08.1974.

¹⁴³ Idem.

Polêmicas à parte, o Departamento empenhou-se e promoveu a seleção estadual¹⁴⁴. Dos 45 trabalhos de 11 artistas inscritos foram selecionados os seguintes: “Será”, “Ser” e “Se”, de Antônio Fernandes Vila Nova, “Ar”, “Fogo” e “Terra” de Geldo Joubert Moraes e “Esboço de uma nova Hiroshima”, “Prenúncio do Fim” e “Liberdade de Pensamento” de Gervásio Teixeira. Além da mostra Pré-Bienal, o DCPH desenvolveu ainda outros trabalhos por ocasião do mês do folclore (concursos, programações junto às escolas), pesquisas e colaboração em algumas promoções culturais.

Ainda com o Departamento, Terezinha Oliva relata também um pouco de sua vivência do FASC, que ocorria no mês de setembro. Como uma grande programação da Universidade, o Festival envolvia todo mundo que pudesse prestar serviço: prefeituras, empresas públicas como a Energipe, e também o Departamento que ajudava no custeio à apresentação dos grupos folclóricos, segundo ela:

“Desde os tempos de Beatriz, já havia esse contato com os grupos folclóricos. Eu iniciei meu estágio no DCPH transcrevendo a letra da Chegança, Beatriz me entregou um caderno, que era do mestre da chegança de Laranjeiras e eu transcrevi todinho para ficar com uma cópia no DCPH. A pesquisa de Bilina eu também acompanhei alguma coisa, porque eu era estagiária de Beatriz, devo demais a Beatriz e tenho por ela o maior afeto e respeito. Pra mim é um modelo”¹⁴⁵.

Passado as festividades, meados do segundo semestre de 1974, a atenção do Estado passou a se voltar quase que exclusivamente para a questão política, e não era para menos, pois a escolha do novo chefe do governo representava também o início do um novo ciclo na administração pública, o que implicava diretamente na permanência ou alteração de diversas pessoas, programas e setores. Sob os ventos da distensão que se pretendia “lenta, gradual e segura”, Sergipe começou então a mobilizar-se em torno do processo eleitoral que iria definir o sucessor de Paulo Barreto de Menezes no comando do governo estadual.

À época, onze nomes¹⁴⁶ pleitearam ao cargo empreendendo uma das disputas mais acirradas pelo domínio do poder executivo no estado durante o regime militar, mas, para a

¹⁴⁴Seleção dos Trabalhos inscritos à Bienal Nacional Brasil/Plástica/74 – Seção Sergipe. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. 30.08.1974.

¹⁴⁵Entrevista à autora em 13 de junho de 2018, Aracaju/Se.

¹⁴⁶Faziam parte da lista de candidatos elaborada pelos senadores Lourival Batista, Augusto Franco e Leandro Maciel o senhores: Adalberto Moura (vice-governador), Antônio Souza Ramos (ex-secretário de Justiça), Augusto Franco (senador), Arivaldo Silveira Fontes (ex-secretário de Segurança do Governo Seixas Dória), Augusto do Prado Leite (empresário), Djenal Tavares de Queiroz (deputado estadual), Francisco Rollemberg (deputado federal), Passos Porto (deputado federal), Luiz Carlos Maciel de Andrade (superintendente do INPS), Manoel Conde Cabral (presidente do Banco do Estado de Sergipe) e Raimundo Diniz (deputado federal).

surpresa de todos, o presidente Geisel, gozando da autoridade que lhe cabia (desde 15 de março de 1974, data de sua posse), acabou optando por votar, indiretamente, na experiência de um velho “medalhão” da política sergipana que nem sequer integrava a lista de candidatos, o Sr. José Rollemberg Leite¹⁴⁷.

Engenheiro de formação, José Rollemberg Leite já havia administrado Sergipe no período de 1947-1950 e pelo menos desde o processo de reorganização política do país, viabilizado arbitrariamente por meio do decreto do AI-2 em 27 de outubro de 1965 (ato institucional que abriu os caminhos à instauração do bipartidarismo mediante a extinção dos partidos políticos existentes), filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao governo do qual mais tarde tornou-se presidente após cumprir seu mandato como senador (1964-1971). Durante o tempo em que esteve responsável pela diretoria regional da Arena em Sergipe, José Leite atuou como articulador do processo sucessório participando ativamente da política local.

Com isso, ganhou ainda mais destaque pelo seu trabalho, influência, mas sobretudo, por apresentar uma postura extremamente discreta e um “perfil conciliador”, características tomadas como valorosas para um administrador público naquele momento em que o Estado buscava abrandar o regime sem perder os princípios que norteavam a causa do movimento revolucionário de 1964. Segundo a compreensão de Ibarê Dantas:

A escolha de um velho político do ex-PSD indicava que os ventos da abertura política tenderiam a ser estimulados em Sergipe. Apesar de sua primeira gestão, ocorrida numa conjuntura marcada de tensões, não ter sido das mais tolerantes com os adversários e com as manifestações de militantes comunistas, ao longo do tempo José Rollemberg Leite firmou-se como conservador sóbrio e respeitável [...]. Em 1974, quando as disputas da Arena se intensificavam, mais uma vez foi lembrado como solução pacífica (DANTAS, p. 271).

Tendo como companheiro de chapa Antônio Ribeiro Soutello, José Rollemberg Leite foi oficialmente eleito governador de Sergipe pela Assembleia Legislativa em outubro de 1974.

¹⁴⁷ *José Rollemberg Leite* nasceu em Riachuelo (SE) no dia 19 de setembro de 1912, filho de Sílvio César Leite e de Lourença Rollemberg Leite. De família Tradicional e com forte influência na política, fez seus estudos primários no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora em Aracaju e no Colégio Jesuíta Padre Antônio Vieira em Salvador. Neste último fez também os estudos secundários. Transferindo-se para Minas Gerais, formou-se em 1935 engenheiro civil e de minas pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto. Voltando para Sergipe passou a se dedicar ao magistério, lecionando de 1937 a 1941 física e matemática nos colégios Tobias Barreto, Salesiano e Nossa Senhora de Lourdes. Em 1941, durante a interventoria de Milton Pereira de Azevedo (1941-1942), foi nomeado diretor do Departamento de Educação de Sergipe. Exerceu essas funções até 1942, já na gestão do interventor federal Augusto Maynard Gomes, e, em 1943, passou a dirigir o Departamento de Obras Públicas, que deixou em 1945.

Em discurso solene, afirmou que seu governo iria dar especial relevo à área da educação, implantando gradativamente no estado a Lei nº 5.692, de agosto de 1971, que priorizava a profissionalização do estudante como forma de integrá-lo as atividades econômicas do país. Para dar conta dessa e de outras questões relativas à pasta da Educação “e Cultura”, o governo nomeou para coordenar a SEC o professor e economista Everaldo Aragão Prado¹⁴⁸, cuja perspectiva, alianças e administração alteraria por completo os rumos do DCPH em Sergipe.

3.3 – O desligamento do órgão e a transição para uma nova gestão cultural.

Antes mesmo que tivesse início o processo eleitoral à chefia do poder executivo estadual, vários setores da administração pública, inclusive o cultural (já constantemente comentado na imprensa), passaram a ser alvo de uma série especial de editoriais que se dedicavam não só a refletir as necessidades inerentes a cada campo, mas a fazer conjecturas sobre ações que o próximo governo poderia tomar para promover a melhoria dos serviços.

Um dos primeiros artigos a serem publicados, “A cultura e o futuro governo”¹⁴⁹, afirmava que todos os setores esperavam muito do Governador José Rollemberg Leite, mas, sobretudo e especialmente o cultural, onde o número de necessidades evidentemente era maior “devido ao fato deste ser tratado como uma “rebarba da educação, contanto por isso mesmo, com um mínimo dos orçamentos anuais para programas pálidos e fracos em relação ao que se poderia desenvolver nesta matéria em todo o país”.

Citando os exemplos de São Paulo, Guanabara¹⁵⁰ e Rio de Janeiro, que apontavam nesse momento à criação de Secretarias Estaduais de Cultura ligadas a ciência, tecnologia, esporte e turismo, a Gazeta sugeria que o mesmo comportamento deveria ser adotado para Sergipe, porém o CONDESE (à época o centro do pensamento econômico de Sergipe), não via tal iniciativa com entusiasmo, gerando ainda mais polêmica.

Longe de poupar críticas, o jornal do empresário e jornalista Orlando Dantas, afirmava que o Departamento de cultura e Patrimônio Histórico chegava àquela altura do campeonato, chegava ao seu estado mais crítico, “nada faz e nada promove, é um mero órgão de pouca burocracia” e “uma piada na administração”¹⁵¹ sendo necessário, no entanto, uma orientação governamental capaz de promover verdadeiramente o setor, para a partir disso, fazer com que

¹⁴⁸ “SEC”. *Gazeta de Sergipe*. 19.03.1975.

¹⁴⁹ “A cultura e o futuro do governo”. *Gazeta de Sergipe*. 09.04.1974.

¹⁵⁰ A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território do atual município do Rio de Janeiro. Em sua área, esteve situado o antigo Distrito Federal.

¹⁵¹ “Departamento”. *Gazeta de Sergipe*. 12.09.1974.

ressurgisse novamente a esperança dos artistas de modo geral (escritores, literatos, artesãos, teatrólogos), bem como dos pesquisadores.

Com relação à promoção e apoio à cultura popular, o jornal também não deixou escapar a falha da EMSETUR nesse processo, mostrando que o órgão de turismo “se perdeu e não chegou a se afirmar ou merecer a confiança dos Sergipanos”. Para tornar o clima ainda mais propenso à discussão, morreu nesse período, aos oitenta e tantos anos, “Bilina”, uma das maiores personagens do folclore sergipano, alma e símbolo da “Taieira”. O seu falecimento foi utilizado nessas circunstâncias como forma de apelo à mudanças no tratamento das tradições populares no Estado: “perdemos Bilina, como perdendo estamos o nosso folclore, sem estímulo, sem promoção, sem apoio”¹⁵².

Portanto, a palavra de ordem propagandeada pela nova equipe administrativa organizada pelo Secretário Everaldo Aragão, responsável direto pela pasta da educação era “reforma”. Essa necessidade de reformulação do modelo da estrutura que se tinha, se dava tanto em função das questões internas já levantadas neste estudo, mas sobretudo pelo que vinha ocorrendo no plano nacional desde o início do Governo Geisel (1974-1978), quando Ney Braga passou a assumir o MEC.

O fato do Governo Geisel haver escolhido para ministro da Educação e Cultura um militar reformado cuja carreira política se consolidara através de sucessivas vitórias eleitorais e que além de tudo se beneficiava da imagem de prócer simpático ao patrocínio das artes, mediante sua capacidade em lograr os recursos necessários à melhoria do campo institucional e personalidade forte para confiar a direção das instituições culturais aos porta vozes legítimos da “*classe intelectual e artística*”, *sobejamente à esquerda dos administradores culturais típicos recrutados pelo regime de 1964*”¹⁵³, confirmava que a política de abertura era real e estendia-se nesse momento também à área cultural,

Nesse sentido, na gestão Ney Braga, o trabalho de “construção institucional” passou a alcançar dimensões consideráveis (devido a criação de diversas agências e órgão especializados) e, para além disso, seu trabalho foi representativo também no sentido de haver ultimado e implantado o primeiro plano oficial abrangente em condições de nortear a presença governamental na área cultural, a chamada Política Nacional da Cultura –PNC (1975), ensaiada pelo menos desde a instalação do CFC em 1966. Segundo Miceli (1984), foi a primeira vez na

¹⁵² “Bilina/Taieira/Folclore”. *Gazeta de Sergipe*. 28.09.1974.

¹⁵³ MICELI, p. 65.

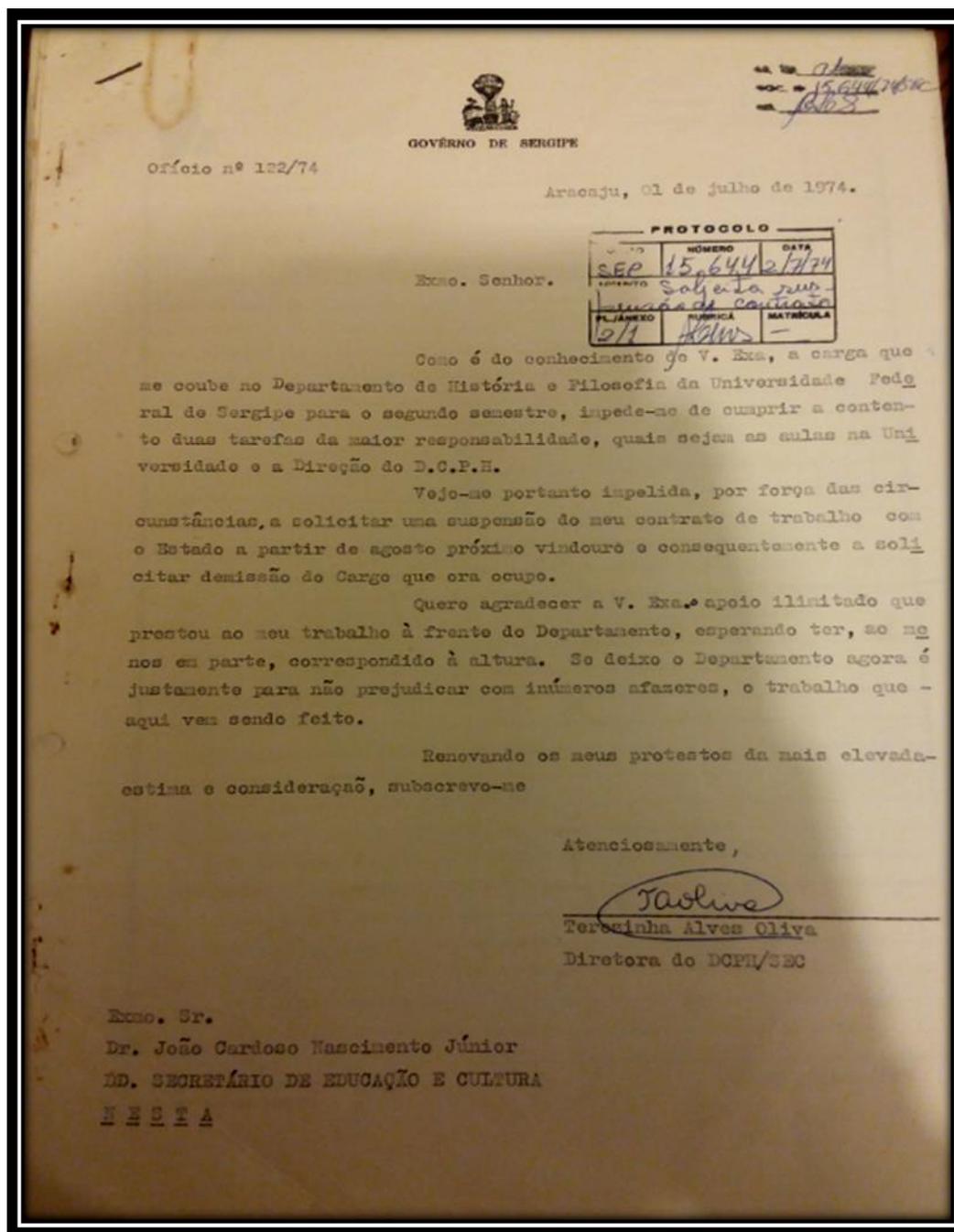
história republicana, que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural.

Dessa forma, percebemos que o DCPH (uma política estadual experimental criada e implantada no ano de 1970 pela Gestão do ministro Jarbas Passarinho) encontrava-se nesse momento já inserido num outro contexto, que tinha gora como premissa, a atualização e o aperfeiçoamento da política cultural nacional, bem como dos mecanismos que haviam sido construídos até então. Assim, acreditamos que esse fator político-conceitual tenha contribuído também para aflorar ainda mais o sentimento de insatisfação pública plantado pela imprensa com relação ao Departamento sergipano, que logicamente, pela falta de infraestrutura, não conseguia alinhar-se ao nível de desempenho alcançado por outros congêneres estaduais que assim como ele, nasceram do Compromisso de Brasília.

Dentre as prioridades do governo José Rollemberg Leite, estavam o desmembramento entre Cultura e Educação, algo necessário e há muito tempo retardado, e a criação de uma Secretaria de Cultura ou de uma Fundação Cultural com estrutura e capacidade para tratar adequadamente das questões relativas ao setor, porém a grande incógnita nesse momento era quanto ao futuro do órgão, seria ele reciclado ou desligado na nova administração?

De acordo com as fontes, o problema em torno da continuidade do Departamento como política oficial de defesa do patrimônio, começou a se delinear ainda em 1974, no momento em que Terezinha Oliva comunicou à SEC que não permaneceria mais por muito tempo em sua direção. Segundo o ofício encaminhado a João Cardoso Nascimento Júnior, ainda responsável pela pasta, sua justificativa ancorava-se sobretudo na impossibilidade de conciliar o trabalho administrativo do órgão às aulas que logo mais viria a assumir na Universidade.

Figura 15: Comunicado de Terezinha - Pedido de afastamento das atividades do DCPH



Fonte: Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. Julho de 1974.

Apesar do seu pedido de afastamento ter sido registrado em agosto de 1974, é possível afirmar, com base em documentos por ela assinados que a sua permanência no DCPH tenha se dado pelo menos até o final do mês de janeiro de 1975. Antes de encerrar sua participação como diretora, divulgou as últimas atividades do órgão através de um boletim. Nele informava à imprensa acerca do regulamento para as inscrições no II Festival Nacional de Cinema em Super-

8 a ser realizado em São Paulo e sobre a verba que o APES havia recebido do CFC, no valor de 43 mil cruzeiros.

Desse momento até o dia 15 de março de 1975, data oficial da posse do novo governo, constatamos que o DCPH foi gradativamente deixando de ser assunto nos jornais. Esse silenciamento nada normal podia ser interpretado, devido as circunstâncias, como um indicativo de que as coisas não iam muito bem, haja vista não ter havido nesse período nenhuma movimentação sobre quem assumiria a vaga de Terezinha Oliva, como normalmente acontecia.

Em meados de abril, exatamente um mês após o início da Gestão Rollemberg Leite, A Secretaria de Educação deu publicidade então à nova aposta do Estado: a criação de uma Assessoria Cultural, que, se projetada de um modo prático, poderia criar condições de fazer uma reavaliação dos órgãos voltados para a cultura e tentar montar uma infraestrutura para o setor.

Conforme percebemos, o desligamento do DCPH não foi imediato à criação da Assessoria, mas também não durou muito tempo, pois “em seu lugar, de acordo com Luís Fernando Ribeiro Soutello, foi criada uma Divisão de Patrimônio vinculado ao Gabinete do Secretário, onde a professora Maria Fonseca ficou respondendo, mas quem dava as cartas era Luiz Antônio Barreto”¹⁵⁴.

Num artigo publicado em homenagem à memória de Luiz Antônio Barreto¹⁵⁵ em 24 de abril de 2016, o economista Dilson Barreto recorda lembranças e momentos de sua convivência

¹⁵⁴ Luís Fernando Ribeiro Soutello. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

¹⁵⁵ Jornalista e Historiador (1944-2012), estudou Direito na Faculdade de Direito de Sergipe e na nacional do Rio de Janeiro, assim como cursou a Escola Nacional de Música, também no Rio de Janeiro. Como jornalista exerceu atividades de repórter, colunista, redator, diagramador e secretário de redação dos jornais sergipanos Correio de Aracaju, Folha Popular, Gazeta de Sergipe, Sergipe Jornal e A Cruzada. Foi diretor da Revista Perspectiva (1966-1967) e colaborador de vários periódicos de Aracaju, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Teresina, Porto Alegre, Maceió, e da revista Il Moderno, de Milão, na Itália. Atuou nas áreas de educação, cultura, história, comunicação, literatura e folclore, exercendo cargos em instituições públicas e privadas, entre os quais o de Assessor Cultural do Instituto Nacional do Livro (INL) e Diretor da Organização Simões, Editora, ambos no Rio de Janeiro; Diretor da Galeria de Artes Álvaro Santos, em Aracaju; Chefe da Assessoria Cultural da Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Secretário da Educação e Cultura de Aracaju; Superintendente de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco, Recife (1987-1989); Diretor Cultural da Fundação Augusto Franco, Aracaju; Assessor da Presidência da Confederação Nacional da Indústria; Diretor do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Portugal); Diretor do Instituto Tobias Barreto. Ocupante da Cadeira nº 28 e presidente da Academia Sergipana de Letras, nos biênios, 1981-1983 e 1983-1985, era ainda membro e orador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; conselheiro dos Conselhos Estadual e Municipal de Cultura do Estado; membro da União Brasileira de Escritores (UBE)-Secção de Pernambuco e membro fundador do Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia, em Lisboa. Foi o responsável pela criação de diversas atividades educativo-culturais em Sergipe, como os Encontros Culturais de Laranjeiras; a Discoteca Pública, do Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, também em Laranjeiras; o Seminário do Gado e do Couro, em Lagarto; o sistema de Vagão-Escola, da Biblioteca Infantil no Vagão, localizada no Parque Teófilo Dantas; a Oficina de Artes, da Escola de 2º Grau José Antonio da Costa Melo e a escola Ecológica, localizada no Parque da Cidade Governador José Rollemberg Leite. Especialista em Tobias Barreto, é autor de diversos trabalhos sobre o ilustre sergipano, entre os quais, Tobias Barreto: a Abolição da escravatura e a organização da Sociedade (1988); Nova missão Tobiática no Recife e Tobias Barreto e seus seguidores, duas séries de artigos publicados na Gazeta de Sergipe (1987-1989); Tobias Barreto e a organização da sociedade, artigo

ao lado do saudoso amigo e intelectual sergipano. E é numa dessas passagens, que encontramos a peça final do nosso quebra-cabeça à conclusão dos motivos que levaram ao encerramento das atividades do DCPH em Sergipe, o elemento político. Segundo o relato divulgado na íntegra:

“Devo começar este relato forçando a memória para situar-me nos idos de 1976, no Governo do Dr. José Rollemberg Leite, época em que Luiz Antônio exerceu o cargo de Assessor Cultural da Secretaria de Estado da Educação, na gestão Everaldo Aragão Prado. Segundo contou-me recentemente o Professor e amigo Jorge Carvalho, foi uma epopeia para que essa nomeação viesse a acontecer, pois Dr. José o queria num cargo mais elevado, barrado, contudo pelos membros do estamento militar. Insistindo na nomeação face a importância intelectual da pessoa a ser nomeada, o Governador enfrentou os militares e, sem retroceder em suas intenções, criou o cargo de Assessor Cultural especialmente para Luiz Antônio”¹⁵⁶.

Identificamos essa informação também no discurso de Luís F. R. Soutello, quando o questionamos em entrevista sobre o que teria motivado o fim do DCPH enquanto política de ação cultural do Estado. Segundo ele, “tratava-se sobretudo de uma questão de acomodar Luiz Antônio no Governo”, porque à época, as restrições a ele eram grandes (estava sendo processado pela Lei de Segurança Nacional), “daí o Dr. José Leite foi quem bancou, não apenas ele, mas também outros nomes como Aluísio Campos e Luís Rabelo Leite, que eram vistos com restrições pelos militares”¹⁵⁷.

Tendo em vista as circunstâncias aqui apresentadas, temos que criação da Assessoria Cultural para além de sua função claramente administrativa, consistia numa espécie de manobra do governo para inserir Luiz Antônio Barreto no quadro do funcionalismo público. À AAC competia:

Art. 9º. – À Assessoria para Assuntos Culturais compete prestar assessoramento direto ao Secretário e indireto aos Órgãos da SEC e da

publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 1989; A fé e a razão, Tobias Barreto e a crítica, e Tobias Barreto e a luta pelo Direito; ensaios introdutórios às Obras Completas de Tobias Barreto (INL; Record, Rio de Janeiro, 1989-1990); Tobias Barreto e a Filosofia no Brasil (Aracaju, 1990); O pensamento e a ação política de Tobias Barreto (Actas do I Colóquio Tobias Barreto, Lisboa, 1992). Publicou ainda, A Bíblia na literatura de cordel (Revista Brasileira de Cultura, Rio de Janeiro, 1971); Vaquejada e São Gonçalo em Sergipe, ambos na Revista Sergipana de Cultura, em 1978; Opção informal na pré-escola: experiência da Secretaria da Educação e Cultura do Município de Aracaju, 1981; A arte sergipana, in Brasil, arte do Nordeste (Spala: Rio de Janeiro, 1986); Um novo entendimento do folclore (Recife, 1988); Simão Dias: história e tradição (Aracaju, 1990); Sergipe, 400 anos de história, in Turismo e Lazer, Aracaju, 1990; O Poder Judiciário de Sergipe, 100 anos de história (Aracaju, 1992) e o livro Memórias de Sergipe: Personalidades sergipanas, uma seleção de textos sobre personalidades que marcaram a história de Sergipe (2007), entre outros.

¹⁵⁶Disponível em: <https://cadernomercado.com.br/quatro-anos-sem-luiz-antonio-barreto-homenagem-a-sua-memoria-primeira-parte/>

¹⁵⁷Luís Fernando Ribeiro Soutello. Entrevista à autora. Aracaju/Se, 2018.

Administração Estadual, sobre assuntos culturais que lhes sejam pertinentes, essencialmente no que se refere a:

- I. Planejamento de atividades culturais;
- II. Estudo sobre planos, programas e projetos culturais;
- III. Coordenação e controle dos meios de divulgação da Cultura
- IV. Orientação, coordenação e difusão das atividades artísticas e literárias e assistência aos respectivos órgãos responsáveis;
- V. Coordenação dos relacionamentos entre os Órgãos da SEC ligados ao setor cultural.¹⁵⁸

A repercussão em torno dessa decisão certamente foi avaliada de forma positiva pela crítica de uma forma geral. O jornal do qual o assessor cultural era vinculado, descrevia o Secretário Everaldo Aragão Prado como “um moço que entendia o verdadeiro sentido da cultura” e que a simples definição de uma Assessoria para assuntos culturais era um ponto chave e acertado da nova administração, pois, motivava a crença de que o Governo tentaria desenvolver o setor cultural do Estado, por anos relegado a um plano secundário e dependente algumas poucas medidas nascidas da “generosidade” dos Secretários de Educação, homens, em suma, absorvidos pelos problemas da educação.

Na sequência de iniciativas, o governador encaminhou também à Assembleia Legislativa o projeto de lei que instituiu o “Fundo de promoção Cultural de Sergipe” que objetivava amplas atribuições, flexibilidade e o que se chamava de individualização contábil no intuito de desburocratizar a máquina administrativa da SEC, a quem cabia gerenciá-lo. A ideia do fundo surgiu por influência de outros estados que haviam obtido resultados positivos com isso, e naquela ocasião, se via reforçada pela decisão do MEC em criar a Fundação Nacional de Arte (Funarte).

Pelo que aqui percebemos, a reciclagem à continuidade do DCPH no cenário cultural sergipano não era uma opção, talvez até fosse num primeiro momento, mas, acabou descartada por se mostrar inviável à adesão do intelectual sergipano eleito por José Leite. Diferentemente do que ocorreu nas três indicações anteriores à diretoria do Departamento, em que as decisões em torno da contratação dos agentes culturais foram realizadas pelos respectivos representantes da SEC, o que se via e se tinha nesse caso era uma de intervenção direta, advinda de ninguém mais, ninguém menos que o Governador do Estado.

Polêmicas à parte, o trabalho de Luiz Antônio Barreto como Assessor cultural é algo indiscutível. Sua gestão tornou-se memorável por iniciativas como a criação da primeira legislação do patrimônio em Sergipe, Lei nº 2.069 de 28 de dezembro de 1976 (que inclusive

¹⁵⁸ Decreto no. 3.393, de 8 de junho de 1976.

vigora até hoje) e pelo Encontro Cultural de Laranjeiras, de grande importância ao estudo e valorização do folclore sergipano.

Outra questão também inquestionável, é a importância e simbologia do trabalho do DCPH à memória cultural de Sergipe. Sendo o primeiro órgão executivo claramente destinado à preservação do Patrimônio histórico e artístico do Estado, o Departamento foi decisivo para uma política contínua de investimentos públicos em cultura sergipana e sua experiência, serviu de base à construção de uma infraestrutura própria para o setor. A partir de sua atuação e sobretudo de suas deficiências (inerentes ao próprio caráter experimental do órgão), foi sendo possível identificar os problemas e criar as condições necessárias ao desenvolvimento gradual do campo.

Através de sua trajetória, delineada com base na vivência dos sujeitos (agentes culturais), acompanhamos de perto o desafio e a luta dos profissionais especializados na conscientização e educação da população de maneira geral, mas principalmente daqueles que falavam em nome do Estado, pois a omissão e a falta de responsabilidade histórica destes era um fator tão ou mais degradante para o patrimônio do que a própria ação do tempo.

Ao certo, podemos afirmar que as contribuições do DCPH não foram ainda maiores porque as autoridades políticas sergipanas, à época, não se envolveram o suficiente, ou seja, ainda não haviam realmente despertado para o que representava o patrimônio em todos os seus sentidos. A impressão que se tinha, era a de que o governo buscava apenas cumprir sua parte no compromisso firmado com o governo federal, mostrar que algo estava sendo feito e pronto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os Espaços da recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, do modo como um indivíduo ou um grupo precisam deles para a construção de sentido, para a fundação de sua identidade, para orientação de sua vida, para a motivação de suas ações”.

Aleida Assman.

Esta pesquisa dedicou-se a compreender o processo de construção e formalização da memória cultural sergipana realizado pelo Estado em associação com os intelectuais no período de 1970-1975. Para tanto, tomamos como referência de investigação a perspectiva do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, órgão da administração pública ligado à Secretaria de Educação do Estado de Sergipe que se destinava à preservação e promoção da cultura local.

No decorrer deste estudo, percebemos que embora essa iniciativa encontrasse motivos suficientes para partir do próprio governo sergipano, tendo em vista a inexpressiva atividade cultural do Estado à época, ela só se deu por meio de uma recomendação federal expressa no *Compromisso de Brasília* (1970), documento originado a partir do I Encontro dos Governadores de Estado e Representantes de Instituições Culturais promovido pelo MEC. Essa determinação legal, produzida num contexto de exacerbação do autoritarismo, no Governo Médici (1969-1974), foi um marco importante à renovação do sistema de proteção do patrimônio nacional, pois abriu os caminhos à descentralização das ações de preservação envolvendo pela primeira vez todos os estados brasileiros na construção de uma rede institucional de apoio ao IPHAN, que sozinho, não conseguia alcançar, nem contemplar em sua essência a cultura regional.

A criação do DCPH via decreto-lei nº 405 de 8 de abril de 1970, foi vibrada e vista com entusiasmo pela ala intelectual sergipana, que por décadas ansiava e cobrava do poder público uma ação concreta nesse sentido. Para além de uma formalidade administrativa, esse ato oficial representou simbólica e efetivamente o primeiro passo à construção da consciência e participação das autoridades políticas no longo e gradual processo de revitalização da cultura sergipana, que até aquele momento, não havia experimentado uma política com esse caráter, direcionamento e propósito.

Tendo em vista todo o histórico de desempenho do DCPH, consideramos que o fator “obrigatoriedade” do pacto federativo tenha sido determinante não só para o seu surgimento,

mas também para o desencadeamento de grande parte dos problemas estruturais enfrentados. Pois, para cumprir o seu papel no acordo, o governo local, que passava por uma crise institucional motivada pela renúncia de Lourival Batista, teve que se esforçar em tempo recorde para resolver esse problema e criar as condições mínimas à viabilização dessa política. Isso acabou acarretando numa estrutura improvisada e conseqüentemente falha para lidar com o montante de demandas de um setor até então marginalizado. Junto com o DCPH, reinstalou-se o CEC (1967), e a eles se somava a UFS, polo que centralizava o conhecimento e os especialistas à condução do processo de desenvolvimento da cultura em Sergipe.

A associação entre esses três organismos de funções complementares, era alimentada pela rede de sociabilidade intelectual e pelo desejo destes em viabilizar a pesquisa histórica, a promoção as artes e as manifestações da cultura popular. Apesar das diversas dificuldades encontradas, uma série de fatores contribuía para que o DCPH se desenvolvesse nesse momento: um governo que em busca de legitimidade tendia ao favorecimento do patrimônio histórico e artístico nacional como lugar de memória para plantar o civismo, caro à manutenção do regime; uma universidade recém-criada cujo progresso do conhecimento esbarrava na questão das fontes; e uma intelectualidade jovem ávida por pesquisa, oportunidades e reconhecimento social.

Ao longo desta pesquisa, apresentamos ao leitor a trajetória institucional do DCPH da concepção da ideia ao seu desligamento, contemplando seu propósito, características, contribuições, desafios e deficiências, parcerias, bem como os agentes culturais envolvidos nesse processo. Realizar esse exercício de pesquisa e compreensão foi um desafio e tanto, mas ao avaliar o caminho percorrido, julgamos ter obtido um resultado satisfatório.

Toda pesquisa, é claro, se defronta com problemas, limitações. No nosso caso a primeira dificuldade veio da constatação da perda e desvio de grande parte da documentação do Departamento, sobretudo a que se refere a parte folclórica, (acervo fotográfico, fílmico, projetos etc.), elementos que nos permitiriam para além de citar, apresentar efetivamente o trabalho do órgão nesse segmento. Outro ponto salutar foi a carência de trabalhos que versassem sobre o DCPH, ou sobre a cultura sergipana de forma geral no contexto da ditadura.

Nesse sentido, pautamos a construção do nosso texto em fontes diversas, sobretudo em depoimentos e jornais da época, elementos que nos permitiram delinear bem o nosso objeto, além de ambientar o contexto político local, aclarar vínculos e relações, encadear os acontecimentos e em suma, produzir uma pesquisa que refletisse a essência do que foi essa ação cultural para o Estado na década de 1970. Lidar com um marco temporal curto, também foi

outro desafio, pois exige do pesquisador fôlego, além de uma boa percepção à exploração de pontos-chaves.

A operação historiográfica, como sabemos, começa desde as escolhas do pesquisador, pela forma como ele organiza e seleciona suas fontes. Aqui, resolvemos contar a história do órgão a partir da perspectiva dos agentes culturais, mas esta pesquisa certamente poderia ser conduzida de outras diversas: do ponto de vista dos artistas da época, numa reflexão sobre o discurso do patrimônio local tombado à época, num estudo comparativo com órgãos de outros estados, originários do mesmo Compromisso etc.

FONTES

Oficiais eletrônicas:

Compromisso de Brasília (1970);

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>

Compromisso de Salvador (1971).

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>

Anais do II Encontro dos Governadores de Estado (1971).

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais II Encontro Governadores%201971.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anais%20II%20Encontro%20Governadores%201971.pdf)

Documentação Oficial do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico – DCPH/SEC.

- “Relatórios de inspeção técnica”. (13 de novembro de 1970).
- “Realizações do DCPH de setembro 1970 à março de 1971”.
- “Relatório sobre os Monumentos Históricos e Artísticos Tombados pela DPHAN em - - Sergipe”. (17 de fevereiro de 1971).
- Ofício nº 21/71 de 01 de março de 1971. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.
- Ofício nº 27/71 de 01 de março de 1971. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.
- “Relatório das realizações do DCPH de 03 de maio de 1971- 23 de dezembro de 1971”.
- “Relatório de atividades 1971”.
- Relatórios de visitas técnicas aos municípios de Sergipe em 1971.
- “Promoção do Departamento de Cultura e patrimônio Histórico em 1972”.
- Relatório de atividades. (25 de setembro de 1972).
- Ofício nº03/74. Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico.
- Relatório do DCPH sobre o furto da Igreja do Bonfim, em Laranjeiras ocorrido em 24 de março de 1974.
- Relatório do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. Julho de 1974.
- Seleção dos Trabalhos inscritos à Bienal Nacional Brasil/Plástica/74 – Seção Sergipe.
- Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico. 30.08.1974.

Documentação Oficial da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe.

- Plano Estadual de Educação e Cultura 1971-1974. (Ano de composição 1970).

Jornais:

Gazeta de Sergipe. 04.04.1970. “Ministro quer patrimônio histórico protegido”.

Gazeta de Sergipe. 30.05.1970. “João Andrade Garcez é o novo governador escolhido para mandato-tampão”.

Gazeta de Sergipe. 05.06.1970. “Sergipe tem novo Governador”.

Gazeta de Sergipe. 20.11.1970. “A Secretaria de Educação”.

Gazeta de Sergipe. 24.09.1970. “Escolhida diretora do Patrimônio Histórico”.

Gazeta de Sergipe. 28.09.1970. “Arquivo Público vai agora para a Secretaria de Educação”.

Gazeta de Sergipe. 25.11.1970. “Arquivo Público Foi transferido para a SEC”.

Gazeta de Sergipe. 21.08.1970. Arquivo Público reduzido a expressão “monturo de documentos históricos”.

Gazeta de Sergipe. 15.12.1970. “A Secretaria de Educação e Cultura”.

Gazeta de Sergipe. 24 de outubro de 1970. “Patrimônio Histórico encontra-se abandonado”.

Gazeta de Sergipe. 22. 12. 1970. “Conselho Estadual de Cultura aprovou moção de louvor a Gazeta”.

Gazeta de Sergipe. 25.12.1970. “Secretaria de Educação e Cultura: mensagem”.

Gazeta de Sergipe. 06 de abril de 1971. “O Secretário de Educação e sua equipe”.

Gazeta de Sergipe. 23.01.1971. “Núbia Marques é nomeada para o Conselho Estadual de Cultura”.

Gazeta de Sergipe. Junho/1971. “Turismo”.

Jornal da Cidade. 04 e 05.06.1972. “Festival de Arte em São Cristóvão”.

Jornal da Cidade. 20 e 21. 08. 1972. “Alencar Filho apresenta: Festival de Artes de São Cristóvão”.

Jornal da Cidade. 27 de fevereiro de 1972. “O DCPH e suas realizações”.

Jornal da Cidade. 01 e 02.07.1973. “Cemitério dos Náufragos agora é monumento histórico”.

Gazeta de Sergipe. 29.02.1972. “Marcos Pinheiro pediu demissão da SEC”.

Gazeta de Sergipe. 03.06.1972. “O secretário de Educação”.

Gazeta de Sergipe. 06 de julho de 1972. “Política Cultural”.

Gazeta de Sergipe. 19.07.1972. “Cultura: É necessária uma tomada de consciência nacional”.

Jornal da Cidade. 04.04.1972. “Curso de Museologia”.

Jornal da Cidade. 11 de janeiro de 1972. “Lançado Livro “Fatos Folclóricos”.

Jornal da Cidade. 30.08.1972. “A vitória de Sergipe no Folclore Brasileiro”.

Gazeta de Sergipe. 28 e 29 de janeiro de 1973. “Cidades Históricas”.

Jornal da Cidade. 17.07.1973. “Cinema Alemão”.

Jornal da Cidade. 13.10.1973. “Aberto Estudo Sintético do Cinema Francês”.

Jornal da Cidade. 22, 23.07.1973. “Fui com Núbia ver o “Toré”.

Jornal da Cidade. 02 de junho de 1973. “S. Cristóvão: Prefeito descaracteriza Praça Branca”.

Jornal da Cidade. 28.06.1973. “A cultura agoniza, diz presidente do Cons. de Cultura”.

Gazeta de Sergipe. 14.07.1973. “Aprovado plano de reconstrução das cidades históricas”.

Gazeta de Sergipe. 24.01.1973. “Turismo”.

Gazeta de Sergipe. 22.01.1974. “EMSETUR elabora Calendário Turístico”.

Jornal da Cidade. 28 e 29 de janeiro de 1973. “Responsabilidade Histórica”.

Jornal da Cidade. 26.01.1974. “Pesquisa Histórica: maior interesse”.

Gazeta de Sergipe. 25.01.1974. Gazetilhas da educação e Cultura. “Frequência à História”.

Gazeta de Sergipe. 03.01.1974. “Abandono”.

Gazeta de Sergipe. 06.01.1974. “Descaracterização Cultural”.

Gazeta de Sergipe. 19.01.1974. “Biblioteca Pública”.

Jornal da Cidade. 20.01.1974. “Um triste bailado”.

Gazeta de Sergipe. 05.02.1974. “DCPH ainda não tem diretor”.

Jornal da Cidade. 21.02.1974. “Terezinha Oliva diretora do DCPH”.

Gazeta de Sergipe. 23.02.1974. “Cultura/Experiência”.

Jornal da Cidade. 06.03.1974. “Estão acabando o patrimônio Histórico de Sergipe”.

Gazeta da Sergipe. 24 e 25. 03.1974. “Uma comissão para Laranjeiras”.

Gazeta de Sergipe. 19.03.1975. “SEC”.

Gazeta de Sergipe. 09.04.1974. “A cultura e o futuro do governo”.

Gazeta de Sergipe. 12.09.1974. Departamento”.

Gazeta de Sergipe. 28.09.1974. “Bilina/Taieira/Folclore”.

Fontes Orais.

Entrevista temática com Luís Fernando Ribeiro Soutelo. 15 de janeiro de 2018.

Entrevista temática com Beatriz Góis Dantas. 02 de maio de 2018.

Entrevista temática com Terezinha Alves de Oliva. 13 de junho de 2018.

Imagens

Acervo Particular Beatriz Góis Dantas.

Arquivo Público Estadual de Sergipe – APES.

Dissertação de Elaine Almeida Aires Melnifoff. PPGED/UFS.

DCPH

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. “Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil”. In: (Org.) Corrêa. Elyane Lins. *Estado e sociedade na preservação do patrimônio*. Coleção Arquimemória, Volume 2. EDUFBA, 2013. p. 19-55.
- BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, 1991. (Reeditado em *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, capítulo 02).
- CHUVA, Márcia. “Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.
- COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Fapesp/Illuminuras, 1997.
- DANTAS, Ibarê. A exacerbação do autoritarismo. In: *A tutela militar em Sergipe: 1964-1984*. 2ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- _____, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro, HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). “Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação de um objeto”. In: *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “História, memória e patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. “Memória coletiva e memória histórica”. In *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. (Capítulo 02, pp.36-61).
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAIA, Tatyana de Amaral, *Os Cardeais da Cultura Nacional: O conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975)*. São Paulo: Itaú Cultural: Illuminuras, 2012.

- MELNIKOFF, Elaine Almeida Aires. *Trajetória de Núbia Nascimento Marques: contribuições para a educação de Sergipe (1978-1999)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação. UFS. 2014.
- MICELLI, Sergio (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993.
- OLIVA, Terezinha Alves de. “A reorganização do Arquivo Público e a produção historiográfica sergipana”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 48, 2018, Volume 1: Os arquivos e a construção do conhecimento histórico, p. 27-38.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória História e Patrimônio Histórico: Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico*. São Cristóvão. Editora UFS, 2010.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15.
- _____, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-2012.
- PORTELLI, Alessandro. *História Oral como Arte da Escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SANTOS, Mislene Vieira dos. *Da ditadura a democracia: o festival de arte de São Cristóvão e a política cultural sergipana 1972-1995*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História. UFS. 2014.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2003.
- _____, Jean-François. “As elites culturais”. In SIRINELLI, J-F; RIOUX, J-P (Orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estampa; 1998.
- SOUTELO, Fernando. *Memória cultural: uma trajetória (alinhavando fiapos de memória)*, 2011.